NEGOCIOS EXTERNOS

DOCUMENTOS APRESENTADOS ÁS CORTES

NA

SESSÃO LEGISLATIVA DE 1893

PELO

MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

CONTENDA DE MOURA

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1893

NEGOCIOS EXTERNOS

DOCUMENTOS APRESENTADOS ÁS CORTES

villas de moura e arouche e suas alldeas e termos somemte pella maneira sobredita terras de comtemda.

E com declaraçã̃o que nos ditos lugares e terras de comtemda açima declaradas que fficam por comtemda e pertençem as ditas duas villas de moura e arouche Jnsolidum como dito he ellas ditas villas vsem da dita Jurdiçam nesta maneira. a saber. que seia emtre as ditas duas villas pera todolos negoçios çiues ou crimes ou mjxtos e pera apenar e premdar e acoymar lugar de prevemçã̃o em modo que quem primeiro çitar penar premdar ou acoymar em algum negocio ayaa e tenha a Jurdiçam dese negoçio e causa Jnteyramemte e a outra villa quamto a esto e suas depemdemçias emergemcias e conexidades seia exclusa de todo e se emtemda a Jurdiçã̃o ser preventa pera o dito negoçio e causa per citaçam Reall de prisã̃o e esta preçeda todallas outras ou per çitaçam berball ou per devasa ou Jmqueriçam que sobre ho caso cada huma das ditas villas faça ou mande ffazer per seus mjnjstros e offiçiaes de Justiça os quaes declaramos que liuremente poderam trazer varas de Justiça alevamtadas nos ditos lugares e terras de comtemda e ffazer todolos outros autos de Jurdiçã̃o como em terra sua propia dambas as ditas villas e cada huuma dellas asy e da maneira que cada hum poderja ffazer em sua propia Jurdiçã̃o de moura ou arouche.

E semdo caso que sobre alguum delito ou maleffiçio ou outro alguum caso de quallquer calidade que seia de causa çiuell ou crime ou mjxta os ditos offiçiaes e mjnjstros de Justiça comcorerem Jumtamente em hum tempo a ffazer as ditas çitaçoes Reall ou berball ou a dita devasa e Jmquiriçã̃o que neste caso ho conhecimento delle se ffor de pesoa purtugues pertemça a villa de moura e suas Justiças e se ffor de pesoa castelhana pertemça a villa darouche e suas Justiças sem que has Justiças de huma villa posam empedir as Justiças da outra nem emtremeterse no tall caso per maneyra alguma.

E com declaraçã̃o que nos ditos lugares e terras açima devisados que fficam por comtemda como dito he a villa damzinha solla nom tenha nenhum domjnjo nem Jurdiçam çiuell nem crime mero nem mixto Jmperyo nem outra alguma Jurdiçã̃o nem posa trazer vara de Justiça nos ditos lugares e terras nem vsar de outro nenhum auto de Jurdiçam per nenhuma via que seia: e somente lhe comçedemos e Julgamos o pasto e aproveytamento asy das ervas e aguas como da bolota cortiça e madeyra e quaesquer outros aproveytamemtos das terras sobreditas que fficam por comtemda e esto a seus tempos limjtados como abaixo vay declarado pera todas tres villas.

E porem damos autoridade e poder a dita villa damzinha solla que somente posa acoymar e apenar as pesoas que acharem fazemdo dano nos ditos pastos aproveytamemtos: mas nã̃o ho poderam fazer trazemdo vara de Justiça como dito he: e a pena que por causa dello as pesoas emcorerem declaramos que seJa neste caso pera todallas tres villas de moura arouche e amzinha solla per partes ygoaes e a ellas Julgamos e aplicamos as ditas penas.

E com declaraçã̃o que nos ditos lugares e terras açima devisadas que fficam por comtemda nenhuma outra pesoa villa nem lugar aJmda que seia a çidade de sevilha nem das terras e llugares da dita çidade nem doutra parte de castella nem de purtugall posam pastar nem vsar de nenhum logramento nem aproveytamemto das ditas terras da comtemda em pouco nem em mujto salluo estas sobreditas tres villas. a saber. de moura arouche e emzina solla na maneyra sobredita e semdo alguums achados que posam ser acoymados e a penados per cada huma das ditas tres villas e que seja emtre ellas lugar de prevemçã̃o e com a dita declaraçã̃o que has penas que amzina solla apenar ham de ser pera todas tres villas como dito he e se ham dapenar na maneyra e fforma sobredita.

E com declaraçã̃o que nos ditos lugares e terras que asy fficam por comtemda os de moura nem os darouche nem damzina solla e seus termos nem outra nenhuma pesoa comcelho villa nem çidade posam ter nem ffazer malhadas nem poçilgoes de porcos nem

aabelhas nem outras: nem casas nem edeffiçios algums de quallquer sorte que seiam nem lauouras de pão nem doutra cousa alguma: salluo poderam os pastores ffazer curraes e abriguos de Rama pera os vsos dos gados e seus e ffazemdo ho comtrairo cada huma das ditas villas de moura arouche e emzina solla lhas posa liuremente de Ribar queymar ou tomar pera sy com todo o que demtro estiuer e o que tall ffizer alem disso page por cada vez de pena mjll reis A quall pena sera pera villa de moura ou arouche ou amzina solla quall dellas primeyro deRubar queymar ou tomar os ditos poçilgoes ou malhadas casas ou edeffiçios ou lauoura e provier como dito he; e quamdo em tall caso a penar amzina solla sera a pena pera todas tres villas como Açima vay declarado.

E com declaração que nenhuma pesoa das ditas villas de moura arouche ou amzina solla e seus termos que nas ditas terras e llugares da comtemda podem pastar per bem desta nosa semtemça nom possa chamar sua nas ditas terras da comtemda alguma malhada nem deffemdela por sua de hum ano pera outro nem de nenhum tempo pera outro: amtes sempre os pastos seiam comums em todallas ditas terras de comtemda ygoalmemte na maneyra e fforma Açima comteuda.

E com declaração que nenhuma pesoa das ditas villas nem de ffora particullar nem comçelho nem çidade posa nas ditas terras e llugares de comtemda cortar madeyra damzinho nem souro nem tirar casca sob pena que ho que cortar arvore page mjll reis e o que cortar Ramo duzemtos. a saber. por cada arvore que cortar mjll reis e por cada Ramo duzemtos reis e o que tirar casca pague dez cruzados por cada vez e da cadea: e esto se emtemdera quanto as pesoas das ditas villas e seus termos. a saber. de moura e arouche e emzina solla: por que semdo de ffora pagara no caso de cortar arvore dous mjll reis por cada vez e qujnhemtos por cada Ramo e declaramos que cortar arvore se emtemde quamdo ha cortar pelo pee ou ha desmochar de todo e porem as pesoas das ditas tres villas e seus termos poderam cortar Rama pera os curraes e abriguos dos gados e pastores como dito he com tamto que nom cortem a cabeça da arvore sob as ditas penas. e o de ffora que descascar page vimte cruzados e perca ha casca e bestas.

E com declaração que nos ditos lugares e terras de comtemda nenhuma pesoa nem comçelho nem cidade posa ffazer nem mamdar fazer çimza nem queymar arvore algum nem poer foguo nos pastos e comedias e o que ffizer ou mamdar fazer o comtrario e se lhe prouar que ffez çimza ou se achar apanhamdo a page dez cruzados por cada vez e da cadea e se se lhe provar que pos foguo e queymou pastos ou logramemtos page dous mjll reis por cada vez e da cadea alem das penas que por leis e ordenações de cada Reino emcorem Aqueles que poem foguos As quaes penas declaradas neste capitullo seram pera os comçelhos de cada huma destas tres villas na maneyra e fforma açima declarada.

E com declaração que nenhuma pesoa nem comçelho destas tres villas posa vareJar nem mamdar vareJar bolota nem lamde nas ditas terras e llugares da comtemda nem Ripalla com has maos nem apanhalla pera sua provisoes tee dia de sam mjguell de cada ano E porem da bespera de sam mjguell de meio dia por diante a poderam vareJar ou apanhar pera suas provisoes como sempre se custumar e o que ffizer ou mamdar ffazer ho comtrario semdo de cada huma das ditas tres villas pagara de pena por cada vez que vareJar mjll reis e que Ripar quinhemtos e semdo de ffora das ditas tres villas quer seia amtes de sam mjguell quer despois ho avemos por comdenado por cada vez em dous mjll reis aplicados pella dita maneyra porque hos de ffora mamdamos que nem amtes de sam mjguell nem despois posam vareiar Ripar nem apanhar a dita bolota nem lamde porque achamos que nenhuma pesoa de ffora o pode fazer.

E com declaração que nenhums gados de ffora das ditas tres villas de moura arouche e emzina solla e seus termos posam pastar demtro nas ditas terras e llugares da comtemda Açima devisados nem pesoa alguma das ditas tres villas e seus termos posa

meter os ditos gados de ffora com hos seus pera pastar na dita comtemda E semdo achado gado de ffora nella per quallquer via que seJa page o dono do gado de pena por cada vez duzemtos reis por cada cabeça de gado vaquum e çimqoemta Reis por cada cabeça de gado meudo até Rabanho e de Rabanho pera cima dous mjll reis por cada Rabanho e declaramos que Rabanho se emtemde no gado vaquum de vimte Reses e no porquum de trimta e no outro meudo de çemto e estas penas aplicamos as ditas villas na maneyra açima comteuda.

E mandamos que quamdo alguma pesoa ffor achada nos ditos lugares e terras de comtemda ffazemdo dano per omde emcora nas penas açima postas ou em alguma dellas lhe posa a Justiça de moura ou darouche: ou A guarda que por ellas ou pella villa damzina solla fforem postas pera guarda da dita comtemda tomar hum penhor que valha a pena de gado ou doutra cousa equjvalemte em que posa ser penhorado e nom trazemdo gado ou outra cousa equjvalemte o posam premder e levar presso a cadea de cada huma das ditas tres villas e porem se no camjnho qujser pagar a pena ou dar penhor por ella seiam obrigados ao loguo solltar e semdo Ja preso na cadea se loguo pagar ha pena tambem seia sollto sem dillaçam e estas penas serão Julgadas pellas Justiças de cada villa cuja guarda ou Justiça os acoymar ou premder e porem serrão Repartidas pela maneyra suso dita.

E ordenamos que ho guarda de cada huma das ditas tres villas que acoymar ou premder algum danador seia obrigado ao manifestar ese dia te ho outro sigujmte as Justiças daquella villa cujo ffor o dito guarda sob pena de pagar toda a pena per Jmteyro comteuda naquelle caso per esta nosa sentemça e nella declarada e da cadea com ho quatro tamto e per ese mesmo ffeito ho avemos por privado pera sempre do offiçio de guarda e os Jujzes da tall villa seiam obrigados ffazer auto da dita manjffestação e penas que Jullgarem e de todo ho que sobre ysso pasar pera qne aJaa dello comta e Rezam antre todas tres villas.

E asy mandamos que nestas terras e lugares da comtemda nam posa aver nenhuma malhada silha nem pouso ou asemto de colmeas nem emxames de nenhuma pesoa comçelho villa nem çidade e por quamto se mostra estarem ora duas silhas e malhadas de colmeas amtigas nas ditas terras e llugares de comtemda. a saber. a malhada do laramgeyro e a malhada do pesigueyro Julgamos por bem de paz e aseseguo e por evitar Jmcomvjniemtes e escamdallos e pelo poder que temos que hos donos das ditas malhadas seiam obrigados a vender os asemtos das ditas colmeas has ditas tres villas e tirar dally as ditas colmeas e porem estara em escolha dos ditos donos vemder-lhe tambem as ditas colmeas ou levallas dally a outra parte ffora da comtemda: quall mais qujserem e queremdo-as amtes vemder lhe pagarão as ditas tres villas o que Justamente valerem e queremdo as antes levar lhe pagarão o sitio e asemto dano e perda que has ditas colmeas ao presemte Reçeberem pellas asy mudarem e cada villa pagara seu terço Jgoallmente e pera ysso se louvarão todas tres villas em huma pesoa ou duas por sua parte e todolos donos das colmeas em outra ou em outras duas pesoas e semdo os louvados discordes no preço hos mesmos louvados todos Jumtos elegam um terceyro e o que ffor acordado pella maior parte delles pagarão as ditas villas aos ditos donos: os quaes nom seram obrigados a tirar dally as ditas malhadas tee primeyro serem Jmteyramemte paguos dellas.

E por quamto se mostra outro sy estarem outras tres silhas de colmeas em pajoanes terra da comtemda. a saber. huma despovoada que esta homde chamam a torre queymada e outras duas huma de João Vazquez pelicano e outra de amtão affomso e estas sam de pouco tempo pera ca e avemdo Respeito a ello e ao que dito he no capitullo preçedemte e a se nom mostrar pellos autos que tenham titulo dellas mandamos que has ditas tres villas pagem por ellas vimte mjll reis cada huma seu terço. a saber. ao dono da malhada e asemto da torre queymada dez mjll reis e aos outros dous cada hum çimquo mjll

reis e levarão dally suas collmeas em tempo comvinjemte despois que fforem paguos e nom aJa mais aly numca as ditas silhas de colmeas.

E quamto as terras ou propiedades que se chamom de samta maria e outras lauradias que se mostra pello ffeito estarem em vallqueymado dos herderos de gomcalo pirez e sua molher catalina pirez vezinhos que fforam damzinha solla Jaa deffumtos: nos tomamos sobre ho valor delas extimadores e visto seu arbitrio e extimação mandamos que has ditas tres villas pagem pellas de nosa senhora ao mordomo da ffabrica da Igreia de samta maria darouche vimte quatro mjll reis por ellas pera que dellas compre outra propiedade que lhe seia mais proveytosa pera a dita JgreJa e aos ditos herdeyros do dito gomçalo pirez e sua molher catalina pirez outros vimte quatro mjll reis pelas suas cada villa seu terço como dito he e estas terras ou propiedades fiquem pera sempre em pasto comum das ditas tres villas e por terras de comtemda como os outros lugares e terras que fficam por comtemda com has declaracões açima spremjdas.

E declaramos que hos direitos da sisa ou alcavalla que se ffizerem em todos os ditos lugares e teras de comtemda: se aquelle que ha ouver de pagar ffor vezinho de portugall a page a moura e se for vezinho de castella a page arouche segumdo as leis de cada Reyno.

E declaramos outro sy que ho dizimo dos gados que pastarem nas ditas terras e lugares de comtemda se page a Jgreia domde ffor freges ho dono do gado de portugall ou castella.

E mamdamos que todolos meilhoes e marquos que estam ffeitos quer velhos quer novos demtro nas ditas terras e llugares da comtemda açima declarados e asy mesmo hos do Rossall e allpedra affora os que per esta nosa sentemça mandamos ficar ou de novo poer seJam loguo deRubados e tirados e cada hum das ditas villas os posa liuremente tirar e deRubar todos e nom seruão numca mais de marcos nem de malhoes e que hos Jujzes e vereadores e precuradores das ditas duas villas de moura e arouche seJam obrigados em cada hum ano de se aJumtar A quarta ffeyra deRadeyra oytaua da pascoa de Resureyçam e vesitar Jumtamente estas demarcaçoes e malhoeyras todas comteudas nesta nosa sentemça asy do Rosall e allpedra como das terras da comtemda. a saber. pajoanes vall queymado terras de samta maria e campo de gamos asy pella bamda de portugall como pella bamda de castella A custa das Rendas dos ditos dous comçelhos fazemdo porém os gastos moderadamemte sob pena de vimte cruzados em que avemos por comdenado cada comçelho por cada vez que ho asy nao ffizerem e os aplicamos pera o comçelho da villa que ffizer a dita vesitaçam A quall pena pagarão os Juizes vereadores e procurador do comçelho de suas propias ffazemdas e nom das Remdas do comçelho e ffarão os ditos Juizes e vereadores autos da tall vesitação asinados per ambolos spriuaes ou tabaliaes que pera ello mamdamos que vam hum de purtugall e outro de castella os quaes autos cada hum dos ditos comçelhos levara pera sua guarda.

E por que nom aJaa duujda na Jurisdição çiuell e crime mero e myxto Imperio que fica myxta e comummente e Jnsolidum a dita çidade de sevilha e villa darouche e assy a villa de Moura, etc. nas ditas terras e llugares de comtemda e no uso e eixerçiçio della declaramos ha Jurdiçam çiuell e crime mero e mjxto Imperyo e ho uso da dita Jurdiçam pertemçe ha dita çidade de sevilha e as Justiças della e da dita villa darouche em seu nome e ha dita villa de moura e as Justiças della e ao sonhor Iffamte dom lujs cuja he a dita villa e suas Justiças e ao que ffor pelo tempo senhor da dita villa de moura e suas Justicas mjxtas e comummemte e Insolidum como dito he e que has Justiças do dito senhor Iffamte dom lujs e do senhor da dita villa que pelo tempo for e ha dita villa de moura e suas Justiças: e ha dita cidade de sevilha e as Justiças della e da dita villa darouche vsem e eixerçitem ha dita Jurdição nas ditas terras de comtemda pela fforma e maneyra e como em esta nosa semtemça açima esta declarado.

E pera que esta nosa semtemça se cumpra em todo com effeito mamdamos que ho comçelho e vereadores da villa damzinha solla seiam obrigados a espreuer em um hum liuro que pera ysso faram emquadernado e autemtiqo todallas penas que cada ano a dita sua guarda acoymar ou penhorar e os Juizes da dita villa semtemçiarem e a dar comta com emtrega cadano aos ditos dous comçelhos de Moura ou arouche pelo dito seu liuro per dia de sam miguell de setembro de cada hum ano: e porem os ditos dous comçelhos de moura e arouche mamdaram ao dito dia cada hum seu procurador que lhe tome a dita comta e tomada os ditos vereadores da dita villa danzinha solla lhe pagaram o que se achar que lhe devem Justamente das ditas penas loguo com efeito e em quamto lhe nom pagarem ho devido pelas ditas comtas: avemos por suspemsa a dita villa damzinha solla de poder ter guarda nas ditas terras da comtemda ate que lhe page Reallmemte com effeito aos ditos comçelhos.

E esta nosa semtemça con has ditas declaraçoes mamdamos que ha dita çidade de sevilha e as ditas villas e seus termos e partes a que toca guardem e cumprão Imteyramemte pera sempre e os termos e devisoes e malhoes que açima pusemos e devisamos fiquem emtre os Reinos de purtugall e castella por limdes marquos e termos perpetuamemte sem embarguo das semtemças que deram os ditos Lecenciados diogo Roys e samcho lopez de otalora has quaes casamos e anullamos salluo naquello em que açima dizemos que fforam concordes en ho quall as comffirmamos e aprovamos como dito he e assy ho Julgamos e prenumçiamos e mamdamos e seja sem custas excausa e esta semtemça vay sprita em oyto ffolhas com esta e toda sprita per mão de João lopez spriuão destes negoçios per noso mamdado. dom afonso fajardo dom pedro mazcarenhas. A quall semtemça per nos ffoy pubricada sabado pella menham quatorze dias do mes doutubrro do ano de mjll e qujnhemtos e quoremta e dous anos emtre a serra de fficalho e a cabeça das ovelhas que he na Raia damtre castella e portugall e per omde os termos partem estamdo nos ambos Jumtos asentados em huums penedos e lemos e pubricamos ha dita semtemça toda de verbum ad verbum em voz allta emtelegivill semdo a ello presemtes o senhor doutor luys afonso desembargador da casa do cardeall Iffamte de portugall que deus tem e procurador da dita villa de moura e o senhor fframcisqo de casaos vinte quatro da dita çidade de sevilha e procurador maior della especiall pera estes negoçios e fframcisqo perez procurador dá villa darouche e outro fframcisqo perez procurador da villa damzinha solla testemunhas que fforam presemtes os senhores Lecenciados ayres pirez cabrall do desembarguo del Rey de portugall e dos agrauos e samcho lopez de otalora Jujz daudiemcia Reall dos grados da dita çidade de sevilha e afonso memdez e llamcarote pimemta e alluaro abrjll caualleyros da casa del Rey de portugall e moradores na dita villa de moura e amtonio nunez e ffelipe alluarado nosos criados e ffernam mexia spriuam pubrico e do comçelho da villa darouche e João Ramjres do Rosall e João moço morador na villa darouche e outras muytas pesoas que a ello fforão presemtes e em comprimemto desta nosa semtemça e pera eixecução ffomos persoallmemte e mamdamos poer peramte nos todolos malhoes comteudos nesta nosa semtemça asy no Rosall allpedra e terras de comtemda assy e da maneyra que em esta nosa semtemça he comtheudo e declarado e pera mais clareffiicação da dita malhoeyra amtre hos malhoes que na dita semtemça mamdamos poer e se poserão per noso mandado outro sy mamdamos por outros malhos pella dita demarcação da dita semtemça non saimdo ffora em cousa alguma de todo aqujllo que em ella se comtem. E asy mesmo fforom deRubados todolos outros malhoes que pella dita semtemça mamdamos deRubar e pera mais e mjlhor despacho destes negoçios e conservação da Justiça das partes sobre ho tirar desta semtemça e de quamtas comprirem per as partes pernumçiamos hum noso despacho do quall ho teor de verbo ad verbum he o seguinte.

Visto como nos temos pernumçiada a semtemça açima comteuda e mandamos tirar

Jaa do proçesso algumas semtemças pera portugall e castella que ham de Jr asinadas per nos e aselladas de nossos signetes e as partes sam mujtas e avera mjster mujtas semtemças: e porque nos nom podamos ser presemtes ambos Jumtamente nem aguardar pera se averem de ffazer e asinar e sellar per nos por Justiças causas e Rasoes que temos pera nos Ira serujço dos primçipes nosos senhores e nos apartar hum do outro avemos por bem e damos licemça e autoridade pera mjlhor despacho das partes e comseruação de seu direito que cada hum dos scriuaes destes autos posa tirar do seu proçeso huma e muitas semtemças e quamtas quiser a Requerimento de cada parte que lhas pedir e tiradas do proçeso por cada hum delles e asignada do seu signall pubrico e do sinall de cada hum de nos somemte. e semdo asellada com ho sinete do Jujz que hà pasar valha e tenha tamta ffee e autoridade em Jujzo e ffora delle pera sempre como se ffora asinada per ambos Jumtamente e asellada de nosos sellos ou signetes: e asy o declaramos E determjnamos por este noso despacho ho quall Ira Inserto em cada huma das ditas semtemças asy nas que hora fforem asinadas e aseladas per nos ambos como em cada huma das outras. dom afonso e dom pero Á quall semtemça e despacho per nos ffoy pubricado em alldea de samto aleixo aos dezoyto dias do mes de outubro do ano de mjll e qujnhemtos e quoremta e dous anos persemtes os ditos doutor lujs afonso e fframcisco de casaos procuradores susu ditos E por tamto mamdamos a todolos corregedores Jujzes e Justiças e outras pesoas e partes sobre ditas que em todo e por todo cumpraes e guardes esta nosa semtemça assy e tão compridamemte como se em ella comtem sem a ella poerdes duujda nem embargo e ha deis e ffaçes dar em todo e por todo a sua devida eixecução com effeito como em ella he decllarado e não vades nem comsemtais Ir nem pasar em tempo algum per nenhuma maneyra que seJa em cousa alguma contra ella. e decllaramos que pera mjlhor execução e effeito desta nosa semtemça he vesitação que nella mandamos fazer em cada hum ano per a deradeyra oytaua da pascoa da Resureycam dos marquos e malhoeyras de portugall e de castella e da comtemda na dita somtemça decllarados se ffaça cadano começamdo sempre e aJumtamdose os ditos comçelhos no malhão que se pos amtre ha cabeça das ovelhas e ha serra de ficalho e dally hirão persegujmdo a dita vesitaçam como se comtem nesta nosa semtemça te ho cabo da dita malhoeyra toda nella devisada e huums e outros asy o compri e all não façaes dada nalldea de samto aleixo termo da villa de moura aos dezoyto dias do mes de outubrro João lopez caualeyro da oasa do cardeall Iffamte de purtugall e spriuão destes negoçios per autoridade e mamdado dell Rey de portugall a ffez e assinou com agustinho de xizneyros spriuão da camara do emperador e espriuão dos ditos negoçios ano do naçimemto de noso senhor Jesu crispo de mjll e qujnhemtos e quoremta e dous e vay esta semtemça asinada per nos e sellada com hos sellos de nosas armas e esta semtemça vay sprita em trimta e huma ffolha com esta e todas as laudas da dita semtemça vão asinadas pelos sobreditos spriuaes e fforão testemunhas a esta data o senhor licenciado samcho lopez de otalora Juiz daudiencia Reall dos grados de sevilha e alluaro de pina caualeyro e morador em a villa de moura e gaspar diaz morador em samto aleixo e felipe dalvorada criado do dito senhor dom afonso faJardo e nesta semtemça vão treladados os artigos de Restetujção do procurador de moura como se em ella comtem e na semtemça que do proçesso tirou agostinho de xisneyros spriuão de castella hos não trelladou somemte fez memção delles e portamto não ffaça duujda esta ha outra e a outra a esta porque todo se ffez por verdade dom pero Mazcarenhas dom afonso Fajardo = logar dos dois sellos. = agustin de cisneros escriuano. = Joam lopez.

E vista e llyda peramte mjm, a dita semtemça com seu acrecemtamento e comcyderados e exgemjnados com madura delyberação: Avemdo eu Respeite que per eles çessam mujtas e muj gramdes diferemças comtemdas e djscordias mujto Amtigas e mortes e outros graues males: e escamdolos, que avya de muy lomgos tempos, amtre es di-

tas vilas: e emtre meus sudjtos e naturajs com os do emperador meu Irmão e como he grrmde serujço de noso senhor e do emperador: e meu e paz e asoseguõ de nosos Rejnos, que vivam huums e outros: em hamjzade Amor e boa vjzinhamça: como deus mamda e he Rezam: e ho emperador e eu deseJamos: e por outros Justos Respeytos, que me A elo movem: eu de meu propio moto: e çerta çyemçya: e comprymemto de meu Reall e Ausoluto poder no mjlhor modo que poso e por direito majs valer me praz de confirmar Aprouar e Retefiquar: E per este comfirmo Aprouo e Retefiquo: daguora pera emtam: e demtão pera guora e pera todo sempre a dita semtemça suso sprita: e o dito Acrecentamento de denegação de Apelaçõcs: e em posysam de pena: dos ditos quynhemtos cruzados e todo ho que delo se segujo: e adiamte segujr: E esto quanto Ao que toqua A mjm: e Ao direjto de meus Reynos: e senhorjos: e ey por soprydos todos: e quoajs quer defeitos de direito ou de feito, que na dita semtemça e acreçemtamento Imtrevyerão: ou poderão Intrevjr: E pera majs firme cautela em quoamto he neçeçario: A sy ho Julgo e detrimjno de novo: como na dita semtemça e seu Acrecemtamento he comteudo e de nouo casso Anulo e Irrito: e ey por cassadas Anuladas e Iritadas as ditas Apelações, e cada huma dellas: da villa de amzina sola: e de moura e todo ho comtheudo nas cedolas delas: e quoajs quer outras Apelações Imtjmadas ou por Imtimar por cada huma das partes. neste caso: e mamdo que não seJão comsyderadas: em jujzo nem fora dele per via de hapelação: nem soprycação: ou Restetuyção In Integrum nem per outra alguma via que seJa: e lhe deneguo pera elo toda Aução: e officjo do Jujz: e quoall quer outro Recurso: e Remedio hordenaryo ou extreordinarjo por que mjnha temção dellyberada he por bem da dita paz e asoseguo e por Avjtar as ditas mortes e escamdolos e por hos Respeytos suso ditos: que ha dita semtemça com seu Acreçemtamento e denegação: das Apelacojs e pena dos quynhentos cruzados posta a cada huma das vilas de moura e arouche: e amzina sola por cada vez que contra ela vyerem: e todas has cousas comtheudas na dita semtemça e seu Acreçemtamento: se cumpram Imtejra e jmviolauellmente pera sampre, e que A pena dos quynhemtos cruzados se emcora per ese mesmo feito: e se execute per vos sobreditos e cada huum de uos semdo Requerjdos naqueles que nela: emcoRerem e leuada hã pena ou não leuada: todauya a dita semtemça e seu Acrecemtamemto e todo ho que dele se segujo e segujr: e execução per ela feita: ou que se Ao diamte fizer: todo seJa firme, e aJa seu comprjdo e fejto pera sempre: porque eu ponho sobre ho comtrarjo as partes e quoajs quer outras pesoas perpeto çylemçyo: E por meu Reall decreto o Julgo asy: como nesta se comtem e tolho e defemdo, A vos sobre ditos corregedores Jujzes Justiças e pesoas: almda que seJa em Relação, a faculdade e poder de Julgardes nem emtrepetardes em outra maneyra Comprjo asy, sem duujda nem embargue que a elo seJa posto: e sem embarguo de quoajs quer leys ou ordenaçõis mjnhas: direito comum: grosas: opinjões de doutores, que em comtrrrio seJam: posto que deles e da sustamcja deles: se ouuese de fazer expresa: e Imdeujda memção: e nam a bastase fazela per crausolas gerajs que Importasem ho mesmo: e quoais quer outras cousas: que em contrario seJam e de quoajs quer preuelegios: graças, fauores que seJam comçedidos ou por ho tempo se conçedèrem as ditas vilas e a quoajs quer outras vilas: cjdades pesoas: A que toqua ou toquar pode os quoajs todos e cada huum deles: Aquy ey por derrogados cassados e anulados pera efeito desta carta valer: ho majs efficazmemte que posa ser, sem embarguo da ordenação do segumdo liuro de mjnhas ordenacois: titulo 49 que diz que se não emtemda derogada nenhuma hordenação per mjm se da sustamçja dela não fizer expresa memção feita em lixboa etc. = ho dotor luis afonso.

Está conforme os originaes que se guardam na gav. 14, maço 7 n.º 8 e gav. 18, maço 9 n.º 8. Archivo da Torre do Tombo 19 de junho de 1893. = O director, *José Manuel da Costa Basto*.

N.º 2

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE EMBAIXADOR DE SUA MAGESTADE CATHOLICA AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 4 febrero 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio. —Tengo el honor de ofrecer á V. E. mis respetos, y de comunicarle de orden del Rey mi Amo, que noticioso Su Majestad de los continuos debates que hay entre sus vasallos y los de Portugal á causa de disfrutar común y tumultuariamente la Dehesa de la Contienda, sita en la raya de ambos Reynos, los vecinos de las villas de Aroche y Encinasola, que son de Sevilla en España, y los de la de Mora y sus aldeas pertenecientes a el Portugal; y de que con este motivo y el de ser común el exercicio de jurisdiccion civil y criminal, sirve dicha Dehesa de asilo á los malhechores de uno y otro Reino; se ha servido Su Majestad mandar tomar informes constantes de todo, y de los títulos que tubieren las citadas villas del Reyno de Sevilla, para acordar en su vista las providencias que fuesen de su Real agrado. Resulta de estos informes que hubo de mui antiguo diferencias sangrientas entre la ciudad de Sevilla las villas de Aroche y Encinasola, y la de Mora y sus aldeas, y que para precaver las, comissionaron los señores Reyes de España y Portugal á los Licenceados Sancho Lopez de Halvra y Diego Rodrigues á fin de que dividiesen los términos; mas que como estos no pudiesen conseguirlo, se comisionó de nuevo á Don Alonso Fajardo, y a Don Pedro Mascarenhas quienes con efecto por sentencia de 14 de octubre del año de 1542, amonjonaron y adjudicaron varios terrenos á uno y otro de ambos pueblos, pero dejaron una porcion mui considerable de terreno declarandole por de Contienda y pertenecer la jurisdiccion civil y criminal de él á las villas de Aroche y Mora: y á la de Encinasola la facultad de prendar y penar, declarando además el modo que se habia de observar entre los pueblos comuneros en el disfrute de dicho terreno de la Contienda.

Como estas medidas no hayan aun bastado para la tranquilidad de los expresados pueblos, y como no cortandose de raiz el mal, habra siempre que recelar nuevas disensiones, cree Su Majestad el Rey mi Amo que para precaverlas radicalmente es necesario valerse del mismo medio de que se valieron las dos Cortes en el siglo XVI, mandando se proceda, de común acuerdo á la division formal de la Dehesa por medio de comisarios de caracter de ambas naciones, quienes en vista del terreno de la disputa, conpresencia de la sentencia de 1542, y con asistencia de un diputado de cada pueblo comunero procedan al señalamiento del terreno para que sea disfrutado privativamente, de manera que sirva de raia divisoria de ambos reinos por aquella parte, pero sin perjuicio del derecho del de Portugal y su villa de Mora sobre el dominio y propiedad de lo que se la señale, ni del de España su ciudad de Sevilla y villas de Aroche y Encinasola por lo que se amojone como de privativo disfrute de ellas. Esta es la formal solicitud que el Rei mi amo me manda hacer presente a Su Alteza Real el Sr. Principe Regente y que yo tengo el honor de comunicar á V. E. á fin de que la eleve á su Real consideracion.

Los antecedentes insinuados hacen ver la precision en que se hallan las dos Cortes de proceder formalmente á la division de la Dehesa de la Contienda en la forma y términos indicados, y la utilidad que de esta medida resultará á ambas Coronas, es recíproca y tan manifiesta que Su Alteza Real no sabrá negarse á esta solicitud que Su Majestad forma con el laudable objeto de asegurar la tranquilidad y el buen orden entre los vasallos de ambas monarquías.

Por otra parte, siendo, como es indudable, que ambos gobiernos tienen accion y fa-

cultad para verificar la division de sus límites y terrenos comunes, basta la voluntad declarada de el uno para hacer que se verifique.

Espero que V. E. haciendo lo todo presente á Su Altesa Real, se servira comunicarme su soberana determinacion para noticia de mi Corte. Tengo con esta ocasion, el honor de repetir á V. E. las sinceras protestas de mio deseo de complacerle y servirle.

Dios guarde, etc.

N.º 3

O SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Lisboa, 15 de fevereiro de 1803.—Ex.^{mo} sr.—Mui senhor meu.—Recebi e levei á Real presença do Principe meu Amo o officio de v. ex.ª na data de 4 do corrente relativo ao modo de fazer cessar as contestações repetidas vezes suscitadas entre os vassallos de uma e outra monarchia sobre usufructo da Defeza da Contenda sita na raia de ambos os Reinos, e desejando Sua Alteza Real mui cordialmente concorrer para tudo quanto possa contribuir para consolidar a mais perfeita intelligencia entre os vassallos de ambas as Corôas, adopta o expediente proposto por Sua Magestade Catholica, já praticado em 1542, de enviar commissarios para que de accordo com os de Sua Magestade Catholica hajam de demarcar sobre o logar a linha divisoria que deverá regular os limites respectivos ao terreno contencioso: e logo que se tiver effectuado a nomeação dos commissarios por parte d'esta Côrte o participarei a v. ex.ª, a fim de que se possa ajustar o tempo em que se deverão encontrar com os que Sua Magestade Catholica houver de nomear para o mesmo effeito.

Aproveito esta occasião para renovar a v. ex.ª os protestos da minha muito distincta consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 4

O CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 18 de febrero de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo la honra de ofrecer á V. E. mis respetos y de acusarle el recibo de la nota que con fecha de 19 del corriente se ha servido V. E. dirigirme en respuesta á la mia de 4 del mismo sobre el modo de poner fin á las contestaciones tantas veces repetidas sobre el uso en común de la Dehesa de la Contienda sita en la raya de los dos reinos.

Quedo enterado, y pondré en noticia de Su Majestad El-Rey mi Amo la pronta voluntad con que Su Alteza Real el Señor Principe Regente adopta la resolucion de nombrar comisarios, que de acuerdo con los de Su Majestad demarquen sobre el lugar los límites respectivos del terreno contencioso: espero me avise V. E. como me lo indica, para comunicarlo yo á mi corte la nominacion de los comisarios de Su Alteza Real, en cuya determinacion verá Su Majestad unos sentimientos tan analogos á los suyos de remover quantas causas puedan alterar la buena inteligencia que reina entre las dos cortes.

Aprovecho gustoso esta ocasion para repetir á V. E. las seguridades de mi respetuosa consideracion.

Dios guarde, etc.

N.º 5

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 4 de marzo de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio:—Tengo el honor de ofrecer á V. E. mios respetos y de comunicarle que noticioso Su Majestad el Rey mi Amo de que los vecinos de Encinasola y Aroche, que son de España, y los de la villa de Mora de Portugal están unidos para arar y sembrar la Dehesa de la Contienda sita en la raya de ambos Reynos, y de que tive el honor de hablar á V. E. en mi nota de 4 de el mes próximo pasado, y persuadido igualmente de los perjuicios que de ella se seguirian si se llegaren á verificar estas intenciones de aquelles vecinos; me manda Su Majestad solicitar del Gobierno portugués, como lo executo, que mientras no se decida la cuestion que está pendiente sobre la division de la citada Dehesa, no se permita por la Corte de Portugal, el que sus vasallos ecerciten en ella actos de posesion y pertinencia.

Espero que V. E. se sirva darme una contestaçion con que pueda yo satisfazer á mi Corte; y que entretanto admitirá las sinceras protestas de el deseo que tengo de complacerle y servirle.

Dios guarde, etc.

N.º 6

O SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Salvaterra de Magos, 14 de março de 1803.—Ex.^{mo} sr.—Mui senhor meu.—Puz na presença de Sua Alteza Real o Principe Regente meu Amo, a Nota de v. ex.ª na data de 4 do corrente, em que v. ex.ª requer emquanto se não decide a questão sobre a divisão da Defeza da Contenda, se abstenham os habitantes da villa de Moura da lavoura a que pretendem dar principio na mesma Defeza, e não duvida Sua Alteza Real prestar-se a este expediente, tendente a obviar contestações entre os vassallos limitrophes de uma e outra Corôa, uma vez que Sua Magestade Catholica expeça similhantes ordens para que os habitantes de Encinasola e Aroche se abstenham igualmente de lavrar o territorio da sobredita Defeza, e de exercer qualquer acto que possa alterar o estado das cousas, o que tenho a honra de participar a v. ex.ª, repetindo-lhe os meus sinceros desejos de servil-o e comprazer-lhe.

Deus guarde, etc.

N.º 7

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 19 de abril de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo el honor de ofrecer á V. E. mis respetos, y de hacer le presente, que habiendo informado á mi corte del contenido de la nota, que se servió V. E. pasarme con fecha de 14 de marzo último, relativamente al asunto de la Dehesa de la Contienda, ha visto Su Majestad El-Rey mi Amo con mucha satisfaccion que Su Alteza Real se presta á sus deseos; y como es tan interesante la suspension de qualesquiera actos de pertenencia para no embarazar la division que se trata de hacer en aquella Dehesa, Su Majestad está también pronto á

expedir sus Reales órdenes, prohibiendo á sus vasallos semejantes actos, y solo espera saber, que Su Alteza Real ha comunicado las suyas al efecto.

También desea Su Majestad saber que se hallan ya nombrados los comisarios que por parte del Portugal han de trabajar en el deslinde, y amojonamiento de aquella Dehesa, lo que según he tenido el honor de oir á V. E., debe estar ya executado.

Ruego á V. E. que se sirva darme la contestacion, que espero sobre los dos puntos de esta nota.

Me valgo gustosamente de esta ocasion para ofrecer á V. E. mis sinceros deseos de emplearme en su obsequio.

Dios guarde, etc.

N.º 8

O SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Palacio de Queluz, em 22 de abril de 1803.—Ex.^{mo} sr.—Mui senhor meu.—Tenho a honra de renovar a v. ex.ª os meus obsequiosos comprimentos, e de certifical-o que recebi o officio de v. ex.ª na data do 19 do corrente, relativo ao assumpto da Defeza da Contenda, e significando-me v. ex.ª que Sua Magestade Catholica se acha prompto a expedir as suas Reaes ordens, prohibindo aos seus vassallos todos e quaesquer actos de posse e usufruicção n'aquelle territorio limitrophe, emquanto se não demarca a parte de territorio pertencente a uma e outra corôa, posso assegurar a v. ex.ª que pelo proximo correio se expedem as ordens de Sua Alteza Real ao official encarregado do governo das armas da provincia do Minho, a fim de que este haja de fazer intimar a Real resolução do Principe Regente meu Amo, para que os vassallos portuguezes se abstenham de exercitar qualquer acto de posse e usufruicção no citado territorio emquanto se não effectuar a desejada divisão.

Passo a participar igualmente a v. ex.ª que Sua Alteza Real tem designado os commissarios, que por parte d'esta Corôa devem assistir á demarcação, faltando unicamente, para se dar principio a este acto, que se concluam as copias dos diplomas existentes nos Reaes archivos, que são relativos ás demarcações, que em tempos anteriores se fizeram no sobredito terreno.

Aproveito esta occasião de protestar a v. ex.ª os meus constantes desejos de o obsequiar e servir.

Deus guarde, etc.

N.º 9

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 26 de abril de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo el honor de ofrecer á V. E. mis respetos, y de asegurarle que he comunicado á mi Corte el contenido de la nota, que V. E. se ha servido pasarme con fecha de 22 del corriente sobre el asunto de la Dehesa de la Contienda, y mientras recivo nuevas órdenes de El-Rey mi Amo á a este respecto me atrevo á asegurar á V. E. que Su Majestad verá con satisfaccion las disposiciones con que Su Alteza Real el Señor Principe Regente se presta á quanto puede contribuir al deseado fin de este asunto.

Me valgo de esta ocasion para renovar á V. E. las sinceras protestas de mi consideracion respetuosa.

Dios guarde, etc.

N.º 10

O SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Palacio de Queluz, 27 de junho de 1803.—Ex.^mo^ sr.—Mui senhor meu.—Tenho a honra de participar a v. ex.ª que o Tenente General Gonçalo Pereira Caldas, encarregado do governo das armas da provincia do Minho, destinado por Sua Alteza Real o Principe Regente meu Amo para a regulação de limites no sitio da Defeza da Contenda, ha de partir d'esta Côrte no dia de segunda feira proxima 4 de julho e se deverá achar em Vianna no dia 15 do mesmo mez, onde esperará o aviso da chegada do commissario hespanhol, a fim de partir para o sobredito sitio da Defeza da Contenda, 9 leguas distante de Vianna, logo que receber aviso do dia que o commissario hespanhol se propõe chegar ao mesmo sitio, o que tenho a honra de participar a v. ex.ª para sua informação.

Aproveito, esta occasião para renovar a v. ex.ª os protestos da minha muito distincta consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 11

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 30 de junio de 1803.—Excmo. sr.—Tengo el honor de ofrecer á V. E. mis respetos, y de acusarle le recibo de su nota de 27 del corriente, en que se sirve V. E. comunicarme, que el Teniente General D. Gonzalo Pereyra Caldas partirá de esta Corte el 4 del proximo julio para hallarse en Viana el 15 del mismo, donde espera el aviso de la llegada del comisario español, á fin de pasar á la Dehesa de la Contienda, y ocuparse de la demarcacion de sus límites; de todo lo que he dado ya cuenta puntual á Su Majestad El-Rey mi Amo.

Tengo con esto motivo el honor de repetir á V. E. las sinceras protestas de mis deseos de complacerle y servirle.

Dios guarde, etc.

N.º 12

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 7 de julio de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo el honor de ofrecer á V. E. mis respetos, y de hacerle presente que enterado Su Majestad el Rey mi Amo de hallarse ya designados por Su Alteza Real el Señor Principe Regente los comisarios que por parte de esta Côrte deben asistir á la division y demarcacion del terreno de la Dehesa de la Contienda, sita en la raya de los dos reinos, y que solo falta para dar principio á este acto que se concluyan las copias de los diplomas existentes en los Reales archivos de Su Alteza Real que se refieren á las demarcaciones que en tiempos antiguos se fixaran en el expresado terreno, según todo se sirve participarmelo V. E. en su nota de 22 de abril último, me manda Su Majestad hacer presente á Su Alteza Real que los comisionados por Su Majestad para la division y demarcacion de ese terreno están prontos y saldrán á encontrarse con los de Portugal en lugar conveniente, luego que el Go-

bierno portugués avise que los nombrados por su parte han salido ó están prontos para salir á su destino.

De orden de Su Majestad el Rey mi Amo tengo el honor de participar á V. E. quanto queda expuesto para los efectos conducentes, esperando se servirá avisarme las últimas disposiciones de Su Alteza Real en consequencia de esta comunicacion para noticia de Su Majestad y para encaminar al deseado fin este asunto tan interesante para ambos Gobiernos.

Renuevo á V. E. con esta ocasion las protestas de mis deseos de complacerle.

Dios guarde, etc.

N.º 13

O SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Lisboa, 16 de agosto de 1803.—Ex.mo sr.—Mui senhor meu.—Constando por um officio que acabo de receber do Tenente General Gonçalo Pereira Caldas, encarregado da demarcação de limites por parte d'esta Côrte, na data de 8 do corrente, não ter comparecido ainda nos sitios contiguos a Lindoso o official delegado pela parte de Hespanha para conferenciar com elle sobre o mencionado objecto, cujo desencontro talvez proceda de alguma equivocação; me avisa o referido Tenente General que se recolheu a Vianna, deixando em Lindoso quem o avisasse da chegada do delegado hespanhol, a fim de sem demora voltar para aquelle sitio a dar principio á referida commissão.

O que tenho a honra de participar a v. ex.ª para que lhe seja constante o motivo d'este retardo. Repito a v. ex.ª com esta occasião os fieis protestos do meu obsequioso rendimento.

Deus guarde, etc.

N.º 14

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 17 de agosto de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo el honor de frecer á V. E. mis respetos y de comunicarle que habiendo puesto en noticia de Su Majestad el Rey mi Amo el contenido de la última nota que V. E. se sirvió pasarme sobre el asunto de la Dehesa de la Contienda, en la qual me participaba V. E. que el Teniente General Don Gonzalo Pereira Caldas, encargado del Gobierno de las armas de la provincia de Miño, se hallaba destinado por Su Alteza Real el Señor Principe Regente para el arreglo de límites de ambos Estados en la citada Dehesa, á cuyo efecto debia partir de Lisboa el 4 de julio último y hallarse el 15 del mismo en Vianna en donde esperaria el aviso de la llegada de el comisionado por Su Majestad para el mismo objeto; el Rey mi Amo mandó inmediatamente al Brigadier y Director Sub-inspector del Real Cuerpo de Ingenieros, Don Francisco Fersen, á quien tiene nombrado con un Ayudante para esta comision, que se trasladase sin pérdida de tiempo al expresado punto de reunion para ocuparse de los trabajos en question.

Las órdenes expedidas por Su Majestad que tanto desea ver puesto fin á las altercaciones de aquellos rayanos, han tenido el exacto cumplimiento que era natural, y la pontualidad del comisario español ha sido tal que el dia 19 de julio se hallaba ya en Encinasola, desde donde el mismo dia 19 despachó un expreso al Teniente General Don Gonzalo Pereira Caldas, el qual expreso volvió con la noticia de no haber llegado aun á

Vianna el comisario portugués, ni saberse quando llegaria. No contento con este paso el zelo del comisionado español, habia despachado el dia 25 del mismo mes otro expreso al Gobernador de la Plaza de Mora, que se halla en el camino de Encinasola á Vianna, incluiendole otro oficio de aviso para el Teniente General Don Gonzalo Caldas.

El comisionado español ha informado de todo esto á Su Majestad quien me manda que lo haja asi saber al Señor Principe Regente, esperando que Su Alteza Real que tiene un igual interés en la fixacion de aquellos límites cuyo resultado ha de ser la tranquilidad de aquellos subditos límitrofes, repetirá sus órdenes las más positivas para que el comisario portugués concurra con la misma pontualidad á realizar la deseada conclusion de este negocio: que es la solicitud que tengo orden de hacer en nombre de Su Majestad.

Me aprovecho con gusto de esta ocasion para renovar á V. E. las sinceras protestas de mis deseos de emplearme en su obsequio.

Dios guarde, etc.

N.° 15

O SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Extracto.

Palacio de Queluz, 18 de agosto de 1803.—Ex.^{mo} sr.—Mui senhor meu.—Tenho a honra de accusar a v. ex.ª a recepção das suas notas na data de hontem ....

....

Quanto porém á outra, em que v. ex.ª me participa a chegada do commissario hespanhol o Brigadeiro Francisco Fersen ao logar de Encinasola, e a falta de concorrencia do commissario portuguez o Tenente General Gonçalo Pereira Caldas, devo significar a v. ex.ª quanto me é sensivel a existencia de um similhante desencontro, e communicar-lhe com a devida ingenuidade, que elle nasce de uma equivocação de localidade, pois que havendo tambem Contendas na provincia do Minho, suppoz-se que se principiariam por aquella parte as demarcações determinadas; agora porém que se desenvolve este engano, e se entra na intelligencia de que devem começar por aquella parte confinante da provincia do Alemtejo, tem Sua Alteza Real o Principe Regente meu Amo, nomeado para aquella commissão o Brigadeiro Joseph Antonio da Rosa, coadjuvado pelo Tenente Coronel engenheiro Henrique Niemeyer, e hoje mesmo se lhe expedem por um correio extraordinario as ordens e instrucções necessarias, a fim de que sem perda de tempo passe a avistar-se com o indicado commissario hespanhol, dando principio á designação dos limites que devem restituir aos povos limitrophes de ambas as Potencias aquella paz e harmonia que convem subsista entre vassallos de dois Soberanos tão intimamente unidos pelos estreitos vinculos do sangue, amisade e antiga alliança. E quando se possa tratar de similhantes questões junto a Lindoso, já ali se achará o referido Tenente General Gonçalo Pereira Caldas, que antecipadamente foi commissionado para esta diligencia do estabelecimento de limites, na qual devo certificar a v. ex.ª que não menos interessado que Sua Magestade Catholica se mostra Sua Alteza Real o Principe Regente meu Amo.

Gostosamente me aproveito d'esta occasião para repetir a v. ex.ª os meus constantes desejos de empregar-me emquanto seja do seu obsequio.

Deus guarde, etc.

N.º 16

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. D. JOÃO DE ALMEIDA DE MELLO DE CASTRO

Lisboa, 19 de agosto de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo el honor de ofrecer á V. E. mis respetos y de hacerle presente que por la nota que acavo de recivir de V. E. con fecha de ayer 18 del corriente en contestacion á la mia de 17 del mismo, quedo enterado de la equivocacion ocurrida sobre el paraje en que deben reunirse los comisarios de ambas Cortes para fixar los respectivos límites do la Dehesa de la Contienda, equivocacion de que ha resultado no haber concurrido aun los comisarios de Su Alteza Real al punto en que los están esperando los de Su Majestad el Rey mi Amo; y así mismo de haberse servido Su Alteza Real el Señor Principe Regente despachar por un correo extraordinario su nominacion de comisionado para esta dependencia al Brigadier Don Josef Antonio de la Rosa acompañado de um Ayudante, con orden de pasar inmediatamente á avocarse con el comisionado español: todo lo que pondré en noticia de Su Majestad.

Así, se hace ya inútil la contestacion que iva á dar á la nota de V. E. de 16 del corriente que recivi en el momento después de despachar á V. E. la mia del 17, y en la que me proponia asegurarle de la llegada del comisario español á las inmediaciones del paraje en question el dia 19 del próximo pasado, y de las infructuosas diligencias que habia praticado en busca del Teniente General Don Gonzalo Pereira Caldas.

Con este motivo tengo el honor de renovar á V. E. las sinceras protestas de mi respectuosa consideracion.

Dios guarde, etc.

N.º 17

O CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. VISCONDE DE BALSEMÃO MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 16 de setiembre de 1803.—Excmo. sr.—Mui señor mio.—El brigadier y director sub inspector del real cuerpo de ingenieros D. Francisco de Fersen comisionado por la corte de España para el arreglo de límite de la Dehesa de la Contienda, ha participado en carta de 26 del més próximo pasado haberle avisado de oficio el gobierno portugués de la plaza de Moura con fecha de 23 del mismo la resolucion de Su Alteza Reale el sr. Principe Regente de que el brigadier ingeniero de los reales ejercitos D. Josef Antonio Rosa se halló nel dia 24 á 25 desto mes de agosto en los límites de la Dehesa de la Contienda para tratar con Fersen sobre la negociacion de que está encargado y haber contestado este á aquel gobierno que para no atrasar las operaciones podia transferirse el nuevamente desta por esta corte el pueblo de Barrancos situado en la raya, adonde pasaria Fersen inmediatamente que tuviese noticia de su arrivo por ser aquel el paraje más á propósito para el efecto en esta comision.

Deseoso Su Majestad el Rey mi Amo de ver el fin de un ajuste que debe restablecer la harmonía y la tranquilidad entre los rayanos de aquel sitio, me manda que lo haga á un presente al gobierno portugués, á fin de que Su Altesa Real á quien animan los mismos deseos justos, y los mismos intereses, tenga á bien dar las órdenes las más positivas para que no se dilate por más tiempo la concurrencia del comisario portugués, cuyo nombramiento variado ha producido ya un notable atraso de la referida comision.

Tengo el honor con este motivo de ofrecer á V. E. mis sinceros deseos de complacerle y servirle.

N.º 18

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. VISCONDE DE BALSEMÃO

Lisboa, 10 de octubre de 1803. — Excmo. sr. — Muy señor mio. — Su Majestad el Rey mi Amo ha sido informado prolijamente de todas las diligencias que ha practicado el brigadier y director sub-inspector del real cuerpo de inginieros Don Francisco de Fersen, su comisionado para la demarcacion de limites de la Dehesa de la Contienda á fin de dar á esta comision el más exacto y pronto cumplimiento, y de las dificultades que esto encuentra en la conducta del comisionado portugués.

En las primeras conferencias que tuvieran principio el 2 del próximo pasado septiembre manifestó Fersen al comisario portugués un plano que havia levantado del terreno, y le propuso que con este documento en la mano podian pasar al sitio mismo, para que con más brevedad reconociese y se enterase de las circunstancias y calidades del local; peró el comisario portugués no quiso acceder á una propuesta tan razonable, dando así á entender que non venia con la disposicion más analoga á la conclusion pronta y regular de este asunto.

Al tercer día de haverse visto, y después de repetidas instancias de Fersen, pasó el comisionado portugués con el ayudante español Don Josef Prieto á la Contienda donde solo recorrió los lindes de la Dehesa; y aun que le instó Fersen á que proseguiese así el reconocimiento exterior é interior de todo el terreno no accedió á ello y sí, dispuso que su ingeniero levantase un plano sin consentir que los comisionados españoles concurriesen á esta operacion que tanto podia facilitarse con la practica y conocimiento que tienen adquirido del terreno desde que se hallan en sus inmediaciones con tanta anticipacion.

En los días siguientes manifestó el comisionado portugués algunas dudas destituidas de fundamento en punto á lindes y mojones, dexando traslucir al mismo tiempo en quanto á la demarcacion de los límites que correspondia al Portugal la mitad del terreno de que se trata fundandose indebidamente en el mayor número de vecindario que tiene la villa de Mora y sus aldeas comparado con el de las de Arroche y Encinasola de España; mas Fersen rebatió esta importuna insinuacion, fundado en que la concordia declara absoluta y totalmente iguales las tres villas citadas en el usufructo y aprovechamiento de la Dehesa de la Contienda sin distincion alguna directa ni indirecta en favor de la de Mora. Así en caso de particion del terreno lo más que podia pretender esta, seria la tercera parte, lo qual debiendo ser la contigua á la actual raya del Portugal, se halla ser la más pingue en arbolado y calidad de las tierras.

En estas y semejantes conferencias se pasaba el tiempo sin resolver cosa alguna, pues quando se trataba de particion el comisionado portugués insinuaba que si Fersen se allanaba á dividir por mitad el terreno de la Contienda, se podria pasar adelante y que de lo contrario no tenia facultades para proseguir.

Estas altercaciones duraran hasta que estrechando Fersen al comisario de Su Alteza Real á que se tomase una resolucion, le confesó este que tenia consultado á su corte, y que además queria asegurarse por el plano que está levantando su ingeniero sin concurso de los españoles. Pero no fué dificil á Fersen averiguar que el verdadero motivo de las demoras y tergiversaciones referidas era el interés que tienen algunos portugueses fronterizos en que siga la indecision como hasta aquí, o que en el caso de division de la Dehesa toque la porcion mayor al Portugal por que ellos en razon de sus muchos ganados han disfrutado siempre más que los demás de aquel terreno.

Se observa además que la orden dada al actual comisionado portugués para tratar sobre este asunto no es clara y terminante, pues no trata en debidos términos del punto principal, que es la demarcacion de los límites de ambos reinos por aquella parte, al paso que las comunicadas por Su Majestad el Rey mi Amo son tan determinadas y precisas como es conveniente para lograr los laudables fines que se ha propuesto Su Majestad.

En consequencia de todo y antes de partir Don Francisco Fersen del pueblo de Barrancos al de Oliva, en el que se halla actualmente y en el que esperará por escrito quantas comunicaciones quiera hacerle el comisionado de Portugal, ha participado á este su *ultimatum* reducido: á que mientras recive las órdenes ulteriores que dice está esperando de Su Alteza Real, los dos ayudantes de Fersen volverán al terreno de la Contienda á rectificar con el mayor escrupulo las operaciones de su plano, entretanto que el ingeniero portugués concluie el suio; y que estos documentos se confrontarán después, se verificarán los puntos dudosos que ocurrieren hasta quedar satisfechas las dificultades de una parte y otra, se firmarán dos copias iguales, quedando señalados en ellas los límites que cada comisionado proponga, y serán remitidas á los respectivos soberanos con los correspondientes informes para su real determinacion.

Su Majestad el Rey mi Amo cuyas rectas intenciones en beneficio común de ambos estados le han hecho desear esta demarcacion de límites, y solicitarla con el empeño de quien quiere asegurar el sosiego y el bien de aquellos vecinos limitrofes, me manda elevar á la consideracion de Su Alteza Real el Señor Principe Regente el contenido todo de esta nota. La inalterable justificacion de Su Alteza Real accediendo á los deseos de Su Majestad con la nominacion de comisarios que tratasen en su nombre de este asunto, ha hecho ver que estaba perfectamente de acuerdo con las intenciones beneficas de Su Majestad el Rey mi Amo; y consiguientemente ahora que se observa una falta de precision en las órdenes comunicadas á aquel comisario portugués, una lentitud en las resoluciones de este, un espíritu de tergiversacion, y una exageracion en las pretensiones nada conformes al espíritu que ha dictado esta medida, a la urgencia de una terminante conclusion, y á los laudables deseos de ambos soberanos debe esperarse que Su Alteza Real tendrá á bien mandar del modo más positivo á su comisionado en esta dependencia que, evitando todas las dilaciones que consumen inútilmente el tiempo, se ocupe con toda brebedad y buen concierto de poner un pronto fin á esta comision dirijida á demarcar los límites de ambos estados por aquella parte.

Esto es lo que Su Majestad me manda solicitar de Su Alteza Real y lo que yo tengo el honor de hacerle presente á V. E. en cumplimiento de lo que se me previene.

Me aprovecho gustosamente de esta ocasion para ofrecer á V. E. mis sinceros deseos de complacerle.

Dios guarde, etc.

N.º 19

O SR. VISCONDE DE BALSEMÃO AO SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE

Palacio de Mafra, 16 de outubro de 1803.—Ex.^mo^ sr.—Mui senhor meu.—Recebi o officio que v. ex.ª me dirigiu em data de 16 de setembro, sobre a participação que a v. ex.ª fizera o brigadeiro e director do real corpo de engenheiros D. Francisco Fersen, encarregado pela côrte de Hespanha para a demarcação de limites da Defeza da Contenda de Moura; solicitando v. ex.ª que se não dilatasse a partida do commissario portuguez, a fim de se pôr um termo final a um ajuste que devia estabelecer a harmonia e tranquillidade entre os arraianos d'aquelle sitio. Sobre o que devo participar a v. ex.ª que, segundo as noticias recebidas do commissario portuguez, o brigadeiro Joseph

Antonio da Rosa, já este tinha conferido com o commissario hespanhol a mesma materia; e sómente havia difficuldade sobre a porção do territorio que deveria competir a ambos os estados; e o dito brigadeiro Rosa já recebeu ordem d'esta côrte para que a porção que se demarcasse fosse igual, para os vassallos de ambas as corôas em conformidade dos titulos existentes e que assim o persuadiam.

Fico pois esperando o exito d'este negocio, que espero e desejo seja conforme ás justas e amigaveis instrucções de ambas as côrtes.

Deus guarde, etc.

N.º 20

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. VISCONDE DE BALSEMÃO

Lisboa, 29 de octubre de 1803.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Con fecha de 16 del corriente he recibido una nota de V. E. en contestacion á otra mia de 16 de setiembre anterior, relativa á el asunto de la demarcacion de límites de la Dehesa de la Contienda; pero ya havia V. E. recibido otra mia posterior con fecha de 11 del corriente á la que no he tenido aun contestacion, y en la que expuse á V. E. detenidamente el estado de esta dependencia, y los deseos de Su Majestad de que se accelere su conclusion removiendo las dilaciones y las cavilosidades que embarazan su curso.

Su Majestad acaba de ser informado de que haviendo concluido su comisionado el brigadier D. Francisco Fersen la operacion de rectificar con el mayor escrupulo el plano del terreno, ha hecho pasar á un ayudante suio á Barrancos para acordar con el comisionado portugués el día y el modo de proceder á la confrontacion de los dos planos para verificar y resolver en el terreno cualquier duda que pudiese ocurrir; que en efecto el ayudante español manifestó al comisario portugués quanto importaba ejecutar la mencionada verificacion, y en seguida proceder al señalamiento de la línea divisória de ambos reinos; y que el comisario de Su Alteza Real le contestó que en quanto á los límites y mojones de la Contienda y á la exactitud del plano español estaba perfectamente conforme con el comisionado de Su Alteza; pero que por lo respectivo á la línea divisoria, visto retardarse las órdenes de su corte que le diesen las facultades necesarias para la citada division, según tenia solicitado, havia despachado á Lisboa á su ayudante para accelerar la resolucion conveniente y que mediante haver marchado este seis dias havia, esperaba su regreso dentro de unos ocho, es decir, como el dia 12 del corriente ofreciendo avisarle inmediatamente de cualquiera resulta.

Enterado Su Majestad de todo me manda nuevamente, que eleve á la consideracion de Su Alteza Real la lentitud con que se procede en este negocio parte de sus comisarios, y la necesidad de accelerar la conclusion de un asunto de recíproco interés para las dos coronas; esperando que las órdenes que el Señor Principe Regente tendrá á bien expedir á este efecto removerán todos los embarazos y dilaciones.

Tengo con este motivo el honor de ofrecer á V. E. las sinceras protestas de mi respetuosa consideracion.

Dios guarde, etc.

N.º 21

O SR. CONDE DEL CAMPO DE ALANGE AO SR. ANTONIO DE ARAUJO DE AZEVEDO

Lisboa, 19 setiembre 1805.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Los prolixos reconocimientos que el Rey mi amo ha hecho ejecutar por sus comisionados, para la division

de la Dehesa de la Contienda, y fixacion de sus límites entre las villas interesadas de ambos reynos: el examen maduro de todos los documentos que se han encontrado, capaces de dar luz en este importante asunto, y los informes que ha tomado en él, de sujetos ilustrados, ya en los puntos facultativos y ya en la materia legal, han dado á Su Majestad un conocimiento cabal del negocio, y una firme persuasion de la justicia de la solicitud, que ahora me manda hacer al gobierno portugués.

Dejo áparte la enumeracion de las notas oficiales, pasadas sobre este asunto por el ministerio de Su Majestad en Madrid al enviado de Su Alteza Real en aquella côrte, y por esta embaxada al gobierno portugués desde principios del año pasado de 1803, pues todos constan á V. E. originalmente, y repetirlos fuera molestar inutilmente su atencion.

El brigadier Don Francisco Fersen, comisionado español en consideracion á tener ciertos derechos á la Dehesa de la Contienda las tres villas de Aroche y Encinasola de España, y Mora de Portugal, propuso la division en tres partes. El brigadier Don Josef Antonio da Rosa, comisionado portugués, en consideracion a la maior poblacion y ganado de la villa de Mora y sus Aldeas, estableció que la division debia hacerse por mitad entre Aroche y Mora, desentendiendo-se del incontestable derecho de Encinasola, y comunicó al comisario español una orden que havia recibido de Su Alteza Real con fecha de 10 de octubre del año último, en la que considerando el Señor Principe Regente por lesiva la particion en tres partes iguales, le manda que esta se haga por mitad entre España y Portugal, pues para ello se tenian presentes algunos documentos incontestables. El comisionado español dió cuenta al Rey mi amo de esta novedad; Su Majestad mandó proceder á nuevos examenes é informes, y quando teniendo Don Francisco de Fersen formado un trabajo el mas prolixo y completo, y recibido órdenes de Su Majestad en su concecuencia, convidó á Don Josef Antonio da Rosa para nuevas conferencias, en las que se havrian propuesto por parte de la España algunas modificaciones, de resultas de los nuevos examenes; no pudo conseguirse este fin, por que el comisario portugués declaró formalmente, que, siendo sus órdenes precisas las de no consentir en particion alguna que no fuese por mitad, no havia para que renovar las conferencias, si el comisario español no estaba dispuesto á acceder á ello. De aquí el estado de inaccion en que se halla este negocio.

Es indispensable sentar dos principios, uno que no se han comunicado por el comisionado de Portugal, esos documentos incontestables, que enuncia la orden de Su Alteza Real de 10 de octubre, y sobre los que dice se funda la division por mitad; y otro que no existe otra pieza autentica que pueda servir de regla en la materia que la concordia celebrada por ambas cortes em 1542, con el objeto que no se consiguió completamente de impedir los desórdenes que nacian de la confusion de los derechos de las villas interesadas de ambos reynos en aquella Dehesa.

La concordia de 1542 celebrada entre ambas cortes, con tan laudable objeto se compone *de veinte y cinco artículos,* en los que se declaró sobre la posesion, propiedad y pertenencia de aquella Dehesa, *y se dieron reglas* para el mejor regimen y gobierno de ella, aun que siempre quedó indivisa, como lo estaba antes de la concordia. Declararon los comisionados plenipotenciarios en los primeros articulos que la Dehesa de la Contienda, como quedaba demarcada, pertenecia pleno jure á la ciudad de Sevilla por su villa de Aroche y su termino, y así mismo á la villa de Mora y los suios, y esto mixta, común, y hermanablemente, teniendo las dichas dos villas en aquellos lugares y tierras, el territorio, dominio, y jurisdiccion mixta juntamente en lo civil y criminal, mero y mixto imperio, así en posesion, como en propiedad, y así en pastos como en los otros aprovechamientos, comodidades y logramientos, añadiendo finalmente, que dichos lugares y tierras de Contienda, pertenecian á las citadas villas de Mora y Aroche, y á cada una de ellas *in solidum,* solamente por la manera dicha mixta común y hermanablemente,

guardandose siempre y teniendo-se dichos lugares y tierras de Contienda para estas dos villas solamente. Por el IV y V capitulo dieron ciertas reglas relativas al exercicio de la jurisdiccion de las dos villas en la Contienda, repitiendo, como en otros muchos, las declaraciones de pertenencia y propiedad que se han sentado. Y por el VI declararon que en los dichos lugares y tierras señaladas de Contienda, no tenia la villa de Encinasola en España ninguno dominio, ni jurisdiccion civil ni criminal, mero ni mixto imperio, ni otra alguna jurisdiccion, ni podia traher vara de justicia, ni usar de ninguno otro acto de jurisdiccion por ninguna via que fuera, concediendola solamente y adjudicandola el pasto y aprovechamiento de yerbas, aguas, bellota, corcha, y madera y qualquiera otros aprovechamientos.

De esta exposicion resulta evidentemente que la villa de Encinasola en España, tiene por la concordia de 1542, un derecho en aquella Dehesa, que no es dominio, pero que no puede quitarsela un usufructo que indebidamente quiere desconocer el gobierno portugués, y que la pertenece en toda la Dehesa por el tratado ó concordia, y por la posesion en que está.

Como las dos villas de Aroche y Mora son las únicas dueñas de la Dehesa, *in solidum* común mixta, y hermanablemente como se explica la concordia, es indudable que á solas ellas pertenece el dominio, y que tratandose de partirle, debe hacerse por mitad, pero esto debe entenderse sin perjuicio del derecho de la villa de Encinasola al uso de todos los aprovechamientos, derecho que le concede el tratado de 1542, y que no puede perder por la division.

Hagase pues la division por mitad entre Aroche y Mora, pero siempre havria de quedar á Encinasola el uso de los aprovechamientos en ambas mitades, esto es en toda la Dehesa, como hasta aquí. Mas entonces no se havrian conseguido los fines, que ambos gobiernos se han propuesto en esta particion, porque el usufructo de Enicnasola en la parte portuguesa, hará que subsistan las disputas, animosidades, y altercaciones que hasta aquí han resultado del uso en común, y que ahora se quieren y deben cortar de raiz.

Para conseguir de lleno y sin inconveniente alguno estos fines recomendables, es necesario dejar absolutamente libre, desembarasada y sin mescla alguna de las villas de Aroche y Encinasola, aquella parte que se señale á la villa de Mora.

Para esto es muy justo que esta villa dé el cambio correspondiente al verdadero valor de la carga de que se ha de redimir, quedandose con los mismos aprovechamientos, que corresponden á Encinasola, y el medio más natural y sencillo para su ejecucion, será rebajar este valor de aquella parte y porcion de terreno que se huviere de señalar á Mora, sino tuviera contra si aquella carga y servidumbre.

En consecuencia de todos estos principios y consideraciones propone Su Majestad al gobierno portugués, la division de la Dehesa de la Contienda en deiz y seis partes iguales, de las cuales seis serán para la villa de Mora por la parte que toca al territorio portugués, seis para la de Aroche, y las quatro restantes para la de Encinasola.

Yo tendré el honor de manifestar á V. E. los planos que se me han remetido de orden de Su Majestad trabajados por sus comisionados, en los que se demarca la línea divisoria proyectada. Según ella la parte que se destina á Mora es ventajosa á esta villa, por ser terreno de mejor calidad, el que la debe corresponder por la situacion local de su raya actual, la porcion que se propone para la villa de Aroche es muy proximamente igual á la anterior en extension, aun que no en calidad, y la que se demarca para la de Encinasola, por via de resarcimiento y compensacion, es un tercio menor que la de las otras villas co-propietarias, pero algo inferior en calidad.

La villa de Mora ya por las maiores utilidades que ha sacado por el estado de indivision de aquella Dehesa, lo que en la parte que depende de su maior poblacion y nú-

mero de ganados, puede cambiar mañana en favor de Aroche, y ya por la gran facilidad que ese mismo estado da á un enorme contrabando ruinosisimo para la España, se ha manifestado siempre opuesto á la deseada particion; pero los dos Soberanos la quieren, están convenidos en proceder á ella y sienten bien la gran necesidad que hay de que tenga efecto, para cortar de raiz hasta las més remotas ocasiones de comprometer su feliz union y constante harmonía.

Ruego pues á V. E. se sirva elevar al conocimiento de Su Alteza Real el Señor Principe Regente el contenido de esta nota, á fin de que se dé orden á los comisionados portugueses, para que se pongan de acuerdo con el español residente en Badajoz Don Josef de Gabriel para tratar, conferenciar y ajustar esta division y demarcacion conforme á los justos deseos de Su Majestad enunciados en este oficio y con la brevedad que es tan conforme á las sabias intenciones de ambos Soberanos.

Me valgo gustosamente de esta ocasion para ofrecer á V. E. mi sinceros respectos.

Dios guarde, etc

N.º 22

O SR. MANUEL MARIA DE AGUILAR, ENCARREGADO DOS NEGOCIOS DE HESPANHA AO SR. SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 14 de setiembre 1822.—La reparticion de los terrenos de los propios y valdíos de las ciudades, villas y lugares de España, estando decretada por las cortes del reyno, ha tenido ya lugar en la mayor parte de las provincias, y esta benefica disposicion de que el gobierno de Su Majestad Católica se ha esmerado en poner en ejecucion, lleva consigo el buen estar y felicidad de los pueblos, aumentando sus propietarios con adelanto de la agricultura. Para complemento de tan saludables medidas de bien público se presentan dificultades en la provincia de Huelva, limítrofe á Portugal, para el reparto que debe hacerse en los pueblos de Aroche y Encinasola de un basto campo ó Dehesa, llamada de la Contienda, que mancomunadamente al de Moura en Portugal, hace mucho tiempo disputan aquellos tres pueblos, y por cuyo aprovechamiento se han suscitado, por falta de precisos límites, grandes desavenencias entre ellos; y como sea que estas no pueden allanarse sin que el gobierno de Su Majestad Fidelísima convenga por su parte en contribuir á ello, ha recibido el infrascrito, encargado de negocios de Su Majestad Católica, orden de dirigirse á S. E. el sr. ministro secretario de estado y de negocios extranjeros con este objeto al mismo tiempo que le presenta sus distinguidos respetos.

En consecuencia, animado el gobierno español por la amistad y buena inteligencia, que felizmente existe con el de Portugal, y por las íntimas relaciones que cada día estrechan á ambas naciones regidas por instituciones analogas y empeñadas en una misma causa, propone por medio del infrascrito al gobierno de Su Majestad Fidelísima, lo conveniente que seria para que plausiblemente, y de la manera más franca y amistosa, se hiciese la division del terreno en cuestion, el que las autoridades de la provincia del Algarve de conformidad y en union al jefe politico de la provincia de Huelva, procediesen á la division del enunciado terreno entre los indicados tres pueblos de Moura, Aroche y Encinasola, tomandose por base para la distribucion el respectivo vecindario de cada uno de ellos, á fin de que hecho de común acuerdo el reparto, adquieran cada cual su parte en plena propiedad, y no resulte ninguno perjudicado.

Si esta propuesta equitativa y digna, al parecer del infrascrito, de pueblos generosos y libres, mereciese la aceptacion del gobierno de Su Majestad Fidelísima podrá desde luego ponerse en ejecucion procediendose á las diligencias del reparto de aquel

terreno, en cuyo caso luego que S. E. el sr. ministro tendrá la bondad de comunicarle las resoluciones de Su Majestad Fidelísima, el jefe politico de Huelva ó su delegado, en union con las autoridades del Algarve ó delegado de ellas, precedidos los competentes avisos, se pondrán de acuerdo para esta operacion, que, hecha bajo los auspicios de la amistad y de la buena fé, producirá los apetecidos efectos, teniendo así entero cumplimiento en aquel punto las beneficas miras de las cortes españolas en proporcionar á los pueblos de la monarquía todos quantos medios pueden contribuir á su felicidad, y el pueblo de Moura contará igualmente con la legitima propiedad de la parte que le corresponda, para hacer de ella el uso que más convenga.

El infrascrito con este motivo al tiempo que se promete que S. E. el sr. ministro se persuadirá de la utilidad de la enunciada propuesta, y de los deseos que animan en esta parte al gobierno Su Majestad Católica, tiene la honra de ofrecer á S. E. las particulares protestas de su alta y distinguida consideracion.

N.º 23

EXTRACTO DA SESSÃO DAS CORTES DA NAÇÃO PORTUGUEZA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1822

O sr. Gouveia Durão leu a seguinte indicação:

Ha entre as villas de Aroche e Moura uma porção de terreno a que chamam «a Contenda», a respeito do qual se fez entre as duas côrtes de Portugal e Hespanha uma concordata, julgada por sentença em 1542, confirmada em 1543 por ordem superior, e é este terreno tão consideravel por sua extensão, como precioso por sua qualidade e pelo montado que tem em tanta copia, que apesar dos estragos lastimosos que os moradores das citadas villas lhe têem feito, e fazem, se póde ainda chamar grande.

Pela sobredita e muito ciosa concordata, reconhecendo-se o dominio commum d'aquellas villas e seus termos, é comtudo prohibida e severamente castigada qualquer plantação, sementeira ou edificação. As camaras de Moura, de Aroche e de Encinasola têem direito de acoimar ali; porém do uso, ou antes do abuso de um direito tal, tem resultado por mais de uma vez a effusão de sangue humano, não só em pura perda d'este, mas tambem em pura perda de ambas as nações, que, não entendendo bem seus interesses, conservam quasi inuteis 6 ou 7 leguas de chão proprissimo para todas as sementes e arvoredos, o que é tão evidente, que já as duas corôas tentaram, como deviam, a partilha d'essas terras entre as villas proprietarias, nomeando commissarios (um dos quaes foi por nossa parte o general Rosa) para esta diligencia, que infelizmente e por circumstancias que me são desconhecidas, não chegou a ultimar-se.

E como em um reino pequeno como o nosso, e no qual por sua situação e qualidade a agricultura deve ser um dos primeiros cuidados do poder legislativo e do executivo, como alem d'isso deve pôr-se um termo ás dissenções reciprocas e quasi annuaes dos mencionados povos, convertendo em utilidade publica o que até hoje tem servido para fomentar desordens até de mão armada, requeiro se diga ao governo que ponha em pratica os meios necessarios para se effectuar a divisão das ditas terras da Contenda entre as villas proprietarias, segundo o direito que lhes dá a concordata, e que effectuada a partilha o participe ás côrtes para estas darem as ultimas providencias que parecerem necessarias. = *Carlos Honorio de Gouveia Durão* = *José Ignacio Pereira Derramado* = *José Alberto Cordeiro da Silveira* = *José Correia da Serra* = *A. L. B. F. T. Gyrão* = *José de S. Ferreira Santos Valle.*

Depois de breves reflexões mandou-se expedir a ordem com o additamento de se

applicarem iguaes providencias a respeito de Ouguella e Albuquerque, e toda a fronteira em que houverem contestações sem referencia á concordata e que as ordens fossem expedidas em termos geraes.

N.º 24

O SR. MANUEL MARIA DE AGUILAR AO SR. SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

Lisboa, 24 de diciembre de 1822. — Con fecha 14 de setiembre último dirigió el infrascrito encargado de negocios de España á S. E. el sr. ministro secretario de estado y de negocios extranjeros en cumplimiento de las reales órdenes que habia recibido al efecto una nota sobre la reparticion de un terreno inculto fronterizo llamado la Dehesa de la Contienda, entre los pueblos que tienen derecho á sus mancomunales pastos, y que son el de Moura en Portugal, y los de Aroche y Encinasola en España, y propuso al mismo tiempo los medios de la reparticion de un modo justo y equitativo para los tres pueblos.

Esperando el infrascrito las resoluciones del gobierno de Su Majestad Fidelísima sobre su propuesta, ha visto que en la sesion de 6 del corriente se propuso á las cortes de la nacion portuguesa por seis de sus dignos representantes la division de aquellos territorios, autorisando al gobierno para ello, y con este motivo, renovando á S. E. cuanto expresó en su citada nota, se atreve á excitar su bien conocido celo para la conclusion de un arreglo definitivo, pues que la distribucion propuesta parece conciliar los intereses de ambas naciones, con beneficio de sus subditos.

El infrascrito con este motivo se aprovecha de esta ocasion para renovar á S. E. el sr. ministro las seguridades de su alta consideracion.

N.º 25

O SR. SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA AO SR. MANUEL MARIA DE AGUILAR

Lisboa, 31 de dezembro de 1822.— O abaixo assignado, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, accusa a recepção da nota que o sr. D. Manuel Maria de Aguilar, encarregado dos negocios de Hespanha, lhe dirigiu em 24 do corrente ácerca da demarcação do terreno chamado a Defeza da Contenda, e tem a honra de communicar a v. s.ª, em resposta, que Sua Magestade Fidelissima tem já ordenado ao ministerio da guerra a nomeação de officiaes engenheiros para este mesmo fim.

O abaixo assignado, com este motivo, renova a v. s.ª as seguranças da sua consideração e estima.

N.º 26

O SR. SATURNINO ALVAREZ BUGALLAL, MINISTRO DE HESPANHA EM LISBOA AO SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 29 de setiembre de 1884. — Excmo. sr. — Pendiente aun de señalamiento la línea divisoria de los territorios de España y Portugal en la parte ocupada por la

llamada «Dehesa de la Contienda», términos de los pueblos de Aroche y Encinasola (España) y Moura (Portugal), son frecuentes las solicitudes que el gobierno español recibe pidiendo el reconocimiento de denuncias de minas y recientemente obra en el ministerio de fomento un voluminoso expediente sobre este asunto, que ha sido preciso detener por considerar dicho departamento, que no es posible que el estado proceda á la demarcacion de terrenos mineros ni á la concesion de registro de denuncias, mientras no se haya deslindado la parte de terreno que á cada uno pertenece.

En vista de estas consideraciones, el sr. ministro de estado me ordena acuda á V. E. para rogarle tenga á bien decirme si el gobierno de Su Majestad Fidelísima está dispuesto á que se entablen nuevamente las negociaciones, tantas veces interrumpidas, para tratar de venir á un acuerdo marcando la línea fronteriza entre ambos reinos por el sitio de la Dehesa de la Contienda que dejo indicado.

Aprovecho, etc.

N.º 27

O SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE AO SR. SATURNINO ALVARES BUGALLAL

Lisboa, 25 de outubro de 1884.— Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr.— Em resposta á nota que v. ex.ª me dirigiu em 29 do passado, tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.ª que o governo de Sua Magestade não tem o menor inconveniente em encetar negociações com o de Sua Magestade Catholica, a fim de se chegar a um novo accordo com relação ao tracto de terreno denominado a Contenda que por um convenio entre os governos de Portugal e Hespanha tem sido usufruido ha mais de tres seculos pelos habitantes do concelho de Moura da parte de Portugal e dos dois concelhos de Aroche e Encinasola do lado de Hespanha.

Reconhece o governo de Sua Magestade Fidelissima os inconvenientes que dimanam de ainda hoje reger para estes terrenos um conjuncto de disposições que foi util em seu tempo, mas que não está de accordo com as necessidades actuaes.

Aproveito, etc.

N.º 28

O SR. LUIZ DA SILVA, ENCARREGADO DE NEGOCIOS DE HESPANHA, AO SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE

Lisboa, 20 de enero de 1885.— Excmo. sr.— Enterado el gobierno de Su Majestad el Rey mi augusto soberano, de lo manifestado por V. E. en su nota dirigida á esta legacion en 25 de octubre último, de que me apresuré á darle conocimiento, acaba de transmitirme los documentos sacados del archivo de aquel departamento, que considera deben tenerse á la vista al entablar las negociaciones que han de dar por resultado la demarcacion definitiva de la línea divisoria entre España y Portugal en el sitio denominado «Dehesa de la Contienda».

El sr. ministro de estado, que abriga el deseo de que esta negociacion se lleve á cabo lo más pronto posible, propone que esta sea confiada á dos individuos de los que componen la comision delimitadora hispano-portuguesa que, aparte de su reconocida competencia en la materia, reunen la circunstancia de hallarse actualmente ocupados en trabajos propios de su instituto, pudiendo encargárseles que, en un plazo de dos meses,

formulasen un proyecto de arreglo que pusiera término á este asunto que, de no resolverse definitivamente, puede ser, como ha sido siempre, origen de dificultades é inconvenientes que conviene evitar, en beneficio de ambos países.

Ruego á V. E. tenga á bien manifestarme se está conforme en la forma en que el sr. ministro de estado propone se lleve á efecto el estudio del proyecto á que me refiero, indicándome la persona á quien, en caso afirmativo, piensa confiar esa mision, pudiendo desde luego participar á V. E. que el gobierno de Su Majestad designará, por su parte, al sr. coronel D. Máximo Ramos, delegado en la mencionada comision mixta.

Aprovecho, etc.

N.º 29

O SR. JOSÉ VICENTE BARBOSA DU BOCAGE AO SR. FREDERICO ROJAS, ENCARREGADO DE NEGOCIOS DE HESPANHA

Lisboa, 8 de maio de 1885.—Cumpre-me participar a v. s.ª, em resposta á nota d'essa legação de 20 de janeiro proximo passado, que o governo de Sua Magestade se empenha tanto como o governo hespanhol, em que se chegue a um accordo definitivo ácerca da linha divisoria entre os dois paizes no sitio denominado a Contenda.

Em vista d'este desejo, e concordando plenamente nos meios propostos na dita nota para resolver as difficuldades que até agora se têem levantado, decidiu o governo portuguez nomear o seu commissario de limites, general Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, a fim de que proceda a todos os trabalhos preparatorios e depois, de accordo com o commissario hespanhol, formule um projecto.

Sobre as bases que esse accordo tenha estabelecido está prompto o governo portuguez a entrar em negociações com o governo hespanhol.

Aproveito, etc.

N.º 30

O SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO, COMMISSARIO DE LIMITES DE HESPANHA, AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES, COMMISSARIO DE LIMITES DE PORTUGAL E SEU PLENIPOTENCIARIO

Lisboa, 14 de julio de 1887.—Excmo. ilmo. sr.—Levantado ya, como V. E. sabe, el plano de la Dehesa de la Contienda, con todos los detalles necesarios para poder efectuar la division que ambos gobiernos desean y nos tienen ordenada: paréceme llegada la ocasion de inaugurar las negociaciones que deben conducirnos á un acuerdo, pues si bien el plano se está poniendo en limpio y como es de gran tamaño aun trascurrirá algun tiempo antes que esté terminado, como solo será preciso cuando, ya acordes en la porcion que á cada villa corresponde, pasemos á realizar la division, juzgo será oportuno empezar ya á estudiar el asunto, que algun tiempo ha de llevar.

Al efecto, creo que el primer punto en que debemos concordar es en los datos que debemos aceptar como base de todo razonamiento.

La concordata que en 1542 se redactó para reglar el aprovechamiento de aquellos terrenos es lo más antiguo que yo he podido conseguir y creo debe ser el punto de partida para toda negociacion, pues es documento que á su respetable antiguedad de tres siglos y medio reune el carácter oficial para ambos paises, pues por ambos gobiernos está

aprobado y respetado, y comprende además todos los extremos que se pueden desear, pues marca los límites de la finca y los derechos de las villas comuneras.

También obra en mi poder el reglamento que en 25 de agosto de 1863 redactaron comisionados de las tres villas para el aprovechamiento de la dicha Dehesa, así como cópia de las actas de las sesiones tenidas por las tres cámaras en 14 de marzo de 1865 para aprobacion del dicho reglamento; y de otras actas posteriores referentes á los deslindos hechos en 1855 para reglar las siembras de la Dehesa.

Estos son los documentos que en mi poder obran y que considero de gran interés para el trabajo que nos está encomendado y todos ellos los pongo á disposicion de V. E. rogándole á la vez me comunique los que haya podido adquirir y sean de verdadera utilidad, para, con su estudio y el que ya tengo hecho de los que dejo mencionados, poder proponerle la solucion que á mi juicio sea más equitativa y deje á salvo los intereses de todos los que hoy disfrutan la finca en cuestion.

Como V. E. observará he prescindido en este oficio del reconocimiento mútuo de los poderes con que para este asunto estamos investidos y la razon es obvia, puesto que, no siendo este el primer asunto que tratamos y constándonos á ambos que nos hallamos expresamente designados por nuestros gobiernos para tratar esta cuestion, no parece necesaria la presentacion de tales poderes que ambos conocemos.

Dios guarde, etc.

N.º 31

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO

Lisboa, 27 de julho de 1887.—Ill.^mo^ sr.—Accuso a recepção do seu officio com data de 14 de junho, no qual v. s.ª me convida a encetarmos as negociações para a divisão do territorio da Deveza da Contenda. Eu estou sempre prompto a tratar com v. s.ª d'este assumpto. Tenho colligido documentos iguaes aos de que v. s.ª me falla e outros, que todos porei á sua disposição.

Concordou v. s.ª em que se procedesse ao levantamento da planta do territorio da Contenda, o que se effectuou, como trabalho previo e indispensavel. A planta, que tem uma grande superficie, está levantada, mas não está desenhada, nem completa, como deve estar; e, portanto, pouco adiantaremos com algumas conferencias sobre um assumpto que conhecemos, e do qual nos temos occupado. Não desconhece v. s.ª o desejo que me anima de terminar este encargo que nos está commettido; e, se conseguirmos estar de accordo sobre as cotas de divisão, de certo o concluiremos em breve tempo e limitado periodo, comparado com o de trezentos e quarenta e cinco annos, que tanto dista a concordata de 1542, que v. s.ª assenta no seu officio como ponto de partida.

Deus guarde, etc.

N.º 32

O SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 8 de setiembre de 1887.—Excmo. ilmo. sr.—De acuerdo V. E. con la concordata de 1542 sea el punto de partida para las negociaciones que nos están encomendadas á fin de efectuar la division de la Dehesa de la Contienda, según parece desprenderse de su oficio de 27 de julio último y como quiera que, si bien todos los ejemplares

del plano de aquellos terrenos que tenemos que hacer para entregar á las diversas autoridades de ambos países, no están terminados, si lo está un primer ejemplar, que obra en mi poder, dibujado por mi y que pongo á su disposicion, no creo fuera de tiempo continuemos estudiando el asunto que nos está encomendado, con tanta más razon, cuanto que nuestro nombramiento para este trabajo data de mayo de 1885, si bien el tiempo trascurrido no ha sido perdido pues á más de haber atendido á otros asuntos se han necesitado dos campañas para obtener el plano detallado de la finca en cuestion.

Acudiendo, pues, á la referida concordata, tenemos, después de los detalles de poderes de los comisionados de los Reyes de ambas naciones y de los procuradores de las tres villas interesadas y reclamaciones de estos, la sentencia dada en el pleito sostenido, en 14 de octubre de 1542 y que empieza con la demarcacion de la frontera entre España y Portugal al sudoeste de la Contienda hasta llegar á la confluencia de los arroyos Zafareja y Pilones donde empieza la delimitacion de la Contienda. Sigue después marcando los límites de ésta, Zafareja arriba y aguas vertientes de la sierra de Aroche hasta caer al arroyo Tortillo ó Riotortillo donde mandan poner un marco, que, en efecto, hoy existe y se llama de Juan de Xerez. Continúa la sentencia llevando los límites por el rio Tortillo y luego el arroyo Curtideros, á caer en el Valquemado. Aquí se nota una diferencia con los límites de hoy, y es, que ahora no figura como límite el arroyo Curtideros pero esta diferencia no es esencial y solo es cuestion de nombre por considerarse hoy el Curtideros afluente del Riotortillo, mientras que en aquel tiempo considerábase, sin duda, éste afluente de aquél. Siguen los lindes por el Valquemado hasta su confluencia con el Murtiga y de allí á los altos de la sierra de Giraldo. Al dejar esta sierra hay alguna oscuridad respecto á los lindes que hoy siguen simplemente las paredes de Barrancos, no habiendose encontrado el mojon de Pedro Miguel, ni, con completa certeza, los corrales de los Nadinos; pero la comparacion de nuestro actual plano con él que á principios de siglo se levantó y V. E. conoce, dá á entender, que, si por esa parte se ha podido sustraer algún terreno de la Contienda, será de tan poca extension, que no puede influir en la division que hoy se proyecta. El resto de la linde existe hoy en la misma forma que la concordata indica, pues se han encontrado los marcos de Valle de Centeno y Cerro de Alcuerque: y las líneas de agua de Gamos, Mortigon, Paijuanes y Pilones, seguro es no han tenido variacion alguna.

Después de marcar con exactitud los límites de la Contienda, sigue la concordata declarando que esta finca pertenece á las dos villas de Moura y Aroche que tienen en ella toda clase de jurisdiccion y cuyos oficiales de justicia pueden entrar en ella con vara levantada como en tierra propia, mientras que la villa de Encinasola no tiene allí jurisdiccion alguna y sí solo el pasto y aprovechamiento de yerbas y aguas, bellota, corcha, maderas y cualquier otro aprovechamiento de aquellas tierras: pero luego concede á ésta villa el derecho de prender y penar las personas que hallasse haciendo daño en dichas tierras, pero á condicion de hacerlo sin traer vara de justicia y de que las multas que impusiere sean repartidas entre las tres villas. A continuacion pasa á enumerar las prohibiciones, iguales para las tres villas, de hacer majadas y otras construcciones en la Contienda y enumera las penas en que incurren los que contravinieren. Aquí termina la sentencia y á continuacion existen dos apelaciones, una de Encinasola y otra de Moura, ambas denegadas por los procuradores régios en 19 del mismo mes y año: concluyendo el documento que en mi poder obra, con la confirmacion de la dicha sentencia por el Rey de España en Valladolid el dia 21 de junio de 1543.

Además de la concordata cuyo contenido dejo estractado obra en mi poder los informes que he pedido á los ayuntamientos de Aroche y Encinasola. El primero poco enseña, pues se limita á protestar contra la division intentada. El segundo es más instructivo, pues contiene un reglamento para aprovechamiento de los frutos de la Contienda, reda-

ctado en 28 de agosto de 1863 por comisionados de las tres cámaras y aprobado por la de Moura en 6 de setiembre siguiente, por la de Encinasola en sesion de 8 del mismo setiembre y por la de Aroche en 14 del propio mes. En este reglamento que pongo á disposicion de V. E. obsérvase la absoluta igualdad de derechos de las tres villas al usufructo de la Dehesa y en las aprehensiones y castigos á los que cometan cualquier abuso ó contravencion dentro de la finca. Este reglamento se vuelve á aprobar y ratificar, con ligeras aclaraciones, en sesion general de las tres cámaras verificada en el sitio de Tojal Alto, en 14 de marzo de 1865. Por ultimo obra en ese mismo informe de Encinasola, la division hecha de la Contienda en tres partes, division que V. E. conoce y que figura en el plano y por la cual quedan fijos los terrenos que para el cultivo se asignan á cada villa.

De todo lo expuesto dedúcese claramente á mi juicio que los propietarios de la Dehesa son dos, Moura y Aroche, pero los usufructuarios son tres, aquellas dos villas y la de Encinasola, que disfruta hoy iguales derechos que aquellas.

Ahora bien, para ser consecuente con esta deduccion creo justo que la Dehesa en cuestion se reparta por igual entre las propietarias Moura y Aroche, pero conservando Encinasola su derecho de usufructo en ambas partes, pues este derecho, basado en la concordata y confirmado por la práctica de tres cientos cuarenta y cinco años, es indiscutible y en absoluto digno del respeto de ambos gobiernos.

De este modo quedaria realizada en justicia la particion de la Dehesa y respetados los intereses de las tres villas, viniendo á disfrutar la de Encinasola la tercera parte de los productos, tanto en los terrenos que se adjudicasen á Moura como en los que á Aroche correspondiesen y estas villas no podrian en manera alguna negarse á pagar á Encinasola lo que hace tres cientos cuarenta y cinco años la pagon, que es la tercera parte de los productos de la Dehesa. Esta carga, que puede considerarse como un censo perpétuo y pagadero en frutos, es anexo á la tierra y por tanto, al dividirse ésta, debe repartirse entre los nuevos poseedores.

Creo que con este razonamiento se hallará V. E. perfectamente de acuerdo.

Pero así no cesarian las complicaciones y se daria á Encinasola una ingerencia en tierras portuguesas, inconveniente de todo punto y que, es casi seguro, reproduciria los desórdenes que la concordata vino á cortar: por lo cual es mi opinion, que tanto Moura como Aroche deben redimir ese censo, dando el capital que para elle sea preciso y se justiprecie, en tierras de la misma Contienda, con lo cual vendrán á hacerse tres partes de esta Dehesa, dos iguales para Aroche y Moura y otra para Encinasola como indemnizacion.

Resumiendo: mi proposicion es, que se divida la Contienda en tres partes, dos de ellas iguales para Moura y Aroche y una tercera, cuya mayor ó menor importancia se graduará con arreglo á equidad y que vendrá á ser como redencion del censo perpétuo que en frutos cobra Encinasola hace tres siglos y medio.

Ruego á V. E. me manifieste si se halla de acuerdo con ésta mi proposicion y caso de que así no fuere, ruégole me exponga sus razones por si estas me hiciesen variar, mirando quizás el asunto de otro modo más verdadero.

Si V. E. acepta mi proposicion, en otro oficio estudiaré la parte que, como indemnizacion, ó, mejor dicho, redencion del censo, debe asignarse á Encinasola.

Dios guarde, etc.

N.º 33

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO

Vianna, 29 de novembro de 1887.—Ill.^mo^ sr.—Resolvido, como foi, que se levantasse uma planta chorographica da Contenda de Moura, effectuaram, na escala de $^1/_{10000}$, este trabalho com a maxima perfeição, tanto no campo, ligando-o com a triangulação geodesica, como no gabinte, os officiaes em serviço na commissão de limites. A escala de $^1/_{10000}$, que escolhemos, é a que convem a um trabalho d'esta ordem para ali se traçar a linha que deve repartir aquelle territorio, e demarcar n'ella a fronteira entre Portugal e Hespanha.

Como, porém, para maior commodidade, prompta avaliação e facilidade de copia e reproducção, fosse conveniente obter planta em menor escala, o sr. major Cardeira, do corpo do estado maior, effectuou uma reducção para a escala de $^1/_{20000}$, que nos ha de servir para a discussão do projecto de divisão da contenda de Moura, que tanto eu como v. s.ª temos estudado e mesmo discutido, reflectindo sobre os respectivos documentos, e tendo em vista circumstancias ponderosas; o que tudo, espero, nos levará sem precipitação, que é desnecessaria, nem embaraços, a um accordo rasoavel sobre tão importante assumpto.

Tenho, pois, a satisfação de apresentar a v. s.ª juntamente com esta communicação um exemplar da carta reduzida, a que me refiro, assim como outro de uma reducção photographica na escala de $^1/_{50000}$.

Deus guarde, etc.

N.º 34

O SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 17 de diciembre de 1887.—Excmo. ilmo. sr.—En el dia de hoy he recibido su oficio de 29 del mes próximo pasado y las dos cópias fotográficas del plano de la Contienda que me ha entregado el sr. major d'estado maior, José Manuel d'Elvas Cardeira, cuyo oficio y planos han debido sufrir extravio en el correo según los dias que han tardado en llegar á mi poder.

Aprovecho la ocasion para rogar á V. E. se sirva contestar á mi oficio de 8 de setiembre, relativo á la division de la citada Dehesa, pues si bien no es conveniente precipitar la solucion, como V. E. muy acertadamente dice en el oficio á que contesto, el interés que mi gobierno manifiesta en el asunto me obliga á desear su pronta terminacion.

Doy á V. E. repetidas gracias por el obsequio de los dos planos que acabo de recibir y espero poder corresponder con análoga oferta, pues en el depósito de la guerra en Madrid se están sacando también cópias fotográficas del ejemplar del plano que yo dibujé.

Dios guarde, etc.

N.º 35

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO

Vianna, 23 dezembro de 1887.—Ill.^mo^ sr.—Tenho presente o seu officio datado de 17 do corrente, no qual accusa a recepção das plantas da Contenda, que lhe mandei. Agradeço a v. s.ª as que me promette, logo que estejam terminadas.

A planta que lhe mandei, na escala de $^1/_{20000}$, não é uma reducção photographica como a pequena planta que tambem remetti, na escala de $^1/_{50000}$. Aquella é uma reducção da planta levantada na escala de $^1/_{10000}$, feita pelo sr. major Cardeira. A copia photographica que lhe mandei é tirada do original na mesma escala, que está em poder do sr. Cardeira, onde elle trabalha. Não lhe mandei uma copia feita á mão por ser trabalho grande, a que se não podia proceder agora. Temos, pois, uma planta reduzida e de toda a confiança, de que usaremos.

Como vamos entrar na discussão do projecto da Contenda de Moura, remetterei a v. s.ª uma copia em lingua portugueza dos vinte artigos da concordata de 1542. Tenho em meu poder um traslado hespanhol authentico em lingua castelhana, e igualmente copia em lingua portugueza.

Como póde haver algum termo confuso na copia, e a nossa discussão terá de versar principalmente sobre esse documento, será bem entendido que v. s.ª previamente o confira antes de entrarmos na materia.

Deus guarde, etc.

N.º 36

O SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 28 de diciembre de 1887. — Excmo. ilmo. sr. — He recibido su oficio de 23 del corriente mes y veré con gusto la cópia que me ofrece de los veinte artículos de la concordata de 1542, que será muy conveniente estudiar bien, cuando tratemos de calcular la parte que se debe dar á Encinasola como indemnizacion, pues aquel documento nos dará idea de la importancia de los derechos de aquella villa.

Ahora bien, lo que juzgo necesario, antes de discutir aquel punto, y ya que V. E. se halla conforme con que la concordata ha de ser la base de esta negociacion, es que V. E. se sirva manifestarme, si, como creo, se halla conforme en que es de equidad indemnizar á Encinasola por el usufructo de la Dehesa que hace más de tres siglos disfruta, pues sin dejar afirmado ese punto, de que trataba mi oficio de 8 de setiembre último, inútil sería entrar en otros detalles; y aun cuando por las conversaciones que repetidas veces he tenido con V. E. acerca de este asunto de la Contienda, me consta que en ese punto se halla de acuerdo conmigo, juzgo indispensable quede así combinado en esta correspondencia para el mejor orden y claridad de esta negociacion. En su consecuencia ruego nuevamente á V. E. se sirva responder á mi oficio de setiembre antes citado, aunque quede para más adelante el envio de la copia de los artículos de la concordata que surtirán su efecto cuando tratemos de avaluar la indemnizacion que á Encinasola corresponde.

Dios guarde, etc.

N.º 37

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO

Vianna, 28 de janeiro de 1888. — Ill.^mo sr.:

1.º A differentes officios que v. s.ª me tem dirigido sobre assumptos relativos ao encargo que nos está commettido da divisão da Contenda de Moura já em parte tenho respondido, reservando-me fazel-o opportunamente no objecto principal quando estejamos de accordo sobre as bases da nossa discussão, pois não estamos completamente, em vista de parte do conteúdo do seu officio de 8 de setembro passado.

Agora, que temos planta exacta e minuciosa, a que se referem os nossos officios anteriores, e cabal conhecimento do terreno, entraremos em discussão logo que não haja entre nós duvida sobre a base, pois que, havendo-a, perderemos tempo com incidentes, o que podemos evitar. N'isto está v. s.ª de accordo.

2.º No segundo periodo dos que contém o seu officio, que eu divido seguidamente pela natureza das materias a que se referem: 1.º, descreve v. s.ª os actuaes limites da Contenda, que são os que estão desenhados na carta levantada; 2.º, não obstante pequenas differenças e incertezas de menor consideração na antiga linha de demarcação, onde nem todos os marcos foram encontrados, diz v. s.ª que a confrontação da nossa actual planta com a que em principios do seculo se levantou (e eu conheço), dá a entender que, se por essa parte se subtrahiu algum terreno da Contenda, será de tão pequena extensão, que não póde influir na divisão que hoje se projecta. Estou plenamente de accordo com o contido n'este periodo do seu officio. A carta levantada é, pois, para nós o unico documento graphico e official que ha de servir ao projecto da divisão da Contenda de Moura.

3.º No terceiro periodo do officio a que me refiro, cita v. s.ª differentes disposições da concordata, relativas a Encinasola. Este documento tem de ser apreciado em todas as suas partes, e não em algumas destacadamente. A este periodo referir-me-hei juntamente com o quinto.

4.º Esta pendencia é internacional. A prova somos nós, nomeados commissarios. Creio que v. s.ª não quererá reconhecer a autonomia das municipalidades n'um empenho internacional, nem pretenderá que eu tome em maior conta arranjos e conveniencias particulares de individuos, ou de corporações influenciadas pelos proprios interessados, sem que para tanto estejam devidamente auctorisados, como são essas combinações a que se refere, me quer mostrar, e de que eu tenho conhecimento, exceptuando o protesto da camara de Aroche contra a divisão da Contenda, que verei, quando v. s.ª quizer ter a bondade de m'o mostrar.

5.º No quinto periodo do seu officio trata v. s.ª de assentar as bases que devem servir ao projecto de revisão da Contenda, apresentando como ponto de partida para a nossa discussão a concordata de 1542, no que eu estou de accordo. Este documento estabelece o direito, e terá de ser discutido.

Copía v. s.ª, sem referencia, mas com pequena alteração e bastante omissão, a nota que o governo de Hespanha dirigiu ao de Portugal em 19 de setembro de 1805. Chegaram ali as negociações encetadas em 1803. É, pois, este tambem o nosso ponto de partida, ou é, pelo menos, essa nota um documento que não podemos deixar de ter na maior consideração.

Diz v. s.ª no seu officio de 28 de dezembro passado que, sem que eu lhe declare «que estou conforme em que é de equidade indemnisar Encinasola por usufructo na Contenda, inutil seria entrar em outros detalhes».

D'esta maneira, e accedendo eu aos seus desejos, estaria resolvido o ponto principal da controversia, e decidida com promptidão e simplicidade esta questão que está pendente desde 1803, sem discutir documentos que a determinam.

Tão largo periodo de tempo infunde respeito e auctorisa demorada reflexão. Tenha, porém, v. s.ª a certeza de que hei de satisfazer, como me permittirem os meus recursos, e apresentarei, em face dos documentos, a minha opinião sobre todos os pontos da controversia.

Acceite v. s.ª os protestos da minha maior estima e muita consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 38

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 2 de febrero de 1888.—Excmo. ilmo. sr.—Recibi el oficio de V. E. de fecha 28 del mes pasado y respecto á lo que dice en los periodos 1.º y 2.º nada tengo que contestar, así como al 3.º por más que á éste debo la aclaracion de que por más que toda la concordata sea la base de la discusion, no hay remedio sino citarla por partes cuando se quiere apoyar cualquier pretension.

Al párrafo 4.º diré que es cierto, como V. E. dice, que el asunto es internacional pero también lo és que en estes asuntos no se puede prescindir de los derechos de los pueblos, debidamente justificados y que, después de todo son la base en que se fundan todos los tratados de límites. ¿No estudiamos al resolver la cuestion de la duda los derechos de S. Julião y el Pino? Pues también ahora necesitamos estudiar los que, fundados en la concordata, alegan las tres villas de Moura, Aroche y Encinasola. No son, por lo tanto, conveniencias particulares de individuos ni corporaciones lo que yo quiero tomar en cuenta, sino los derechos que juzgo estoy obligado á respetar y si los hallase opuestos debo tratar de combinar del mejor modo posible. Creo por tanto que V. E. dió á mis palabras interpretacion diversa de la que tenian y le ruego la modifique.

Si no estudiasemos los derechos de las tres villas ¿ Que teniamos que estudiar?

De las conveniencias de las municipalidades no tratemos pues lo que á cada cual convendria seria quedarse con toda la finca.

Al párrafo 5.º tengo que observar que no he copiado en mi oficio de 8 de setiembre cosa alguna de comunicaciones anteriores, pues así lo habria indicado por que no soy afecto á vestir galas de otros, más la identidad del asunto, de las bases é intereses habrá producido la semejanza que V. E. encuentra y que á mi, por las razones dichas, no me extraña.

En cuanto á que, reconocido por V. E. el derecho de indemnizacion á Encinasola, estaria la cuestion terminada, no estoy conforme, pues después vendria la avaliacion de ese derecho cosa no tan sencilla y que nos llevará algún tiempo si como después, soponiendo hayamos llegado á un acuerdo, quedará el estudio de la línea de frontera, que no es empresa fácil si ha de ser bien hecha.

Así pues, si V. E. en vista de las razones que expuse en mi oficio de 8 de setiembre, reconoce la justicia de la indemnizacion á Encinasola que lleva consigo la division de la Contienda en tres partes, como yo le proponia, ruégole me lo manifieste claramente, ó bien las razones en que apoye una opinion contraria si la tuviere, pues, aun resuelto desde luego este asunto, nos queda mucho que hacer hasta cumplir nuestra mision, y por mucha que sea la actividad que despleguemos, no la podremos dar por terminada en menos de tres años toda vez que nuestros nombramientos datan de mayo de 1885.

Dios guarde, etc.

N.º 39

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO

Vianna, 6 de fevereiro de 1888.—Ill.^{mo} sr.—Aos primeiros periodos do seu officio de 2 de fevereiro nada tenho a dizer, senão que a questão da divisão da Contenda é muito

differente das da demarcação da fronteira, onde tenham desapparecido os antigos marcos, e se trate de restabelecer a raia entre os pontos inalteraveis determinados no tratado de 29 de setembro de 1864, o que não póde fazer-se senão por informações e confrontações entre os povos, onde não haja registo e matriz predial, caso este que não foi vulgar. No que se refere á divisão da Contenda, quero, como v. s.ª, respeitar todos os direitos, mas baseados em documentos revestidos das devidas formalidades, e de origem auctorisada e incontestavel. Creio que n'este ponto estamos de accordo.

A questão da divisão da Contenda de Moura está posta desde 1803, e parou em 19 de setembro de 1805. Não me consta que da parte dos governos, ou auctorisada por elles, haja alguma resolução em contrario.

No ultimo periodo do seu officio, em resposta ao n.º 5.º do meu anterior, refere-se v. s.ª á nota por mim citada. Não é documento este sem importancia, é de todos desde 1803 o mais valioso da parte do governo de Sua Magestade Catholica. Não é de discussão entre commissarios, mas directamente de governo a governo. Permitta-me v. s.ª que eu repita o que já enunciei no meu officio de 28 de janeiro passado. O ultimo ponto de partida é esta nota, que não amesquinha de fórma alguma o trabalho, a que temos procedido e estamos executando. Tanto eu, como v. s.ª, temos conhecimento da correspondencia de 1803 e annos seguintes, e seguramente teremos sobre o mesmo assumpto de repetir idéas occorridas espontaneamente, mas que já foram apresentadas.

A nota de 19 de setembro de 1805[1], dirigida pelo governo de Hespanha ao de Portugal, discute a concordata, expende doutrinas, e propõe alvitres para discussão. Tem portanto valor real e positivo, que nos não cumpre alterar na discussão havida até esse ponto. D'ali devemos partir, e eu responderei ao conteúdo d'essa nota, quando não haja incidentes, que perturbem e demorem a discussão.

Diz v. s.ª no seu officio de 2 do corrente: «Asi pues, si V. E. en vista de las razones que expuse en mi oficio de 8 de setiembre, reconoce la justicia de la indemnizacion á Encinasola que lleva consigo la division de la Contienda en tres partes, como yo le proponia, ruégole me lo manifieste claramente, ó bien las razones en que apoye una opinion contraria si la tuviere».

Permitta-me v. s.ª de lhe contestar, que esta pretensão está abandonada pelo seu governo em a nota de 1805. O governo de Hespanha reconhece como unicos proprietarios da Contenda, *pleno jure*, Moura e Aroche; divide a Contenda em duas partes, e propõe uma indemnisação, que não é a terça parte, para Encinasola. Já v. s.ª vê que está em desaccordo com a proposta do seu governo, e que é impossivel eu dizer-lhe, que acceito a que me apresenta no periodo acima citado.

Acceite v. s.ª os meus protestos de subida consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 40

O SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 10 de febrero de 1888.— Excmo. ilmo. sr.— Recibido el oficio de V. E. de 6 del corriente mes, debo manifestarle en contestacion, que al proponerle yo en mis anteriores oficios la division de la Dehesa de la Contienda en tres partes, nada decia que pudiese dar á entender que estas habian de ser iguales, sino más bien lo contrario, pues

[1] Publicado a pag. 25.

a resumir en mi oficio de 8 de setiembre decia: «Resumiendo, mi proposicion es, que se divida la Contienda en tres partes, *dos de ellas iguales* para Moura y Aroche y una tercera *cuya mayor ó menor importancia se graduará con arreglo á equidad*, y que vendrá á ser como redencion del censo perpetuo, que, en frutos, cobra Encinasola hace tres siglos y medio».

Bien vé V. E. por tanto, que en mi proposicion no hay nada contrario á lo que mi gobierno proponia en la comunicacion de 19 de setiembre de 1805 que V. E. cita; y que aceptando lo que yo propongo cabe muy bien como resultado final la division que el gobierno español indicaba en aquel entonces, así como una más favorable para cualquiera de las dos naciones. Simplificando, pués, la cuestion; lo que yo he propuesto á V. E. y lo que hoy de nuevo le propongo es que reconozca el derecho, innegable á mi juicio, que Encinasola tiene á una indemnizacion por el usufructo de que se va á ver privada aquella villa; que una vez reconocido esto, convenga conmigo en que la indemnizacion debe ser abonada por partes iguales entre Aroche y Moura, que siendo las propietarias de la Dehesa soportan por igual la carga hace tres siglos y medio, y por último que esta indemnizacion se abone en tierras de la misma Dehesa.

Concedido esto por V. E. pasaremos á estudiar y discutir la importancia que la tal indemnizacion debe tener, fundándonos en la concordata y en cuantos documentos posteriores presenten condiciones bastantes como dice V. E. en su oficio de 6 del actual, sin excluir el oficio de mi gobierno de 19 de setiembre de 1805 que V. E. cita y yo respeto.

Dios guarde, etc.

N.º 41

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MAXIMO RAMOS Y ORCAJO

Lisboa, 12 de abril de 1888. — Ill.^mo sr.:

1. Segundo a nossa correspondencia anterior estamos de accordo sobre os actuaes limites da Defeza da Contenda de Moura, conforme a planta, que ultimamente foi levantada; e tambem o estamos, em que para chegarmos a uma solução sobre a divisão d'esta Contenda, tomaremos por base e ponto de partida a concordata de 1542.

2. É pois, este documento, resumo e compendio de resoluções havidas, e do estado de cousas anterior, que os commissarios dos governos, e juizes tiveram em consideração, como não podia deixar de ser, e se vê no texto da sentença.

3. Não temos documento posterior, sanccionado pelos governos de Hespanha e Portugal, a que nos soccorramos. Houve correspondencia desde 1803 até 1806, entre os brigadeiros Fersen e Rosa, commissarios nomeados pelos respectivos governos, para tratarem da divisão da Contenda; houve alguma directamente entre os governos e uma nota e proposta da parte do governo de Sua Magestade Catholica, em data de 19 de setembro de 1805, e ainda outra proposta a que terei de referir-me. Não houve accordo, porque as instrucções recebidas pelo brigadeiro Rosa, commissario portuguez, não admittiam outra divisão, que não fosse por metade.

Se, porém, não temos documentos modernos, existem os antigos, que determinaram a resolução dos juizes e redacção da sentença, seguida de declarações ou artigos regulamentares da sentença, onde se estabelece o modo de viver na Contenda, dos povos interessados.

4. Como v. s.ª diz no seu officio de 14 de julho de 1887, que não possue esses documentos, apresental-os-hei á sua consideração, pois que n'elles terei de apoiar a minha

opinião, e versará a nossa discussão, assim como na letra e sentido da sentença da concordata de 1542, que v. s.ª me permittirá que eu transcreva aqui:

«Vistos os autos d'este processo e o que por elle se prova»....................

....

Segue-se a descripção e sentença sobre extensos terrenos, que por generoso accordo do plenipotenciario portuguez, já recusado por outro plenipotenciario, passaram á fruição de Aroche; e portanto, ao dominio de Castella.

5. A esta primeira sentença segue a descripção das terras da Contenda, de que especialmente nos occupâmos, e termina este documento official, approvado pelos governos de Hespanha e Portugal, da seguinte maneira:

«E aqui acaba a demarcação e Mogoneria de Pai Joannes, Val Queimado, terras de Santa Maria, terras e Campo de Gamos, e de toda esta Contenda, que por nossa sentença fica declarada e declaramos por Contenda, *e estes ditos logares e terras, pelas sobreditas demarcações e limites pertencem; Pleno jure á dita cidade de Sevilha, e Villa de Aroche, e seu termo de Aroche, em nome da dita cidade de Sevilha, e assim mesmo á dita villa de Moura e seus termos, e isto mixta e commum e irmanmente;* e ambas as ditas villas de Moura e Aroche tenham, como dito é, em os ditos logares e terras o territorio e dominio e jurisdição mixta e juntamente em o civil e criminal.

«Mero y mixto imperio, assim em possessão, como em propriedade, assim em os pastos, como em os outros aproveitamentos, e commodidades, e logramentos; e que os ditos logares e terras da Contenda, acima declaradas pertençam ás ditas villas de Moura e Aroche, e a cada uma d'ellas *in solidum*, sómente pela maneira sobredita, mixta e commum e *irmãmente*, e que os ditos logares e terras de Pai Joannes e Campo de Gamos, e Val Queimado, e terras de Santa Maria, se chamem, nomeiem e se tenham e guardem sempre todas por terras da Contenda, e sejam *sempre* para estas ditas villas de Moura e Aroche, e suas aldeias e termos *sómente pela maneira sobredita:* Terras da Contenda.»

6. Aqui acaba a sentença, que nada mais contém, nem estabelece, senão que a Contenda pertence *irmanmente, pleno jure,* e *in solidum, somente* a Aroche e *seu termo de Aroche*, e a Moura e *seus termos*. A sentença divide assim as terras entre Hespanha e Portugal em duas partes *irmanmente e sem restricção alguma*, como sempre se praticou, e se vê nos documentos antigos.

7. Note v. s.ª a expressão clara, e sentido obvio, do que está escripto na sentença, que torno a repetir em lingua castelhana, textual e fielmente, como está no proprio diploma castelhano, que tenho en meu poder, authentico, a folhas 42 verso e 43 verso:

«Y estes dichos lugares e tierras por las sobredichas demarcaciones e limites pertenezem *pleno jure* á la dicha ciudad de Sevilla e villa de Aroche *e su termino de Aroche* (note bem) en *nombre de la dicha ciudad de Sevilla* e así mismo á la dicha villa de Mora *e sus terminos.*»

Alem diz-se *su termino* de Aroche e só o de Aroche, aqui no plural, Mora e *sus terminos;* todos os termos ligados a Moura. Note mais como se exprime a sentença na declaração de direitos, onde diz, que pertence á villa de Aroche e seu termo *«en nombre de la dicha ciudad de Sevilla»*.

8. Aroche com o seu termo só representa a cidade de Sevilha por Hespanha, Moura, com seus termos, representa Portugal.

9. Mas não satisfeitos ainda com a firmeza e clareza d'este modo de expressar, os juizes no fim da sentença terminaram pela seguinte maneira:

«Se llamen nombren e tengan e guarde siempre por tierras de Contienda, e sean siempre para estas *dos dichas villas* de Mora e Aroche e *sus aldeas e terminos, solamente* por la manera sobredicha, tierras de Contienda.»

Para estas duas villas e seus termos *sómente;* sómente pela maneira, que acima fica

dita. Parece que não póde haver interpretação diversa em um periodo tão claro e tão positivo.

10. Constitue esta sentença o direito; e segue-se um regulamento ou modo de viver e explorar. Mas para que não haja a menor duvida, no unico e exclusivo direito de propriedade *pleno jure, in solidum,* das villas de Moura e *seus termos,* e de Aroche e *seu termo de Aroche* nas terras da Contenda, ainda na primeira declaração se repete e addita o que a sentença contém e já foi citado.

11. É claro que á sentença se deve ajuntar a maneira de a executar. Para este fim é que são redigidas as declarações, ou regulamento, a que se refere a nota do governo de Sua Magestade Catholica de 19 de setembro de 1805. «Y se dieran reglas para el mejor regimen de ella» diz o embaixador de Sua Magestade Catholica. É n'estas *reglas,* feitas para melhor regimen, que se vê, pela primeira vez, desde o principio de todo o processo, que se refere especialmente a Moura e Aroche, a palavra Encinasola, e todavia esta villa tinha presentes os seus procuradores. Sómente na segunda regra ou artigo dos que se estabeleceram *para melhor regimen,* se refere este regulamento a Encinasola pela seguinte maneira:

12. «E com declaração, que os ditos logares e terras assim divisadas, que ficam por Contenda, como dito é, a villa de Encinasola não tenha nenhum dominio nem jurisdicção civil, nem criminal, mero nem mixto imperio, nem outra alguma jurisdicção, nem possa trazer vara de justiça em os ditos logares e terras, nem usar de outro nenhum acto de jurisdicção por nenhuma via que seja, *sómente lhe concedemos* e adjudicamos o pasto e aproveitamento, assim das hervas e aguas, como de bolota, corcha e madeira, e quaesquer outros aproveitamentos das terras sobreditas, que ficam por Contenda, e isto a seus tempos limitados como abaixo irá declarado para as ditas todas tres villas».

13. A villa de Encinasola tambem não apparece nos primeiros documentos relativos ás terras da Contenda, como v. s.ª póde ver; a não ser incidentalmente em o documento n.º 5, onde se resolve a partilha entre Moura e Aroche, que Portugal havia cedido a Castella quarenta e oito annos antes, e é da seguinte maneira: «e que d'estas coimas levasse o concelho de Aroche a metade, e o de Moura a outra metade, e se ali entrasse gado de fóra, o concelho de Aroche a metade, e o de Moura a outra metade, e que os lavradores de Aroche viessem lavrar as suas herdades, e que dessem o dizimo a Aroche, e os de Moura dessem o dizimo em Moura, e assim tambem dos gados».

14. Os documentos referem-se a Sevilha e Moura, a Sevilha, Moura e Nodar.

15. Aroche foi cedida a Castella em 16 de fevereiro de 1305[1], e Sevilha cedeu o compascuo a Aroche em 1328[2]; e mais tarde apparece Encinasola, passando o ribeiro de Mortiga, raia das terras da Contenda, sustentando demanda e allegando *que havia sido aldêa ou territorio do termo de Aroche e com esta villa e por ella tinha direito de fruição na Contenda.*

Alem d'estas rasões valia-se Encinasola de uma postura da cidade de Sevilha, auctorisada pelo governo de Castella, na qual aquella cidade permitte ás suas villas e concelhos, apascentar gados e fruir reciprocamente nos baldios dos seus concelhos. Os de Encinasola cultivaram por contemplação dos de Aroche e accordo feito entre elles depois *que se decidiu por sentença de D. Alvaro, que foi justiça maior de Castella, que só os de Aroche podiam cultivar.*

16. A segunda declaração, ou artigo do regulamento, não affirma nem estabelece direito antes o nega. Eu sustento com estes documentos, que os juizes tiveram em vista, e a que attenderam na sentença, e com a letra e sentido obvio da propria sentença, *que*

[1] Era de Cesar.
[2] Idem.

Encinasola não tem direito proprio, apenas tem a fruição que lhe deriva da parte, que competir a Aroche, ou seja censo como se diz em a nota de 19 de setembro de 1805, ou seja outro encargo ou onus.

17. De qualquer maneira que for, não colhe a rasão de estar, como está, Encinasola fruindo em toda a Contenda como Aroche. Esta fruição entende-se *in integrum* ou na terra indivisa, qualquer que seja a quota ou parte que se attribua aos co-possuidores ou co-proprietarios. O encargo póde recaír tanto sobre a totalidade, como sobre qualquer quinhão, ou quinhoeiro, que tambem desfructe *in integrum* ou na propriedade indivisa, como acontece no caso sujeito com Encinasola, e com a villa, termos e aldeias de Moura, que tambem sendo muitas e importantes, não usufruem senão em nome da villa de Moura, como Aroche em nome da cidade de Sevilha, duas unicas origens.

18. A Nodar até 1510, trinta e dois annos antes da concordata, reconheceu-se sempre direitos de propriedade sobre a Contenda. Ahi estão foraes, planta e alçado da fortaleza e uma planta geral da Contenda e povoações limitrophes. Sevilha refere-se a Nodar como termo de Moura em o documento n.º 5. Poderia entrar em discussão sobre as vantagens attendiveis, resultantes a Moura dos direitos derivados de Nodar, cujo termo tambem é reconhecido e fallado na concordata de 1542, e ainda em 1804 mencionado e estampado na planta official, levantada por engenheiros hespanhoes, que serviu á discussão sobre a divisão da Contenda. Isto pouco valor teria para o caso sujeito. A igualdade do direito internacional não depende de mais ou menos territorio de um ou outro lado. De sobra tem Moura suas aldeias e termos, sobre o termo de Aroche, limitado e unico do lado de Hespanha, e o termo ou villa de Encinasola que d'aquella deriva as suas pretensões a usufruir na Contenda.

19. Continuarei na analyse das declarações ou regras estabelecidas em seguida á sentença na concordata de 1542.

«Item lhe damos *auctoridade* e *poder* á dita villa de Encinasola que sómente possa acoimar e pôr a pena ás pessoas que acharem fazendo damno em os ditos pastos e aproveitamentos, mas não o poderão fazer trazendo vara de justiça, como dito é, e a pena que por causa d'ella as pessoas incorrerem declaramos que seja n'este caso, e seja para todas as tres villas de Moura e Aroche e Encinasola por partes iguaes, e a ellas julgamos e applicamos as ditas penas.»

20. O direito de acoimar com jurisdicção e vara alçada reside nas villas de Moura e Aroche, que guardam para ellas todo o producto das coimas. São as duas interessadas. Encinasola, terceira entidade, não tem direito algum, é *apenas auctorisada* e *póde* acoimar, faculdade que se lhe concede, porque, fruindo *in integrum,* em nome de Aroche e por accordo, e tendo administração sua, não era conveniente para todos, que deixasse de ter Encinasola esta faculdade de policiar. Mas tem de dividir o producto das coimas em tres partes, e entregar dois terços, um a Moura e outro a Aroche, ficar sómente com um terço como remuneração de trabalho e gastos que tem de effectuar. É uma paga e não um imposto, como as outras duas villas proprietarias recebem liquido de gastos. Estas villas têem integralmente o producto das coimas que pozerem.

21. Supponde que toda a Defeza da Contenda se acoima em tres partes, concorrendo Moura, Aroche e Encinasola, as duas primeiras villas ficam com o producto das coimas de dois terços integralmente, mas Encinasola sómente conserva um terço das suas. Já é levar longe as manifestações do direito de propriedade, e reduzir a mesquinhas condições a auctorisação concedida a Encinasola «damos auctoridade e poder» diz-se n'esta declaração, isto é, auctorisámos e podem, em vista d'esta auctorisação. Não concedo que isto seja direito. É uma faculdade por contemplação com Aroche concedida, como tal na terra indivisa ou *in integrum.* Mas, se é direito, vejamos qual é o seu alcance e importancia. Pelo que acima fica exposto, a Encinasola não se deixa mais que um terço do terço. O

direito de Encinasola não é, pois, senão um terço do terço da totalidade na fruição da Contenda, ou uma nona parte.

22. A declaração, que vou transcrever, ainda é mais explicita e esta não deixa duvida alguma sobre a dualidade *irmãmente* considerada das duas nações.

«E declaramos, que os direitos e siza, ou alcavala, que se fizer em todos os ditos logares e terras da Contenda, se aquelle que houver de pagal-a for vizinho de Portugal, a pague em Moura, e se for vizinho de Castella a pague em Aroche, segundo as leis de cada reino.»

Encinasola desapparece, embora tenha administração sua local. Não ha senão Hespanha e Portugal.

Ahi tem v. s.ª a prova de que esta é uma pendencia internacional, que não admitte considerações de ordem secundaria.

Siza e alcavalas são direitos senhoriaes, manifesta e reconhecidamente de dominio e possessão, para Hespanha e Portugal, *segundo as leis de cada reino*. É isto mesmo, é o que fica: terras de Portugal e Hespanha, qualquer que seja a divisão, cuja origem em presença dos documentos antigos, não se póde desviar da dualidade das duas nações, nunca contestada, mas sempre confirmada pelos seus soberanos que dispunham irmanmente. Nunca se estabeleceram direitos cerceados ou se arrogaram maiores de parte a parte.

23. Não ha um só documento, que, nem sequer, deixe suspeitar a mais remota pretensão de superioridade e desigualdade na dominação ou partilha dos direitos, antes com a mais formal expressão, tanto nos poderes, como nas confirmações, se manifesta igualdade e solidariedade internacional.

24. Cumpre aos governos respeitar este dualismo tão cordial e tão antigo, como a investigação alcança aos tempos mais remotos.

25. Em a nota de 19 de setembro de 1805, que o embaixador de Sua Magestade Catholica entregou em Lisboa ao ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, diz aquelle embaixador o seguinte:

«Es indispensable sentar dos principios, uno que no se han comunicado por el comisionado de Portugal esos documentos incontestables, que enuncia la orden, de Sua Altesa Real, de 10 de octubre, y sobre los que dice se funda la division por mitad; y otro que no existe otra pieza autentica, que pueda servir de regla en la materia, que la concordia celebrada por ambas cortes em 1542.»

26. E mais abaixo acrescenta:

«De esta exposicion resulta evidentemente que la villa de Encinasola en España, tiene por la concordia de 1542 un derecho en aquella Dehesa, que no es dominio, pero que no puede quitarse le un usufructo que indebidamente quiere desconocer el gobierno portugues, que la pertenece en toda la Dehesa por el tratado y concordia, y por la possesion en que está.»

27. Depois de curta discussão sobre a concordata, que apresenta em termos geraes, e sem attender á sua redacção, sentido obvio, e aos precedentes, que a determinaram e á propria sentença, acaba com uma proposta de divisão, depois do que nada se tem resolvido.

28. V. s.ª em o seu officio de 8 de setembro de 1887 apresenta uma proposta indeterminada, mas faz-me entender que está insinuado a concertar commigo sobre o melhor meio de levarmos a bom caminho esta negociação.

29. Apresentei a v. s.ª os documentos, a que me tenho referido, copiados dos originaes, que estão na Torre do Tombo, cuja synopse e resumo é como abaixo se verá; e servem, não só para a actual discussão, mas como resposta á nota do governo de Sua Magestade Catholica de 19 de setembro de 1805, especialmente na parte em que se re-

fere a esses documentos, que em a mesma nota se diz que deveriam ter sido apresentados pelo governo portuguez e não o foram. A simples leitura do succinto extracto, que precede cada documento, vale mais do que uma demorada discussão sobre o assumpto.

30. Eu bem sei, e vejo dos papeis que tenho em meu poder, que os nossos predecessores em 1803 até fins de 1805, não se occuparam com a analyse da redacção da concordata, sua origem e fundamento, e principalmente com a interpretação da sentença, que não é um diploma gratuito sem base, e sem outro motivo, que não seja um accordo voluntario dos juizes commissarios.

Já digo bastante, no que acima fica exposto, e julgo desnecessario acrescentar novas rasões em apoio da minha opinião.

31. Ou esta occorrencia é uma pendencia internacional de caracter elevado, como têem sido todas as de differentes successos occorridos n'estas mesmas terras de fruição commum internacional; e n'este caso não se trata senão de territorio, que ha de ficar, e fica de facto, para cada nação, e teremos a divisão em duas partes iguaes, uma para Hespanha e outra para Portugal, que dois agrupamentos representam, um de cada lado. N'isto estou eu plenamente de accordo em virtude de tudo o que tenho expendido, apoiando-me nos documentos, e na letra e sentido obvio da sentença.

32. Ou Encinasola pretende ter partilha na Contenda por direito proprio, e eu sustento que o não tem, senão derivado de Aroche, que o não possue evidentemente maior que Moura, sem intervenção de outra entidade.

Se v. s.ª entende dever sustentar esta segunda hypothese permitta-me então que, deixando de parte as villas de Moura e Aroche, eu apresente em face de Encinasola as terras e aldeias de Moura. Creio que os juizes não escreveram estas palavras, como já fiz ver, sem proposito e inadvertidamente.

Segundo uma nota, que v. s.ª me communicou com relação á tentativa de divisão proporcional á importancia e população, as villas de Aroche, Moura e Encinasola têem 3:400, 4:000 e 3:940 habitantes. A villa de Moura e seus suburbios poderão ter 4:000 habitantes, porém as villas e suas aldeias têem 18:896 habitantes, o que corresponde a mais de duas vezes e meia a população de Aroche e Encinasola.

33. Uma divisão proporcional á importancia e população de Moura acceitaria eu de boa vontade. E na nota de 19 de setembro de 1805, a que já me tenho referido, reconhece o governo de Sua Magestade Catholica a importancia de Moura sobre as duas villas juntas de Aroche e Encinasola. Ahi se lê o seguinte:

«La villa de Mora ya por las maiores utilidades, que ha sacado por el estado de indivision de aquella Dehesa, lo que en la parte, que depende de su maior poblacion y número de ganados.»

Synopse dos documentos sobre a contenda de Moura

Instrumento de uma carta do concelho de Sevilha para o de Aroche, pela qual se vê, que primitivamente o direito de possessão entre Castella e Portugal era representado por Sevilha o de Castella e por Moura e Nodar o de Portugal.

E mais contém esta carta a declaração de Sevilha para que Aroche desfructe e defenda as terras da Contenda na fórma dos antigos costumes.

(N.º 1, 1328. Torre do Tombo, gaveta, 18, maço 3, n.º 22.)

Nota.—Aroche foi terra cedida a Castella por El-Rei D. Affonso III em 16 de fevereiro de 1305.

(Torre do Tombo, gaveta 18, maço 3, n.º 24.)

Composição por mandado dos Reis de Portugal e Castella sobre a Contenda, que era entre o concelho de Moura de uma parte e o concelho de Aroche da outra. Resolveram os arbitros que os concelhos de Moura e Aroche pascem, cortem e usem irmãmente e não se aggridam nas terras da Contenda.

(N.º 2, 1342. Torre do Tombo, gaveta 3, maço 5, n.º 13.)

Escriptura e inquirição onde se vê que em 1 de maio de 1349, não havia na Contenda senão de uma parte Sevilha e Aroche, e da outra Moura e Nodar.

(N.º 3, 1349. Torre do Tombo, gaveta 14, maço 7, n.º 2.)

Outro documento de demarcação em que só figuram Sevilha e Aroche por Castella, Moura e Nodar por Portugal, para a qual demarcação foram nomeados pelo Rei de Castella Martin Lopes e João Fernandes, e pelo de Portugal Martim Rodrigo e João Lourenço.

(N.º 4, 1350. Torre do Tombo, gaveta 14, maço 7, n.º 2.)

Estrumento por que se mostra serem juntos por mandado dos Reis de Portugal e Castella os concelhos de Sevilha, Moura e Nodar, por seus procuradores, para a demarcarem e tirarem a duvida, que ha entre os termos de Aroche e Moura; e em que se mostra, que nas terras da Contenda pertenceria a Moura, metade dos gados que ahi entrassem, e a outra metade a Aroche, e que os lavradores de Aroche, que lavrassem essas terras pagassem o dizimo em Aroche e os de Moura em Moura, e assim tambem dos gados.

(N.º 5, 1353, Torre do Tombo, gaveta 18, maço 9, n.º 4.)

Instrumento relativo á demarcação, onde se vê que só as villas de Moura e Nodar em Portugal, Sevilha e Aroche em Castella têem de demarcar; sendo para este fim nomeados pelo Rei de Castella, Gomes Ayres d'Arca alcaide maior da cidade de Sevilha, e João Fernandes, alcaide que foi na quadra na dita cidade; e nomeados pelo Rei de Portugal, João Gomes, conego de Evora e Estevão Lourenço, vassallo de El-Rei.

[1] (N.º 6, 1391. Torre do Tombo, gaveta 18, maço 5, n.º 31.)

Instrumento em que se apresentam procuradores de Castella e Portugal para tirarem inquirições entre os termos de Aroche e Encinasola, logares de Castella, Nodar e Moura logares de Portugal. O representante de Castella, o licenciado Rodrigo Coelho, rejeitou os poderes do procurador da villa de Moura, João Gonçalves, que os tinha de Moura sómente e não do Rei de Portugal, e só acceitou o desembargador Vasco Fernandes, nomeado pelo Rei de Portugal, como elle o era pelo Rei de Castella.

(N.º 7, 1493. Torre do Tombo, gaveta 14, maço 7, n.º 2.)

Da inquirição feita em novembro de 1510 a requerimento dos de Moura, que accusavam os de Aroche de lavrar no seu termo. Vê-se por depoimento das testemunhas, que

---

[1] Todas estas datas são da era de Cesar.

em terras da Contenda a fruição era mixta só entre Moura e Aroche, e que havia annos, que Encinasola trouxe demanda com Aroche, dizendo Encinasola que fôra antigamente aldeia de Aroche, e portanto ter direito a pastar na Contenda e Val Queimado, como Aroche.

Vê-se mais que o alcaide mór de Nodar recebia o dizimo nas terras da Contenda a toda a pessoa que ahi lavrava.

Os de Encinasola lavraram uma vez ribeiro a dentro. (Este ribeiro é o Murtiga, que limita a Contenda a nordeste do lado de Encinasola.) Foram-lhe talados os pães por serem terras da Contenda; e só passados trinta annos depois d'isto os de Encinasola cultivaram por contemplação dos de Aroche, accordo feito entre elles depois que se decidiu por sentença de D. Alvaro, que foi justiça maior de Castella, que só os de Aroche podiam cultivar.

(N.° 8, 1510. Torre do Tombo, gaveta 14, maço 7, n.° 2.)

Ora isto está perfeitamente em harmonia com o que por equidade concederam os commissarios juizes em sua sentença de 1542, aos moradores de Encinasola. Conceder é um acto equitativo sujeito a determinadas considerações e não reconhecimento de um direito.

Documento de vistoria e correição de Moura nas terras da Contenda, onde se vê, que exercia regularmente os actos proprios de administração e policia.

(N.° 9, 1521. Torre do Tombo, gaveta 14, maço 7, n.° 2.)

Rectificação das terras da Contenda.

(N.° 10, 1537. Torre do Tombo, gaveta 14, maço 7, n.° 2.)

Foral de 1513 d'el-rei D. Manuel, referido a outro foral mais antigo de D. Diniz. Ahi se vê que vinte e nove annos antes da concordata os vizinhos de Moura entravam a pastar com os de Nodar no campo de Gamos, a saber de Murtiga até Murtigão sem serem acoimados. Isto é nas terras da Contenda, motivo pelo qual era escusado fallar em Nodar na sentença de 1542. Os vizinhos de Nodar entravam com os de Moura, direito bem mais definido do que o de Encinasola.

(N.° 11. Torre do Tombo, livro dos foraes.)

Tres desenhos com alçado e planta de Nodar.

(N.° 12.)

Carta da Contenda na escala de $^1/_{50000}$ com a linha de demarcação que se propõe.

(N.° 14.)

São estes os documentos como já disse, ignorados pelo governo de Sua Magestade Catholica, a que se refere a nota de 19 de setembro de 1805, que constituem a historia chronologica e succinta da Contenda de Moura, onde se prova exuberantemente:

1.° Que o direito de dominio e posse de Moura é o mais antigo na sua origem, unico e incontestavel, igual ao de Sevilha, nunca desmentido.

2.º E não só o direito de Moura, mas tambem depois o de Nodar, da parte de Portugal, continuando Sevilha do lado de Hespanha. Nodar, fortaleza, terra e termo de Moura, assim dito por Sevilha em procuração, que passa aos seus delegados em 1353.

3.º Que Aroche fôra terra cedida por Portugal a Castella em 1305, obtendo depois o direito de compascuo na Contenda, cedido por Sevilha.

4.º Que por Moura e Sevilha se procedeu ao reconhecimento do direito de fruição por metade.

5.º Que Encinasola demandou Aroche, allegando ter sido terra de Aroche. Perdeu a demanda, e por *contemplação* os de Aroche lhe consentiram compascuo juntamente com elles na propriedade indivisa. Aroche tem a metade, e só n'essa metade da propriedade, possuida *in integrum,* poderia admittir o compascuo. A villa de Encinasola não tem documento algum, que lhe abone outra pretensão.

6.º Que tudo isto está exuberantemente confirmado pela sentença de 1542, que só se refere ás villas de Aroche, em nome da cidade de Sevilha, e á villa de Moura. Nem uma palavra se lê a respeito de Encinasola, de que não é termo ou terra de Aroche ou Sevilha. Só n'aquellas villas se reconhece o direito de possessão e propriedade, *pleno jure* territorio, dominio e jurisdicção, mero e mixto imperio em possessão e propriedade, pastos e outros aproveitamentos, commodidades e logramentos; o que lhe pertence a cada uma d'ellas, *in solidum, mixta, commum e irmãmente.*

7.º A pretensão de que seja repartido todo este dominio com terceira entidade não é admissivel. Se ha onus ou censo, como se diz, deve satisfazel-o o co-proprietario, que só o podia estabelecer na metade da propriedade fruida *in integrum,* pelas rasões já expostas.

8.º Que finalmente o documento n.º 11, foral de Nodar, por El-Rei D. Manuel em 1513, vinte e nove annos antes da concordata de 1542, nos apresenta o motivo, pelo qual a sentença não nomeia Nodar, nem era preciso escrever esta palavra, porque se reconhece, que os d'este termo entram na fruição das terras de Gamos, que são da Contenda, com os de Moura, e n'este conhecimento e accordo estavam os vizinhos de uma e outra parte. Na sentença escreve-se pois «Moura seus termos e aldeias».

Encinasola é mencionada no regulamento que os juizes commissarios redigem para melhor execução da sentença; e, ainda assim, com inferior consideração e menos faculdades do que são reconhecidas a Moura *suas aldeias e termos* e a Aroche e *seu termo* de Aroche.

Não se apresenta outro documento igual, nem mesmo similhante do lado de Encinasola. E ainda que se apresentasse, não seria admissivel para maior partilha em terras da Contenda; mas apenas para exigir na origem do seu censo, como lhe chamam, o pagamento do que por esse onus lhe fosse ou seja devido por Aroche, como proprietaria do lado de Hespanha.

9.º Que é innegavel estarmos em presença de uma questão internacional, provada por todos os documentos antigos, e nenhum moderno em contrario.

No seu officio de 2 de fevereiro do corrente anno diz v. s.ª: «no se puede prescindir de los derechos de los pueblos, debidamente justificados, e que, después de todo son la base en que se fundan todos los tratados de límites».

Com a discussão que deixo exarada, e documentos que apresento, creio que v. s.ª não me arguirá de ter faltado ao periodo citado do seu officio.

Acrescenta mais abaixo no mesmo officio. «Si no estudiamos los derechos de las tres villas, ¿que tendriamos que estudiar?» Estou perfeitamente de accordo. Esta asserção é de bom agouro para a conclusão d'esta pendencia, e nutro essa esperança, logo que a v. s.ª sejam presentes os documentos, e este meu officio que os acompanha.

Na correspondencia antiga, que nos foi facultada, vê-se que Suas Magestades Ca-

tholica e Fidelissima desejaram remotamente que se dividisse a Defeza da Contenda de Moura. Ultimamente os nossos governos commetteram-nos esse encargo, para que o estudassemos e o encaminhassemos ao fim da divisão hoje desejada. Temos trabalhado no desempenho d'este dever, e discutido sobre o assumpto, e ambos estamos animados do melhor desejo de nos desempenharmos satisfactoriamente.

Em conformidade, pois, com tudo o que desde o principio d'este officio deixo exposto apresentei a v. s.ª uma proposta de divisão, que não é exactamente aquella que já foi apresentada da parte de Sua Magestade Catholica, mas que é a que eu julgo equitativa e sensata entre as duas nações, escolhendo uma linha de fronteira mais natural, e os pontos mais elevados e conhecidos, que serviram como vertices da triangulação geodesica a que se procedeu e foram escolhidos por v. s.ª

Offereço esta linha traçada, para mais facil apreciação, na carta de $^1/_{50000}$ (documento n.º 13) reduzida da que foi levantada em 1887 na escala $^1/_{10000}$, pelos officiaes em serviço na commissão de limites.

A descripção d'esta linha de fronteira proposta é a seguinte:

A demarcação subirá a ribeira da Safareja desde a confluencia A do arroyo Pilones até á origem da Safareja no malhão 1 do Vorneco; seguirá d'ahi ao alto J, de cota 568, chamado Pico das Escovas, d'ahi ao alto E, de cota 529, denominado Pico do Tôro, d'este pico ao ponto mais elevado do cabeço das Almohas K cota 462, d'este cabeço ao das Atalayuelas L cota 431, d'este ao alto da serra Herrera M cota 455, d'ahi ao alto sul do Valle de Crica N, cota 420, d'este alto ao alto norte do mesmo nome O, cota 408, e d'ahi pela cumiada P que se dirige ao barranco do Pedro Miguel a encontral-o em R a 400 metros da sua entrada (S) na ribeira de Murtiga.

Peço a v. s.ª que entre a correspondencia que temos trocado sobre este assumpto tome em consideração os meus officios de 27 de julho passado, e os de 28 de janeiro e 6 de fevereiro do corrente anno.

Acceite v, s.ª os meus protestos de estima e consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 42

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 16 de abril de 1888.—Excmo. ilmo. sr.—He recibido el oficio de V. E. de 12 del actual, con los documentos que le acompañaban y que he estudiado con el mayor detenimiento, así como su extenso oficio, pesando y juzgando con la posible imparcialidad las razones que en él expone en apoyo de su opinion, de que la Contienda debe dividirse en dos partes iguales; y como quiera que no he podido convencerme de la justicia de la tal division, paso á contestar en detalle su referido oficio, en la esperanza de destruir por completo los razonamientos en que V. E. se funda, y de llevar á su ánimo ideas más favorables á un acuerdo, que decida esta cuestion, sin marcado perjuicio para nadie.

En primer lugar insiste V. E. en que, según yo le propuse, sea la concordata de 1542 el punto de partida de nuestra discusion y después de esa declaracion, tanto todo el contenido de su oficio como los documentos que á él une son una protesta contra aquella sentencia y más aun contra los comisarios portugueses que la redactaron y el gobierno portugués que la aprobó. Pues, en efecto, de cuanto V. E. expose resulta que los dichos comisarios, *sin razon alguna,* concedieron á Encinasola el usufructo de la Contienda al igual que Moura y Aroche dejando al término de Nodar (que *según V. E.* tenia más derecho) sin otra ventaja que la de disputar como perteneciente á Moura y en union

de esta, de la parte que á ella correspondiese. Tamaño error ó debilidad no se comprende y tengo por muy cierto que si los comisarios portugueses aceptaron y firmaron la concordata tal y cual á nosotros ha llegado, razones muy poderosas les presentarian las partes interesadas en el asunto para que ellos adoptasen una resolucion en que visiblemente eran perjudicados sus compatriotas. Por otra parte, la sola presencia en aquel acto, de procuradores de Encinasola prueba que algún derecho tendria, si bien fuera menor que el de las otras dos villas, y en efecto los comisarios así lo reconocieron concediéndole el usufructo al igual de las propietarias, es decir la tercera parte de la renta de la finca en cuestion.

Pero el entrar en este género de consideraciones, seria discutir la mayor ó menor equidad que presidió en la adopcion de la concordata, cosa que nos está vedada, pues este documento oficial, aprobado por ambos gobiernos y puesto en práctica y respetado por todos los interesados durante tres siglos y medio, se halla fuera de nuestra crítica y merece nuestro profundo respeto.

Por otra parte, acordado por nosotros que el punto de partida era la referida concordata no hay razon alguna que autorice á acudir á documentos anteriores, que todos fueron resumidos en ella, y como V. E. comprenderá muy bien, de remontarse á épocas anteriores no habria razon para detenerse en 1328 época más antigua que V. E. cita, podriamos ascender aun más y llegar á la conquista de esas tierras, y á la dominacion árabe y aun á edades más remotas, siempre en busca del primitivo derecho. Esto seria imposibilitar la resolucion del asunto y además, suponiendo tuviesen un término nuestras investigaciones, nos llevarian á un fatal resultado en que, respetando derechos caducados, hallariamos los derechos existentes.

Esta digresion, que, ruego á V. E. me dispense, me ha sido sugerida por la mencion que V. E. hace del término de Nodar para poner su derecho caducado (si le tuvo) frente al de Encinasola real y en vigor.

No dudo que Nodar pudiera haber tenido derechos, pero si la concordata no los reconoció y si concedió el usufructo á Encinasola, razones tendrian los comisarios que lo hicieron y los gobiernos que lo aprobaron y desde el momento que así lo resolvieron, todos los derechos de Nodar fueron nulos, quedando válidos los de Encinasola.

Respecto á estos, llámese concesion, favor ó adjudicacion lo que la concordata otorga á Encinasola, no se puede negar sin manifestar pasion, que el uso de la tercera parte de los frutos de la Contienda que aquel documento concede á esta villa, sancionada por la práctica de tres siglos y medio, vale alguna cosa, es atendible y no se puede despreciar.

Podria añadir además en defensa del derecho de Encinasola, que V. E., con gran asombro mio, quiere desconocer; que la concesion ó adjudicacion de los frutos de toda clase (pues ambas palabras están en la concordata) se halla en el cuerpo de la sentencia y es tan válida como el resto de ella y por último, que, hasta la apelacion presentada por el procurador de Encinasola que motivó otra del de Moura, ambas desechadas por los comisarios, prueba que algun fundamento tendria aquella villa en sus pretensiones y que el comisario portugués no obró tan de ligero al otorgarle el usufructo de la Dehesa.

En el párrafo 17 del oficio de V. E. veo que se equipara la importancia del usufructo concedido á Encinasola con el que disfrutan las aldeas de Moura y este es otro detalle con el cual no estoy conforme, pues si bien en el disfrute de los pastos y arbolado no hay diferencia, no es así respecto á las tierras de labor, pues como V. E. sabe muy bien desde muy remota fecha siembra un año Aroche, al siguiente Moura y sus aldeas y al tercero Encinasola y para dar más fuerza á esta práctica que las tres cámaras han respetado, se hizo en 1834 un deslinde de tierras, dividiendo la Dehesa en tres partes (como se vé en el plano) y asignando una á cada villa para el efecto de las siembras.

El año 1863 redactaron además un reglamento para aprovechamiento de los frutos de la Dehesa y en ese documento, aprobado por las tres cámaras, se vé la absoluta igualdad que en el usufructo existe entre las tres villas ó mejor dicho entre Aroche, Encinasola y Moura con sus aldeas. Y un derecho á usufructo en estas condiciones ¿ puede despreciarse sin pasion?

Al párrafo 22 y siguientes en que dice V. E. que esta cuestion es internacional y que por lo tanto corresponde dividir los terrenos debatidos en dos partes iguales, una para España y otra para Portugal, tengo una sola observacion que hacer, y es qui, si así fuese jamás habria cuestiones internacionales, pues la particion en dos partes de la cosa disputada las terminaria aun antes de empezar; pero no es así ni en las cuestiones internanacionales, ni en las que ocurren entre sociedades ó individuos siempre que hay derechos que respetar, que hagan injusta una particion por mitad. Y este es el caso presente pues si se dividiese la Contienda en dos partes iguales, una para Moura y otra para las dos villas españolas, Moura que nunca ha disfrutado sino un tercio de la Contienda quedaria favorecida en un sexto de la finca, mientras que Aroche y Encinasola que vienen disfrutando el mismo tercio pasarian á disfrutar cada una, una cuarta parte, perdiendo por lo tanto cada una un doceavo de la total renta de aquelles terrenos, cantidad no despreciable.

¿Encuentra V. E. esto justo? Yo no veo razon alguna para que unos pierdan y otros ganen, sobre todo cuando hay medio justo de evitar los perjuicios de aquellos disminuyendo ó anulando las ventajas de estos.

En el artículo 7.º de las deducciones que V. E. hace de los documentos que tuvo la amabilidad de remitirme y que yo le devuelvo dice V. E. «Se ha onus ou censo, como se diz, cumpre satisfazelo ao co-propietario que o estabeleceu».

Ahora bien ¿duda V. E. que hay censo? que la finca no está libre para Moura y Aroche? que estas dos villas no perciben el total de los frutos de la Dehesa? No lo creo, y partiendo de ese supuesto y de lo que V. E. indica de que debe redimirlo el co-propietario que lo estableció, paso á indagar quien lo estableció y me encuentro con la concordata redactada por un comisario de cada nacion, aprobada por ambos gobiernos y religiosamente respetada y observada por Aroche y Moura. Luego Aroche y Moura son quienes deben redimir el censo que su finca tiene, pues el hechar ese encargo á los gobiernos no seria justo toda vez que quien ganará con tener su finca libre serán aquellas dos villas.

Heme aqui llegado al fin de mi razonamiento, conducido por las mismas frases que V. E. estampa en su oficio y si V. E. reconoce, como supongo, que las dos villas de Moura y Aroche co-propietarias de la Contienda no disfrutan libremente esta finca y que pagan hace trescientos cuarenta y seis años un censo á Encinasola. Si reconoce V. E. asimismo que ese censo fué impuesto por la concordata, es decir, por ambos gobiernos, me concederá de igual manera la absoluta necesidad de que, al partir la Dehesa entre Aroche y Moura se haga redimiendo ese censo y por lo tanto indemnizando á Encinasola de esa renta que vá á perder.

Ruego pues á V. E. tome en consideracion este razonamiento que del suyo he deducido y me manifieste su opinion acerca de estos dos extremos, pues sin su previa aceptacion seria inútil tratar de la importancia de la indemnizacion que será objeto de otro oficio.

Por último, en vista de lo que dejo expuesto, comprenderá V. E. que haga caso omiso de la propuesta de division con que terminaba su oficio, pues basada aquella en la particion por mitad, no puedo aceptarla por las razones que quedan manifestadas, pero si, a semejanza de lo ocurrido con el brigadier La Rosa en 1803, las instrucciones que V. E. tenga le impiden aceptar otro acuerdo que el de la division en partes iguales,

espero tendrá la bondad de manifestármelo, para dar por terminada la negociacion dando cuenta á mi gobierno.

Dios guarde, etc.

N.º 43

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO

Lisboa, 17 de abril de 1888.— Ill.^mo sr.— Tenho presente o officio que v. s.ª me dirigiu e hontem recebi com data de 16 em resposta a outro que eu lhe havia dirigido com data de 12 e lhe foi entregue no dia 13 tudo do corrente mez.

O governo de Sua Magestade Catholica refere-se em a nota de 19 de setembro de 1805 aos documentos a que o commissario de Sua Magestade Fidelissima, brigadeiro Rosa, se tinha referido, notando que não haviam sido apresentados, e na absoluta ausencia de documentos, temou uma resolução e apresentou uma proposta.

V. s.ª no seu officio de 2 de fevereiro diz o seguinte: «no se puede prescindir de los derechos de los pueblos, debidamente justificados, y que, depués de todo, son la base, en que se fundan todos los tratados de límites».

E mais abaixo acrescenta: «Si no estudiamos los derechos de las tres villas, ¿que tendriamos que estudiar?»

Parece que v. s.ª por um lado mudou de opinião e por outro não tomou em nenhuma conta os documentos e a nota do governo de Sua Magestade Catholica, a que nunca se referiu nos seus officios.

Em este seu ultimo officio devolve-me os documentos, que são aquelles a que se refere a nota citada, e que não discute; e muito menos os trinta e tres artigos do meu officio anterior, e os nove periodos de conclusão; e retendo apenas tres dias esses documentos, que me devolve, responde vagamente ao meu officio entregue no dia 13, e sempre com a mesma e unica rasão.

Eu discuto a concordata, interpreto-a, apresento os documentos, e v. s.ª diz-me que eu protesto contra a concordata e juizes que a redigiram; diz que é erro e *debilidade,* recorrendo, na falta de rasões, á bem pouco lisonjeira expressão de falta de capacidade ou entendimento.

Apresento a v. s.ª os documentos, que se referem claramente ao modo de ser da Contenda; não ha outros em que se baseasse a sentença, um d'elles lavrado vinte e nove annos antes da concordata, v. s.ª divaga sobre o assumpto e falla-me da dominação arabe.

Não remetti a v. s.ª os documentos por amabilidade. Não é admissivel esta palavra e muito menos a idéa que encerra. Remetti-lhe os documentos para esclarecer a discussão e para desempenho de um dever, tendo na maior consideração a nota de 19 de setembro de 1805.

Em esta nota e ainda sem conhecimento de documento algum, o governo de Sua Magestade Catholica propõe a divisão da Contenda em dezeseis partes: seis para Moura, seis para Aroche, e quatro para Encinasola, e ainda depois foi apresentada outra proposta de divisão traçada sobre a carta levantada em 1804.

V. s.ª fará sobre o assumpto o que tiver por conveniente.

Aproveito esta occasião para repetir os meus protestos de estima e consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 44

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 18 de abril de 1888.—Excmo. ilmo. sr.—He recibido el oficio de V. E. de fecha de ayer y por su contenido deduzco que V. E. ha dado una interpretacion á mis palabras que estas no tenian, á causa, sin duda, de la diferencia de idioma y como ha estado muy lejos de mi ánimo poner en duda la capacidad de los comisarios portugueses que redactaron la concordata y menos aun la de V. E. á quien estimo y considero en lo mucho que vale, voy á poner aun más claro el párrafo de mi oficio del 16 á que en este momento me refiero. Decia yo en ese párrafo que por el análisis que V. E. hacia de la concordata parecia resultar que en esa sentencia se concedian *sin razon alguna* ciertos derechos á Encinasola, mientras, *también injustamente* se hacia caso omiso de los de Nodar, y á continuacion agregaba «Tamaño error ó debilidad no se comprende y estoy muy cierto que si los comisarios portugueses aceptaron y firmaron la concordata, tal y cual á nosotros ha llegado, razones muy poderosas les presentarian las partes interesadas en el asunto». Ahora bien el *error* ó *debilidad* que yo no comprendo es el que *habrian* cometido *los comisarios que redactaron la concordata,* si sin razon alguna desposeian á Nodar en favor de Encinasola; mas, como, á continuacion digo que estoy bien cierto que cuando así lo hicieron *razones muy poderosas tendrian para ello,* comprenderá V. E. la intencion verdaderamente sana de ese párrafo.

Dejando este incidente que creo ya suficientemente aclarado, paso á ocuparme de los demás extremos de su oficio.

Cierto es que solo tres días he tenido en mi poder los documentos que V. E. me envió y que se los he devuelto sin darles gran importancia pero también es un hecho que he dado la razon de ello manifestando á V. E. que nuestro punto de partida era la concordata y que los documentos anteriores á ella no eran válidos, pues todos quedaban anulados ante tan solemne documento. También decia á V. E. que, de remontar nuestras investigaciones á tiempos anteriores á aquella sentencia en busca de un derecho primitivo, vendriamos á parar al fatal resultado de respetar derechos que aquella sentencia anuló (si los hubo) mientras que despreciariamos los derechos hoy vigentes y que entonces quedaron perfectamente determinados.

Creo que este razonamiento es perfectamente lógico y que destruye todas las conclusiones del oficio de V. E.

Los derechos que nos otros tenemos que respetar son los que la concordata estableció, no los que existieran antes de 1542, pues eso ya los estudiaron y indudablemente resumieron y respetaron en su sentencia los comisarios que redactaron aquella y los gobiernos que la aprobaron.

Vé pues V. E. que contesto á sus argumentos y que rechazo la division por mitad, porque no reconozco esa carencia absoluta de derecho de Encinasola antes de la concordata y porque aun dado caso que esto se pudiera probar, la concesion ó adjudicacion que aquella sentencia hizo á favor de esta villa, *constituye por si sola un derecho* de más ó menos valor, pero *que no puede ser desconocido* hoy, después de la sancion de una práctica de trescientos cuarenta y seis años.

Dejo pues rebatidos los razonamientos de V. E. y en cambio no consigo que V. E. responda á los mios, ni á las dos cuestiones que le propongo, casi desde el principio de esta discusion, y que son las siguientes:

¿Cree V. E. que Moura y Aroche disfrutan libremente la Dehesa de la Contienda?

¿Que no pagan un censo á Encinasola hace tres siglos y medio, que este vale alguna cosa y que la equidad exige que al desposeer á esta villa la indemnicen de lo que va á perder?

Si V. E. no contesta categóricamente á estas interrogaciones quedaremos siempre en el mismo punto y será imposible adelantar un paso.

Ruégole, pues, nuevamente, que lo haga y esperando su respuesta le reitero mis sentimientos de aprecio y consideracion.

Dios guarde, etc.

N.º 45

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO

Lisboa, 20 de abril de 1888. — Ill.^mo sr. — Acuso a recepção do seu officio com data de 18 do corrente, no qual v. s.ª me diz *que não dá grande importancia* aos documentos, que eu lhe apresentei juntamente com o meu officio de 12 do corrente, e em apoio de trinta e tres artigos e conclusões que este officio contém.

N'este ultimo officio insiste v. s.ª que eu me pronuncie, a seu modo, e sem discussão sobre o ponto que é exactamente o que está em questão.

Deus guarde, etc.

N.º 46

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 26 de abril de 1888. — Excmo. ilmo. sr. — Ha sido en mi poder el oficio de V. E. de 20 del corriente, cuyo laconismo no puedo atribuir sino á falta de razones que oponer ante los claros argumentos de mis anteriores oficios de 8 de setiembre y 16 del mes actual, y en particular á los de este último en que rebati, no en detalle, porque no era preciso, sino en conjunto todas las razones que en su extenso oficio de 12 de este mes aducia V. E. en apoyo de su pretension de que la Contienda se dividiera en dos partes iguales.

Visto pues que V. E. no tiene más razones que oponerme, porque no existen; que *no puede* negarme, *ni quiere* convenir en que la concordata concedió á Encinasola un derecho en la Contienda, que, si bien *no es de propiedad*, ha *tenido en la práctica* hasta hoy, es decir durante tres siglos y medio, tanto valor como el de cada una de las villas propietarias; y aun cuando la lógica de la discusion exigia, que antes de continuar quedase aquel derecho reconocido ó negado por V. E., paso á proponer á V. E. una division equitativa de la Contienda, prescindiendo de aquella indispensable circunstancia en atencion al interés de los pueblos y al deseo que me anima de cumplir del mejor modo posible las órdenes de mi gobierno.

Al efecto tengo el honor de remitir á V. E. un plano, sin detalles, de la Dehesa de la Contienda en el que figuran con tres colores distintos las zonas de cultivo de las tres villas y las diferentes rayas divisorias que en este siglo se han proyectado.

En el verá V. E. que la parte explotada por Moura para sus siembras comprende solo 1:817 hectáreas, 36 áreas, es decir que no llega al 15 por ciento de la superficie de la Dehesa, mientras las villas españolas han disfrutado hasta hoy un 85 por ciento de la finca, y esto según acuerdo de las tres cámaras del año 1834.

Hago constar, pues, que hace cincuenta y cuatro años que la España disfruta el 85 por ciento de la Dehesa, no porqué yo vaya á exigir ahora análoga division sino para que V. E. comprenda que aun conservando Portugal solo una tercera parte de aquellos terrenos, los intereses de España saldrian muy perjudicados, y esta division está marcada en la línea recta S. T.

La línea quebrada S. I. E. K. L. M. N. Q. P. R. marca la division propuesta por V. E., que, sosteniendo, sin razon, que la finca se divida en dos partes iguales, pide aun más en esa proposicion que deja para Portugal un 52 por ciento, es decir aun más de la mitad. Comprendrá V. E. que tan injusta é infundada proposicion no se puede sostener ni un momento y con tanta más razon cuanto que ya el gobierno portugués proponia en 1805 se dirigiese la raya por la línea S. E. N. Q. P. R., dejando solo de la parte de Portugal un 46 por ciento, ó sean 660 H. a. menos de las que ahora pide V. E., cuando, si en algo ha variado el derecho ha sido en pró de España por los convenios de las tres villas y la sancion del tiempo.

Paso ahora á ocuparme de la propuesta hecha por mi gobierno en comunicacion de 10 de setiembre de 1805. Como V. E. sabe muy bien, en aquella proposicion se dividia la Contienda en diez y seis partes iguales, dando seis á Moura, seis á Aroche y cuatro á Encinasola; es decir, seis á Portugal y diez á España ó, lo que es lo mismo, 37,5 por ciento á aquella nacion y 62,5 por ciento á esta. Ahora bien, al tratar de representar gráficamente esta division trazando la línea A. B. C. D. E. F. G. H., que represento en el plano por una línea azul (que *no* es exactamente la que V. E. trazó en el plano que acompañaba á su proposicion), sin duda por efecto de los errores de aquel antiguo plano, ó por involuntaria equivocacion del que trazó la línea, quedaba para Portugal más del 42 por ciento de los terrenos en vez del 37,5 por ciento.

Como dicha comunicacion de mi gobierno está mui clara y solo ofrece á Portugal el 37,5 por ciento, comprenderá V. E. que la línea que entonces se dibujó no es válida por no ajustarse exactamente á aquella, ni haber sido comunicada oficialmente de gobierno á gobierno, pues solo consta en los papeles del comisionado español.

Para terminar, V. E. propuso la division por mitad, yo rebati las razones de V. E. y hallo que, en justicia, debian hacerse tres partes iguales, pues un censo en las condiciones del que en la Contienda existe, solo se redime con la entrega del capital; pero mi deseo de llegar á un acuerdo me impele á proponer á V. E., *como transaccion,* que la division se haga por la línea *a. b. c. d. e. f. g.* que en el plano figura con cruces rojas y azules alternadas y que tiene la ventaja de seguir por accidentes del terreno, caminos, arroyos y lindes respetadas ha tiempo, y que deja de parte de Portugal 4:588 H. a., ó sea el 38 por ciento de la Dehesa, proposicion la más ventajosa hecha hasta ahora por la parte de España y con la cual recibe Moura dos veces y media más terrenos de los que hasta hoy vienne disfrutando.

Si V. E. acepta esta solucion, acudiré inmediatamente á mi gobierno dándole cuenta, para que, serviendo este proyecto de base, entre en negociaciones con el gobierno portugués para el definitivo arreglo de esta antigua é importante cuestion.

Dios guarde, etc.

N.º 47

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO

Vianna, 15 de maio de 1888.— Ill.^{mo} sr.— V. s.ª é injusto commigo no seu officio de 26 de abril, pois apresentando-lhe tantos pontos a discutir nos meus officios, ultimamente

um com trinta e tres artigos, nove importantes paragraphos de conclusão, uma serie de documentos concernentes á materia, e uma abreviada synopse dos mesmos documentos, cito-lhe periodos, a que me refiro, apresento-lhe a discussão e interpretação da concordata de 1542, e v. s.ª devolve-me promptamente os documentos no fim de tres dias, «sin darles gran importancia», diz no seu officio, insistindo sempre no seu empenho, de que eu declare, que acceito, segundo o seu modo de ver, exactamente o que está em discussão. Na concordata não falla nunca, só se refere a um artigo regulamentar; assim reconhecido por Sua Magestade Catholica; e ainda interpretado por v. s.ª a seu modo, sem discutir a materia, que lhe apresento; e depois d'isto tudo, que deixo exposto, diz-me n'este seu ultimo officio com referencia ao meu anterior: «cuyo laconismo no puedo atribuir sino á falta de razones, que oponer ante los claros argumentos de mis anteriores oficios de 8 de setiembre y 16 del mes actual, y en particular á los de este último, en que rebati, no en detalle, porque no era preciso, sino en conjunto todas las razones que en su extenso oficio de 12 de este més aducia V. E. en apoyo de su pretension, de que la Contienda se dividiera en dos partes iguales».

Esta citação, que apresento, é mais clara do que quanto eu possa dizer. V. s.ª rebate tudo em conjuncto, nem mesmo na analyse da concordata quer entrar. Com bem pouco cabedal, e bem simplesmente a via v. s.ª uma questão tão debatida, e que tem merecido a discussão demorada, e séria attenção dos nossos governos. Parece-me, pois, repito, que v. s.ª é injusto commigo, arguindo-me «*da falta de rasões que oppor aos seus claros argumentos*». Se eu, porém, me engano, e v. s.ª assim o entende, espero da sua bondade, que hei de ser desculpado.

Dirigindo a v. s.ª o meu officio de 12 de abril, e apresentando-lhe os documentos que o acompanhavam, os quaes me devolveu immediatamente «sin darles gran importancia» como diz; tive em vista a nota apresentada pelo embaixador de Sua Magestade Catholica, que lhe dá essa importancia, negada por v. s.ª Lê-se logo no primeiro periodo d'esta nota que Sua Magestade Catholica não rejeitou o exame *maduro de todos os documentos*, que se tenham podido encontrar, capazes de *dar luz* (dar luz) em tão importante assumpto, e até recorreu a informações differentes. Recorreu assim a documentos, mas só aos que pôde encontrar, e todavia Sua Magestade bem conhecia os artigos da concordata. Certamente não desprezaria, se tivesse podido encontrar, a luz que derramam os documentos, que são a base e serviram á redacção da concordata.

Mais abaixo lê-se em a mesma nota o seguinte:

«Es indispensable sentar principios, uno que no se han comunicado por el comisionado de Portugal eses documentos incontestables, que enuncia la orden de Sua Altesa Real de 10 de octubre, y sobre lo que dice se funda la division por mitad.»

O primeiro principio assentado e á apresentação dos documentos, exactamente os que v. s.ª devolve sem dar-lhes grande importancia.

Aqui é v. s.ª injusto com o seu governo, que procurou documentos, e Sua Magestade Catholica julgou pelos que «se han encontrado» e devolve-me os documentos, que Sua Magestade censura não terem sido apresentados. «Cierto es, diz v. s.ª em 18 de abril, que solo tres dias he tenido en mi poder los documentos, que V. E. me envió, y que se los he devuelto sin darles gran importancia».

Em outro periodo abaixo, do mesmo officio, lê-se: «pues esos ya los estudiaron y indudablemente resumieron y respetaron en su sentencia los comisarios, que redactaron aquella y los gobiernos, que la aprobaron». Só lhe faltou acrescentar a este periodo, que os governos sabiam o que approvavam. Um d'esses governos foi o de Portugal. Ora v. s.ª sabe, que os juizes commissarios já estudaram esses documentos; e não tem a menor duvida «indudablemente» em asseverar, que os juizes commissarios os resumiram e respeitaram na sentença, que redigiram. Levanta-se duvida sobre a interpretação dos artigos

d'essa sentença; Sua Magestade Catholica procura luz, que se não póde achar melhor do que na base d'essa sentença. V. s.ª sabe tudo isto, e devolve-me os documentos «sin darles gran importancia».

Estes documentos são aquelles, que não pôde encontrar o governo de Sua Magestade Catholica em 1805, a que seguramente teria recorrido para esclarecer a redacção da concordata, como eu faço, com especialidade no meu officio de 12 de abril. Em os meus officios, e com minuciosa exposição n'este ultimo, se quizer prestar attenção, e importancia, que nega no seu officio de 18 de abril, encontrará v. s.ª resposta cabal e positiva ás suas limitadas rasões, sempre repetidas desde que principiou a nossa correspondencia, como diz no mesmo officio.

Em 28 de janeiro e 12 de abril encontrará v. s.ª resposta á inadmissivel pretensão de fazer valer para a divisão da Contenda ajustes particulares das municipalidades sem a sancção dos governos. No segundo dos officios citados está a materia mais desenvolvida, mas no de 28 de janeiro, em que respondo á primeira vez, que v. s.ª apresenta essa pretensão, digo o seguinte:

«Esta pendencia é internacional. A prova somos nós, nomeados commissarios. Creio que v. s.ª não quererá reconhecer a autonomia das municipalidades n'um empenho internacional, nem pretenderá que eu tome em maior conta arranjos e conveniencias particulares de individuos, ou de corporações influenciadas pelos proprios interessados sem que para tanto estejam devidamente auctorisados, como são essas combinações, a que se refere, me quer mostrar, e de que eu tenho conhecimento; exceptuando o protesto da camara de Aroche contra a divisão da Contenda, que verei, quando v. s.ª quizer ter a bondadede m'o mostrar.»

Ainda bem que v. s.ª no seu ultimo officio, a que respondo, acaba com a duvida, que eu poderia ter sobre a sua opinião a este respeito, e considera internacional a pendencia, fazendo a partilha da Contenda, como eu sempre entendi, entre Portugal e Hespanha, embora não estejamos de accordo sobre as cotas respectivas.

Mas o que contraría completamente a pretensão a maior e melhor partilha, baseada na fruição, ainda que o motivo allegado fosse outro, é a nota de Sua Magestade Catholica de 19 de setembro, onde é reconhecida a maior importancia de Moura, e se lê o seguinte:

«La villa de Mora ya por las maiores utilidades, que ha sacado, por el estado de indivision de aquella Dehesa, lo que en la parte, que depende de su maior poblacion, y número de ganados, puede cambiar mañana en favor de Aroche.»

Parece providencial, e que este periodo está redigido para o caso sujeito. O que v. s.ª apresenta a respeito de fruições, é pretensão inacceitavel, e uma flagrante usurpação de direitos internacionaes, e a mais deploravel interpretação da tão repetida *irmandade, pleno jure, in solidum,* como se vê na sentença da concordata.

Apresenta v. s.ª um contorno da carta, que tive a honra de lhe enviar, reduzida á escala de $^1/_{500000}$. Dentro d'este contorno, que não contém indicação alguma, figura a côres diversas, o que diz ser a zona de fruição de Moura, Aroche e Encinasola, resultante de convenções, ao que já respondi. Segundo o seu rasoado não falta senão supprimir a denominação de Contenda de Moura, e escrever Contenda de Encinasola. E ahi se chegaria, se Portugal continuasse a perder territorio, como até agora tem perdido, e se vê da mesma concordata, o que seguramente tambem foi tido em linha de conta. E mais ahi traça differentes linhas e hypotheses de divisão. A uma d'estas que foi apresentada da parte de Hespanha, liga menos apreço; diz que foi apresentada pelo commissario. V. s.ª tambem é commissario e apresenta outra sua, Não discuto agora estas linhas, seria preciso ter discutido outros pontos, mas quando se tratar da discussão geral, farei ver as circumstancias, em que se acha essa proposta menosprezada por v. s.ª

Tambem diz que está errada a linha na copia traçada na carta chrographica reduzida á escala de $^1/_{50000}$, que em 12 de abril lhe enviei. Ora eu conferindo a correcção, que v. s.ª apresenta, com a linha traçada na carta original, levantada pelos officiaes engenheiros hespanhoes Fuentes e Prieto, e assignadas em 26 de junho de 1804 pelo brigadeiro commissario Francisco de Fersen, vejo que v. s.ª se engana, partindo dos pontos C D para B pelo barranco, que se dirige ao ribeiro de Zafarejo, e não em direcção ao malhão do Borneco, para d'ahi seguir pelo mesmo ribeiro de Zafarejo. Não fallo dos pontos intermedios, porque no seu contorno não ha indicação alguma. Na proposta, a que nos referimos, a linha vae do ponto E, pico do Touro, á confluencia dos arroios da Mediana e Canguera, o que v. s.ª supprime no seu contorno. Nada tenho a dizer sobre o final do seu officio, v. s.ª fará o que tiver por conveniente. É de crer, que apresente ao seu governo a nossa correspondencia, e com especialidade os meus officios de 27 de julho passado, e os de 28 de janeiro, 6 de fevereiro e 12 de abril do corrente anno, e este que agora lhe dirijo.

O governo de Sua Magestade Catholica póde tratar directamente com o governo portuguez. Eu, porém, estou nomeado, e competentemente auctorisado para assignar qualquer accordo, que celebre com o plenipotenciario de Hespanha, que para esse fim for auctorisado.

Acceite v. s.ª os meus protestos de estima e consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 48

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 21 de mayo de 1888.—Excmo. ilmo. sr.—He recibido el oficio de V. E. de 15 del actual en que veo no contesta á ninguno de los argumentos ni de mi oficio de 26 de abril ni de los anteriores, encerrándose en que hagamos un análisis palabra por palabra de la concordata, sin pensar que tal análisis no puede llevarnos á otro conocimiento, sino al que ya temos de que Moura y Aroche son las propietarias y que Encinasola tiene un derecho de usufructo igual que las otras, pero sin propiedad. Además ese análisis ya lo hemos hecho y si á V. E. le lleva á desconocer la realidad y suponer que nadie más que Aroche y Moura disfrutan la finca; yo, por más que leo la concordata y los oficios de V. E. no puedo ver otra cosa que lo que dejo dicho, que las entidades propietarias son dos y las usufructuarias son tres, y que por lo tanto al hacer la división entre las dos propietarias hay que indemnizar á la tercera entidade á quien se vá á quitar el usufructo. V. E. repite várias veces que *yo no he dado importancia á* los documentos que V. E. me presentó y dice que el embajador de Su Majestad Católica les daba la importancia que yo les niego. No estoy de acuerdo; el embajador daba importancia á los documentos *incontestables* que el gobierno portugués *decia poseer más no presentaba.* Si eran *solo* los que V. E. me ha mostrado *no eran incontestables,* y crea V. E. que á haberlos aquel embajador conocido, muy bien que los hubiera contestado, como hice yo en mi oficio de 16 del mes próximo pasado. Todos los documentos que V. E. presentó son anteriores á la concordata y no pueden destruir en nada lo que esta legisló. Se fuesen posteriores tendrian importancia y habia que tenerlos muy en cuenta para ver que partes anulaban ó variaban de la repetida concordata. Mas como son anteriores á ella *no tienen importancia* y *por eso no se la he dado,* sin que por ello haya estado *ni un momento* en desacuerdo con las ideas vertidas por mi gobierno á principios de siglo.

Dice V. E. que no hablo de la concordata y sí solo de un artículo reglamentario

de ella. Por más que miro la copia de aquél documento, que yo tengo, no he podido ver articulado alguno y tampoco en el original español que V. E. tiene. Solo en la copia portuguesa que V. E posee he visto un articulado com números rojos, hecho por alguien que quiso así dividirla, pero el original no tiene articulado, forma solo un cuerpo y tanta fuerza tiene cuando adjudica la propiedad de la Dehesa como cuando adjudica su usufructo. Pero esto es un detalle en que entro solo por contestar á V. E. en todos los termos, pues aunque ese articulado existiese no anularia el hecho que dejo dicho de que las entidades propietarias son dos y las usufructuarias tres.

Hago pues constar que todos mis razonamientos se fundan en la concordata, de ella parto y no de tiempos anteriores como V. E. desea, á pesar de haber V. E. convenido en el principio de esta discusion que el punto de partida era dicho documento. Y aun cuando por datos anteriores se probase, que no se prueba por los que V. E. halló, que Encinasola no tenia derecho alguno antes de 1542, si la Concordata la hubiese concedido, no ya el derecho lato al usufructo como las propietarias, sino solo él de cortar un arbol todos los años, *la razon* y la *justicia* exigirian se respetase este derecho y que se la indemnizase al proceder á la division. ¿ V. E. no encuentra fuerza á estas razones y quiere demonstrarme que la concordata no es justa, que el gobierno portugués hizo mal al aprovarla? No puedo seguir á V. E. por ese camino, yo respeto los hechos consumados y la legislacion vigente.

Que la cuestion es internacional es innegable y yo jamás lo negué, como también lo es que disfrutando España hace tres siglos y medio y en virtud de derecho reconocido por Portugal más de la mitad de los frutos de la Contienda, más de la mitad de la finca la corresponde al dividirla y esto, *sin embargo de ser innegable* V. E. lo niega.

Debo también hacer constar que V. E. sabe tan bien como yo, que es real y positiva hace cincuenta años la division en zonas de cultivo hecha por las tres cámaras en la Contienda, pues las lindes respectivas fueron marcadas en el plano por el major Cardeira y por mi, con todo rigor y sirviéndonos de guía el jefe de los guardas portugueses. No es, pues, un dicho mio, como *indica el oficio* de V. E. es un hecho real esa division *que V. E. conoce tan bien como yo* y ella es un testimonio bien elocuente de que España disfruta hace cincuenta años el 85 por ciento de la finca que V. E. quiere ahorá dividir por mitad.

Por último, dice V. E. que doy *menos aprecio* á la division que España propuso en 1805 y no comprendo de donde pueda V. E. deducir esa afirmacion, pues lo que dije y salta á la vista en el plano es que la tal línea de division deja para Porugal un 42 por ciento y como la proposicion de mi gobierno, según comunicacion de 16 de setiembre de 1805 era solo de 37,5 por ciento, claro es que ahi habia un error del plano ó del dibujo.

Al último detalle en que V. E. se fija diciendome que me engaño en el trazado de esa línea, debo manifestarle para terminar que como tengo en mi poder los documentos originales de que V. E. solo tiene una copia, la indicacion mia es exacta, la línea divisoria que España proponia no pasaba por el mojon del Borneco y desde los puntos C y D bajaba por el barranco hasta encontrar el Zafareja, de modo que es V. E. quien no está en lo cierto, cosa no de extrañar pues puede ser un error de copia.

Aprovecho la occasion para reiterar á V. E. mi consideracion y aprecio.

Dios guarde, etc.

N.º 49

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 8 de abril de 1889.—Excmo. ilmo. sr.—Reducido á la escala de $^1/_{25000}$ por medio de la fotozincografia, tengo el honor de remitir á V. E. tres ejemplares del plano de la Contienda que levantó esta comision en 1887, por si pudieran serle de alguna utilidad y en debida correspondencia de los que V. E. tuvo á bien remitirme en 29 de noviembre de 1887.

Dios guarde, etc.

N.º 50

O SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES AO SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO

Lisboa, 10 de abril de 1889.—Ill.^mo^ sr.—Tenho presente o seu officio datado de 8 do corrente que acompanha tres exemplares de uma planta, reduzida á escala de $^1/_{25000}$ pelo processo photo-zincographico, da planta da Contenda de Moura levantada na escala de $^1/_{10000}$ pelos officiaes em serviço na commissão de limites, no anno de 1887. Esta reducção é a que v. s.ª me havia promettido, quando eu lhe enviei outras reducções similhantes na escala de $^1/_{20000}$, e de $^1/_{50000}$. Aquella foi reduzida da primeira planta para a escala de $^1/_{20000}$ e o original está archivado, e a photographia que lhe mandei está na escala do original. Agradeço a v. s.ª a sua attenção.

Tenho, porém, a notar, que no titulo d'aquella photo-zincographia se lê o seguinte: *Plano de la Dehesa de la Contienda de Aroche*. Não sei o que seja! Seguramente foi engano. Não conheço a Defeza da Contenda de Aroche. Talvez haja alguma differença (o que eu agora não tenho tempo de verificar) com a antiga e conhecida Defeza da Contenda de Moura, com a qual nos temos occupado, a que se refere a concordata de 1542, já então nomeada de tempos muito remotos. Os officiaes portuguezes não levantaram planta alguma da Contenda de Aroche, como se diz no titulo da photo-zincographia, que v. s.ª teve a bondade de me enviar. No anno de 1803 levantaram officiaes hespanhoes uma planta da Contenda de Moura, que bem conhecemos, e de que temos copias photographicas. A não ser engano, ou alguma differença que leve a adoptar a paternidade d'este titulo a quem o redigiu, ou outra cousa, a que eu não posso attingir, permitta-me v. s.ª que eu proteste contra essa denominação applicada á Contenda de Moura, que póde induzir em erro os incautos, e aquelles que não tiverem um cabal conhecimento do estado das cousas, e que possam soccorrer-se a este e outros pretextos para pôr em duvida o que a não admitte. Desculpe v. s.ª esta minha linguagem, que é lealmente franca como o tem sido sempre.

E permitta-me v. s.ª, que eu leve o conhecimento d'este facto onde convenha apresentar-se, pois que é transmittido por v. s.ª officialmente; e consentido por mim plenipotenciario nomeado pelo governo de Sua Magestade Fidelissima para tratar da divisão da Contenda de Moura, poderia causar equivocos, e motivar explicações e rectificações enfadonhas e desnecessarias.

Repito a v. s.ª os meus protestos de estima e consideração.

Deus guarde, etc.

N.º 51

O SR. D. MÁXIMO RAMOS Y ORCAJO AO SR. SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES

Lisboa, 18 de abril de 1889.—Excmo. sr.—Recibi el oficio de V. E. de 10 del actual, y no me surprendió la protesta que formula contra el título de Contienda de Aroche que figura en el plano que en 8 del actual le remiti. Ahi ha habido indudablemente una equivocacion que no me explico, pero que ya hecho el trabajo, no se puede remediar.

Sé bien que Moura dá su nombre á la Contienda, aunque no he investigado las causas, pues teniendo tanto derecho Moura como Aroche en aquellas tierras, lo mismo podria aplicarseles el uno que el otro nombre.

Lo que sí puedo asegurar á V. E. es que el nombre que figura en los planos que le remití, no servirá de apoyo á ninguna nueva reclamacion de derechos, no solo porque no significa sino una equivocacion, sino porque el nombre no apoya derecho alguno, y la prueba es que V. E., que tanto ha investigado los origenes de los derechos de Portugal en aquella finca, no ha pensado siquiera en hacer valer el nombre de Contienda de Moura en su apoyo.

Hagamos, pues, caso omiso de esa equivocacion, que nada vale ni significa, y á la que por tanto no puede V. E. atribuir intencion alguna, por cuanto, aun cuando la Dehesa se llamase de Aroche, en nada aumentaria esto los claros derechos de España en aquellos terrenos.

Reitero á V. E. mis sentimientos de aprecio y consideracion.

Dios guarde, etc.

N.º 52

MEMORANDUM DO SR. GENERAL SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES ENTREGUE NO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS EM 23 DE OUTUBRO DE 1892

A raia proposta pelo governo hespanhol em 1805, em conformidade com a nota do mesmo governo dividindo a Contenda de Moura em oito partes, deixa tres para Portugal, tres para Aroche e duas para Encinasola. Esta proposta foi muito discutida e rejeitada pelo governo portuguez. É a linha encarnada, que se vê na planta.

A linha azul representa um projecto de divisão traçado na planta hespanhola, que se acha na legação. Este projecto deixava para Portugal 48 por cento. Não foi discutido, porque o general Rosa, commissario portuguez, só estava auctorisado á divisão por metade, não obstante vê-se dos documentos, que o governo de Sua Magestade Catholica se prestaria á discussão sobre uma rasoavel divisão.

A linha verde representa a divisão proposta pelo plenipotenciario do governo portuguez em 1889. Não póde esta taxar-se de excessiva, quando se vê as pretensões de Encinasola, termo que deriva evidentemeute de Sevilha, primeira proprietaria, e de Aroche. Ali deriva Encinasola da primeira proprietaria hespanhola, meeira com Portugal na fruição, ao passo que os termos de Moura, como é Nodar, se reuniram a Moura, e por isso se não falla n'elles no tratado, embora se deprehenda do relatorio, que o precede, referido aos documentos, que foram presentes.

A divisão pelo caminho de Barrancos a Aroche, se em rigor não satisfaz os interes-

ses e direitos de Portugal, poderá servir a um accordo de divisão, em virtude do qual ficará em Portugal uma superficie de 43 por cento, e para Hespanha 57 por cento, sendo 43 por cento para Aroche e 14 por cento para Encinasola, ou pouco menos de um setimo e mais de um oitavo do total para esta ultima villa. Esta divisão daria com relação á primeira proposta do governo hespanhol uma differença, que no estado actual das cousas já representa assentimento do governo portuguez a bem de uma divisão, que está hoje no animo dos dois governos.

Lisboa, 23 de outubro de 1892.

N.º 53

O SR. FELIPE MENDEZ DE VIGO, MINISTRO DE HESPANHA EM LISBOA AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, 19 de abril de 1890. — Excmo. sr. — La demarcacion del terreno llamado de la Contienda es asunto cuya pronta resolucion tiene la mayor importancia, dada la conveniencia de poner término á un anómalo estado de cosas, que gravemente perjudica á ambas naciones peninsulares.

Según V. E. sabe bien, ya en 1542 y para evitar las graves complicaciones á que daba lugar, se llegó á un acuerdo que, si bien dejaba la tierra indivisa, fijó de un modo claro los derechos de los pueblos fronterizos.

Ese acuerdo, llamado vulgarmente «concordata», redactado por los jueces nombrados al efecto, y aprobado por los gobiernos respectivos, declaró que la Contienda pertenecia tan solo á las villas de Aroche (España) y Moura (Portugal), únicas propietarias de la Dehesa; pero, á la vez, concedió el usufructo de ella á otra villa española — Encinasola. Tenemos, pues, en la Contienda dos propietarias de la finca, pero para su usufructo por tiempo ilimitado, resultan tres, que son, Aroche, Encinasola y Moura; y, si como propietarias tienen iguales derechos Aroche y Moura, como usufructuarias son también iguales los derechos de las tres.

Diferentes veces han tratado ambos gobiernos de llegar á un acuerdo definitivo, dividiendo la finca entre las villas interesadas y marcando en ella la frontera. En lo que vá de siglo tres han sido las ocasiones en que se ha intentado esta division sin resultado, y la última, en 1885, se encomendó á la comision de límites que levantó el plano detallado de la finca, y, tomando por base lo estipulado en la concordata, ha venido negociando sin llegar á un acuerdo hasta abril de 1889, en que mi gobierno dispuso me encargase de la negociacion, entendiendome directamente con el de Su Majestad Fidelísima.

Desde entonces he tratado más de una vez de cumplir tan honroso cargo, pero las muchas ocupaciones del digno antecesor de V. E., la complicacion siempre creciente de los negocios internacionales, y las discusiones de las cámaras, traian de tal modo absorvida su atencion que no me fué dado conseguirlo.

En su deseo de no retardar la solucion del asunto creyó el sr. Barros Gomes más eficaz trasladar la negociacion á Madrid, y así lo hizo sin pensar que esa cuestion se ha tratado siempre en Lisboa, donde se encuentran todos los datos, y que, por lo tanto, no podia menos de ocurrir lo que ha ocurrido, que pasasen los meses sin adelantar un paso.

En vista de esto, mi gobierno me encarga proponga á V. E. el arreglo definitivo de la cuestion, confiando que su elevado criterio y buen deseo facilitarán la conclusion en breve tiempo de un convenio justo y favorable á ambos países.

Haciendo caso omiso de las negociaciones que no han dado resultado, y fundandome solo en la concordata que es lo único claro y preciso que en esta cuestion existe, voy á

proponer á V. E. una solucion equitativa que, á mi juicio, resuelve satisfactoriamente el asunto, respetando todos los derechos existentes.

Según hemos visto, tres son las villas que, sin limitacion de tiempo, disfrutan las rentas de la finca en virtud de la concordata, y es indudable, que la posesion de una renta por tiempo ilimitado, casi constituye la propiedad del capital.

Partiendo de estos hechos, podria España reclamar se hicieran tres partes iguales de la Dehesa, una para cada villa, pero mi deseo de llegar á un pronto acuerdo me hace prescindir de esa solucion y proponerle otra tan equitativa, que no dudo habrá V. E. de reconocer el sentimiento de estricta imparcialidad que la dicta.

Consiste esta solucion, en dividir la finca en ocho partes iguales, asignando tres de ellas á Aroche, tres á Moura y dos solamente á Encinasola, teniendo en cuenta que si bien esta villa tiene el usufructo ilimitado de un tercio de la Contienda, que puede decirse equivale á la propiedad de ese tercio, las dos primeras pueden alegar, á más del mismo usufructo, la declaracion de tales propietarias de la finca. De esta suerte Encinasola, que usufructua por igual la Dehesa con Moura y Aroche, viene á quedar con una parte inferior en un tercio á la de cada uno de estos pueblos.

A la misma solucion puede llegarse con otro género de consideraciones: Moura y Aroche, propietarias de la finca, se la dividen por mitad, pero tienen que indemnizar á Encinasola que por acuerdo de ambos gobiernos disfruta el tercio de la renta ha tres siglos y medio. Para esto, debian cederle cada una de las propietarias un tercio de su parte, pero atendiendo á que Encinasola no puede alegar la declaracion de propiedad, y por lo tanto debe conformarse con algo menos que las que ostentan ese título, podian para poner término á la cuestion reducirse á la cuarta parte lo que cada una habria de ceder quedando así dotadas: Aroche con tres ochavos, Moura con otros tres ochavos y Encinasola con solo dos ochavos de la finca total disfrutada.

Creo que V. E. comprenderá la justicia de esta proposicion y la aceptará, dando así término á esta larga cuestion y á las complicaciones y perjuicios que su continuacion puede traer consigo, y que tanto desean evitar los gobiernos de ambos países llevados del deseo de estrechar cada vez más sus buenas relaciones.

Aprovecho, etc.

N.º 54

O SR. A. AYRES DE GOUVÊA, MINISTRO DOS NEGOCIOS ESTRAEGEIROS AO SR. FELIPE MENDEZ DE VIGO

Lisboa, 27 de novembro de 1892. — Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. — Accedendo ao convite verbal que v. ex.ª me fez para ponderar o conteúdo da sua nota de 19 de abril de 1890, á qual o meu illustre antecessor, pelas circumstancias gravissimas do momento, não pôde responder, apresso-me a declarar que de todo o ponto convenho em que a continuação do estado de cousas nos terrenos que desde seculos permanecem indivisos entre a povoação portugueza de Moura e as hespanholas de Aroche e de Encinasola, não deve por mais tempo permittir-se, sem grave deslustre para a auctoridade suprema das duas nações peninsulares e crescente prejuizo das suas administrações fiscaes e policiaes.

Constituido esse territorio n'uma especie de pequeno estado independente, é ahi quasi nulla a acção da justiça e impossivel a fiscalisação de todas as medidas repressoras de contrabando que lá se acoita, e com o qual são infestadas de continuo as provincias vizinhas.

Urgindo terminar de vez e para sempre esta situação anormal, offensiva e despre

zadora dos direitos de ambos os povos limitrophes, e que sómente um interesse local, injusto e inconfessavel, tem conseguido manter por tamanho lapso de tempo, o governo de Sua Magestade acha-se disposto a entrar desde já n'uma transacção amigavel que ponha termo a similhante anomalia na jurisdicção territorial, origem constante de conflictos e complicações internacionaes e de prejuizos na recta e prompta applicação das prescripções fiscaes.

O proveito directo para os dois paizes é mais que manifesto, determinando de modo definitivo as suas fronteiras, desencravando de entre ellas esse foco indisciplinado e perturbador e approximando-as sob a vigilancia da policia effectiva e responsavel de cada um.

Em vista, pois, d'estas considerações ponderosas, desviando antiquissimas pretensões que instigariam a requerer a divisão em duas partes iguaes entre Moura e Aroche como proprietarias exclusivas que, sem controversia, sempre foram de todo o solo da Contenda e acceitando para base da composição agora projectada a concordata de 1542, firmada entre Portugal e Hespanha, não recusa o governo assentir a que a divisão e apropriação se faça pelas tres referidas povoações, se bem que nunca em proporção igual, nem ainda approximada, attenta a fundamental differença do direito allegado por Encinasola.

Gosa esta apenas, conforme a letra expressa do documento citado, a vantagem do usufructo e ainda este, importa advertil-o desde já, não é illimitado, mas sim restricto e condicionado.

Propõe v. ex.ª na sua nota que a totalidade do terreno seja dividido em oito partes iguaes assignando-se tres d'ellas a Aroche, tres a Moura e duas a Encinasola.

Ora, uma tal proposta, por muita lesiva, não póde o governo de Sua Magestade acceital-a em modo nenhum; e isto pelas mesmas rasões de justiça e equidade por que já foi rejeitada em 1805 a que o conde del Campo de Alange, commissario regio de Hespanha, apresentou, equivalente em absoluto a esta, fazendo a divisão em dezeseis partes, sendo seis para Aroche, seis para Moura e quatro para Encinasola.

É evidentissimo que a differença do numero de lotes a distribuir, segundo as duas propostas, não augmenta nem diminue a grandeza das porções a receber por cada uma das tres povoações que disputam a manutenção da Contenda.

Antes de considerar quaesquer motivos de alto interesse internacional, que hajam de tomar-se em conta na resolução do assumpto pendente, e circumscrevendo-o no ponto preciso de apreciar o texto da concordata de 1542, convem não perder de vista que Moura e Aroche têem o dominio pleno, emquanto que Encinasola gosa sómente o usufructo, e este mesmo ainda limitado; pois lê-se ahi n'esse documento imposta a esta a obrigação de restituir áquellas as multas todas que em damno do seu usufructo impuzesse «habemos por suspensa la dicha villa de Encinasola de poder tener guarda en la tierra de la Contienda hasta que pague realmente con efecto á los dichos concejos».

Ora o dominio pleno julga-se constituir um todo composto de duas partes de approximado valor — *a*) propriedade, e *b*) usufructo — formando a propriedade a essencia directa do dominio e o usufructo o accidente pratico.

Tendo, pois, Encinasola unicamente o usufructo, já a sua terça parte, se este fosse completo, devia ser desfalcada em metade ou equivalente a um sexto do todo a repartir. Mas nem esse usufructo era completo, visto que não recebia as multas como as outras duas povoações, senhoras unicas da propriedade, as recebiam, antes era obrigada a restituir-lh'as inteiras e demais custeadas com as despezas de escripturação e cobrança, conforme declara o texto na passagem acima citada.

Estas justas considerações levariam o governo de Sua Magestade, querendo apoiar-se apenas em dictames juridicos e na letra da concordata de 1542, a propor que a Encinasola se concedesse, quando muito, uma setima parte da Contenda, se outras de maior

peso e vantagem internacional o não aconselhassem a pôr de lado taes divisões theoricas e embaraçosas de terreno, que levariam ainda, depois de approvadas, muito tempo e muito gasto a deslindar e concluir, para, em vez de tudo isso, offerecer ao judicioso criterio de v. ex.ª um alvitre que, approximando-se de uma distribuição equitativa entre os dois reinos, fixará definitivamente e para logo, com facilima execução, limite conhecido e até certo ponto já consagrado.

Corre da povoação de Aroche em Hespanha para a de Barrancos em Portugal um caminho trilhado e frequentado pelos vizinhos d'essas localidades.

Determinando por elle as fronteiras nacionaes, de prompto convence a simples inspecção dos mappas respectivos que a porção attribuida por esta fórma a Portugal andará entre 40 e 45 por cento da totalidade questionada e a concedida a Hespanha entre 55 e 60.

Trace-se e fixe-se, portanto, ahi a linha divisoria e termine, de vez e para sempre, a contenda secular e prejudicialissima.

Nem a Hespanha diminue a sua grandeza cedendo alguns hectometros quadrados, nem Portugal carece d'elles para reforçar a sua independencia. Balda-se com esta resolução a necessidade de medições, a nomeação de commissarios, as despezas e trabalhos de engenheiros levantando novos traçados e podendo dar origem a continuação de conflictos e rivalidades impertinentes.

Tal é a proposta que tenho a honra de apresentar ao superior conhecimento de v. ex.ª, sem querer acrescentar mais rasões de obvio alcance, convencido de contribuir com a realisação d'ella para a melhor administração da justiça, do regimen fiscal e da policia de ambas as nações peninsulares, alem de um maior aproveitamento da agricultura e do mutuo decoro e perfeita harmonia com que tanto interessam.

Aproveito, etc.

N.º 55

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL MINISTRO DE PORTUGAL EM MADRID

Lisboa, 22 de março de 1893. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Inclusos envio a v. ex.ª um pleno poder para assignar por parte de Portugal a convenção relativa á divisão do territorio denominado da Contenda e o projecto da mesma convenção.

Pelo tenente coronel do estado maior do nosso exercito o sr. Elvas Cardeira, que segue hoje para essa côrte, tambem envio a carta dos terrenos da Contenda levantada em 1887 na escala de $^1/_{10000}$, por officiaes portuguezes e hespanhoes, e de que esse governo tem outro exemplar. No que leva o sr. Cardeira vae minuciosamente traçada a linha divisoria em que concordaram os dois governos.

Esta carta fará parte integrante do convenio e a elle ficará annexa, preenchidas para esse fim as necessarias formalidades. Igualmente, se o exigir o plenipotenciario hespanhol, se annexará ao exemplar do tratado que ficar em poder d'esse governo, outra copia da mesma carta com o traçado perfeitamente identico da linha divisoria. Julgo que não suscitará duvida nem objecção a redacção do projecto que envio. Sobrevindo, porém, alguma, v. ex.ª m'a indicará pelo telegrapho.

Confio do provado zêlo de v. ex.ª que levará a bom termo mais esta importante negociação.

Deus guarde, etc.

N.º 56

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Extracto.

Madrid, 29 de março de 1893. — Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. — Com o seu despacho de 22 de março, n.º 16 do presente anno, fez-me v. ex.ª a honra de me enviar um pleno poder para assignar por parte de Portugal a convenção relativa á divisão do territorio denominado da Defeza da Contenda de Moura e o projecto da mesma convenção. Foi v. ex.ª igualmente servido remetter-me pelo tenente coronel do corpo do estado maior, o sr. Elvas Cardeira, a carta dos terrenos da Contenda levantada em 1887 na escala de $^1/_{100000}$ pelos officiaes portuguezes e hespanhoes, destinada a fazer parte integrante do convenio e a elle ficar annexa, preenchendo-se para esse fim as necessarias formalidades.

Procurei sem demora este ministro dos negocios estrangeiros, com quem, como v. ex.ª sabe, havia já conversado sobre o assumpto.

Nas conferencias que tivemos ácerca d'elle e de accordo com os delegados technicos dos dois paizes, foi proposto no intuito de evitar questões de futuro, que se fixasse a linha da raia não só ao longo do caminho de divisão, mas tambem nos limites da Contenda que formam fronteira primeiro com Portugal e depois com Hespanha, proposta esta, que me apressei a levar ao conhecimento de v. ex.ª em telegramma de 25 do corrente, e á qual, por telegramma da mesma data, v. ex.ª foi servido annuir.

N'esta conformidade dirigi a este ministro dos negocios estrangeiros a nota, por copia inclusa (documento A), remettendo o projecto de convenio nos termos ajustados, incluindo na parte em que se devia precisar a divisoria adoptada, a descripção que me foi subministrada pelo tenente coronel Elvas Cardeira, em harmonia com a demarcação feita na carta topographica por este official, de accordo com o delegado technico do governo hespanhol.

Sob copia (documento B) encontrará v. ex.ª a resposta do sr. marquez de la Vega de Armijo, em virtude da qual procedemos á assignatura da convenção de que se trata, devidamente confrontados os respectivos textos.

Pelo sr. Elvas Cardeira, cujo zêlo e acerto no desempenho da missão que lhe foi confiada, cumpro o grato dever de louvar, tenho a honra de remetter a v. ex.ª o texto d'este acto internacional, que, pondo feliz termo ao litigio desde seculos pendente entre os dois paizes, vem dar novo testemunho de quanto a um e a outro importa affirmar de mais em mais a cordialidade das suas relações em beneficio de communs e reciprocos interesses.

Congratulando-me com v. ex.ª por este motivo, rogo-lhe queira beijar em meu nome a mão de Sua Magestade.

Deus guarde, etc.

A

O sr. conde de S. Miguel ao sr. marquez de la Vega de Armijo ministro dos negocios estrangeiros de Hespanha

Copia.—Legação de Portugal em Hespanha.—Madrid, 26 de março de 1893.—Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr.— Tem v. ex.ª conhecimento dos termos da negociação de caracter confidencial ultimamente seguida em Lisboa sobre a debatida questão da Defeza da Contenda de Moura, em que mutuos esforços se empenharam para chegar a uma solução definitiva, que, pondo feliz termo ao litigio pendente desde seculos entre os povos de Moura de Aroche e

de Encinasola, determine de uma vez para sempre a propriedade que a cada um d'elles deva corresponder nos terrenos indivisos da Contenda, e fixe n'aquelle logar os limites das soberanias respectivas de Portugal e de Hespanha.

Animados de igual desejo de levar a cabo tão importante solução, que ha de redundar em proveito d'aquelles povos e beneficio dos interesses dos dois paizes, acceitaram os governos de ambas as nações dividir a Defeza da Contenda em partes desiguaes, deixando para Portugal um 42,7 por cento e um 57,3 por cento para Hespanha, dos terrenos de que se trata, em conformidade da proposta constante da nota portugueza de 27 de novembro ultimo, a que o sr. Mendes de Vigo, então ministro de Sua Magestade Catholica em Lisboa, devidamente auctorisado pelo seu governo, verbalmente declarou annuir.

Em vista d'este accordo, encarregou-me o meu governo de tratar a questão officialmente com v. ex.ª, e é no cumprimento das instrucções recebidas, que tenho a honra de submetter á consideração de v. ex.ª o incluso projecto de convenio, sobre o qual, reportando-me ás nossas conversações sobre o assumpto, rogo a v. ex.ª se sirva manifestar-me o que tiver por conveniente.

Aproveito gostosamente o ensejo para reiterar a v. ex.ª os protestos da minha mais alta consideração.

B

O marquez de la Vega de Armijo ao sr. conde de S. Miguel

Copia.—Ministerio de estado.—Palacio, 26 de marzo de 1893.—Excmo. sr.—Muy señor mio.—Tengo la honra de poner en conocimiento de v. ex.ª que he recibido la nota que se ha servido dirigirme con fecha de ayer, proponiendome de orden de su gobierno la conclusion de un convenio que ponga feliz término á la debatida cuestion de la Dehesa de la Contienda, pendiente desde hace siglos entre el pueblo de Moura por una parte y los de Aroche y Encinasola por otra, y determine de una vez para siempre la propiedad que á cada uno de ellos debe corresponder en los terrenos indivisos, fijando en sus límites la frontera de las soberanias de España y Portugal respectivamente.

El gobierno de Su Majestad el Rey de España, animado de igual deseo que el de Su Majestad Fidelísima, aceptó, como V. E. sabe, las bases convenidas por el sr. ministro de negocios extranjeros de Portugal y el representante español en Lisboa, sr. Mendes de Vigo, para la division de la Dehesa de la Contienda en dos partes desiguales, de modo que quede para Portugal un 42,7 por ciento y un 57,3 por ciento para España de los terrenos de que se trata.

En su vista y conformándose á esta division la línea que se señala en el proyecto de convenio que acompaña á la precitada nota de V. E. me complazco en manifestarle que, aceptado por el gobierno de Su Majestad el texto de dicho proyecto de convenio, estoy dispuesto á proceder á su firma cuando V. E. lo estime conveniente.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mi más distinguida consideracion.

N.º 57

O SR. CONDE DE S. MIGUEL AO SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO

Madrid, 29 de março de 1893.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em additamento ao meu officio n.º 42-A tenho a honra de remetter a v. ex.ª o pleno poder de s. ex.ª o sr. marquez

da Vega de Armijo para a assignatura do convenio relativo á defeza da Contenda de Moura.

Deus guarde, etc.

N.º 58

O SR. ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO AO SR. CONDE DE S. MIGUEL

Lisboa, 4 de abril de 1893.—Ill.mo e ex.mo sr.—Accuso recepção do seu officio n.º 42 d'esta serie assim como do instrumento do accordo ácerca das terras da Contenda de Moura e dos outros documentos que o acompanhavam. Vi com satisfação a fórma porque v. ex.ª se desempenhou d'esta importante commissão de serviço.

Deus guarde, etc.

N.º 59

CONVENÇÃO

Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e Sua Magestade a Rainha Regente das Hespanhas, em nome de seu Augusto Filho El-Rei D. Affonso XIII, animados de identico desejo de pôr termo ao litigio desde seculos pendente ácerca dos terrenos que permaneceram indivisos entre a villa portugueza de Moura e as povoações hespanholas de Aroche e de Encinasola, resolveram fixar definitivamente, de commum accordo, os limites territoriaes de ambas as soberanias e do dominio respectivamente pertencente á villa portugueza e ás povoações hespanholas n'aquelles terrenos, por fórma a assegurar o regular funccionamento da administração e das leis de cada um dos dois paizes na parte que determinadamente lhe ficar pertencendo.

Com este fim nomearam seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves:

O Sr. Sebastião Guedes Brandão de Mello, Conde de S. Miguel, Grande do Reino, Official Mór da sua Real Casa, Gran-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Viila Viçosa, Cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito, Gran-Cruz da ordem nacional e Real do Leão Neerlandez dos Paizes Baixos, da de Sant'Anna, da

Su Majestad el Rey de Portugal y de los Algarves y Su Majestad la Reina Regente de España, en nombre de su Augusto Hijo el Rey Don Alfonso XIII, animados de identico deseo de poner término al litigio pendiente hace siglos, acerca de los terrenos que estaban indivisos entre las villas portuguesa de Moura y las españolas de Aroche y Encinasola, han resuelto fijar definitivamente de común acuerdo los límites territoriales de ambas soberanias y del dominio que respectivamente corresponde á la villa portuguesa y españolas en aquellos terrenos, de modo que queden asegurados el ejercicio de las funcciones administrativas y el cumplimiento de las leyes de cada uno de los dos países en las partes que se les asignen como de su pertenencia.

Con este fin, han nombrado sus Plenipotenciarios, á saber:

Su Majestad el Rey de Portugal y de los Algarves:

Al Señor Sebastiān Guedes Brandão de Mello, Conde de San Miguel, Grande del Reino, Oficial Mayor de Su Real Casa, Gran-Cruz de la orden de Nuestra Señora de la Concepcion de Villaviciosa, Caballero de la antigua y muy noble orden de la Torre y la Espada, del valor, lealtad y merito, Gran-Cruz de la orden nacional y Real del Leon Neerlandés de los Países Bajos,

Russia, e da de Alberto, o Valoroso, de Saxonia, Commendador de numero da ordem de Izabel a Catholica de Hespanha, e de varias outras ordens estrangeiras, etc., etc., Seu Enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Magestade Catholica.

Sua Magestade a Rainha Regente das Hespanhas:

A Dom Antonio de Aguilar y Correa, Marquez da Vega de Armijo e de Mos, Conde de Bobadilla, Visconde de Pegullal, Grande de Hespanha de primeira classe, Academico das Reaes da Historia e de Sciencias Moraes e Politicas, ex-Ministro das Obras Publicas e do Reino, Doutor em Jurisprudencia, Cavalleiro Magistrante da Real de Sevilha, Cavalleiro da ordem Pontificia de Christo, Gran-Cruz da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito, Gran-Cruz de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa de Portugal, Gran-Cruz de Leopoldo de Austria, Gran-Cruz de Wassa da Suecia, Gran-Cordão da Legião de Honra de França, Gran-Cruz da Aguia Vermelha, grao superior da Prussia, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, de Santo Alexandre de Newsky da Russia, do Danebrog com brilhantes da Dinamarca, de Leopoldo da Belgica, da Corôa da Baviera, de Santo Olaf da Noruega, do Salvador da Grecia, do Leão Neerlandez, da Osmania da Turquia, condecorado com o Dragão duplo da China, Official da Instrucção de França, etc., etc., Seu Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Os quaes depois de haverem trocado seus plenos poderes, achados em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO I

A linha de separação entre a soberania do Reino de Portugal e a do Reino de Hespanha nas terras denominadas da Contenda, seguirá o caminho de ha muito conhecido e trilhado, que da povoação de Aroche em Hespanha corre para a de Barrancos, em Portugal, na parte em que aquelle caminho atravessa as mesmas terras.

de la de Santa Ana de Rusia y de la de Alberto, el Valeroso, de Sajonia, Comendador de número de la orden de Isabel la Católica de España, y de otras varias órdenes extranjeras, etc., etc., Su Enviado extraordinario y Ministro Plenipotenciario cerca de Su Majestad Católica.

Su Majestad la Reina Regente de España:

A Don Antonio de Aguilar y Correa, Marqués de la Vega de Armijo y de Mos, Conde de la Bobadilla, Visconde del Pegullal, Grande de España de primera clase, Académico de las Reales de la Historia y de Ciencias Morales y Politicas ex Ministro de Fomento y de la Gobernacion, Doctor en Jurisprudencia, Caballero Maestrante de la Real de Sevilla, Caballero de la orden Pontificia de Cristo, investido con el Collar y Gran Cruz de la Torre y la Espada y Gran Cruz de Nuestra Señora de la Concepcion de Villaviciosa de Portugal, con el Collar y Gran Cruz de Leopoldo de Austria, con el Collar y Gran Cruz de Wassa de Suecia, con el Gran Cordon de la Legion de Honor de Francia, con las Grandes Cruces del Aguila Roja, grado superior de Prusia, de San Mauricio y San Lázaro de Italia, de San Alejandro Newski de Rusia, del Danebrog en brillantes de Dinamarca, de Leopoldo de Belgica, de la Corona de Baviera, de San Olaf de Noruega, del Salvador de Grecia, del Leon Neerlandés, del Osmanie de Turquia, condecorado con el Dragon Doble de China, Oficial de Instruccion pública de Francia, etc., etc., Su Ministro de Estado.

Los cuales después de haberse comunicado sus plenos poderes, hallados en buena y debida fórma, han convenido en los artículos siguientes:

ARTÍCULO I

La línea de separacion entre el Reino de Portugal y el Reino de España en las tierras denominadas de la Contienda, seguirá el camino conocido y frecuentado desde hace mucho tiempo, que de la villa de Aroche en España conduce á la de Barrancos en Portugal, en la parte en que aquel camino atraviesa las mismas tierras.

A raia que resulta d'esta divisão começa no ponto em que o arroio de Gamos é atravessado pelo caminho que de Barrancos segue para Aroche passando por Charco Redondo, e n'aquelle ponto começa tambem a actual linha de divisão das zonas de cultura de Moura e Encinasola. Segue depois a raia pelo mesmo caminho, que serve tambem de linha de separação das zonas de cultura até ao Touril da Môcha, que é o ponto de reunião das tres linhas divisorias. Depois a raia continúa por este mesmo caminho que então serve de linha divisoria entre as culturas de Aroche e Moura até ao ponto denominado Tojal Alto. De ahi em diante segue a raia pelo mesmo caminho que atravessa o ribeiro Mortigão no Charco Redondo e continúa na direcção sul, deixando em territorio portuguez e a 220 metros a oeste o alto do Charco portuguez, atravessando depois o arroio Perseguero. Segue a raia na mesma direcção sul durante 700 metros, e, acompanhando sempre o mesmo caminho, que ficará em toda a sua extensão de fruição commum para os habitantes das duas nações, volta para sudoeste para subir a cumiada que separa as aguas que correm para o Mortigão das que seguem para Pae Joannes.

A raia cruza esta cumeada no sitio denominado Rodeio do Touro a uns 680 metros do Pico do Touro que ficará em Portugal, 400 metros ao sul do mencionado Rodeio separa-se para a direita um caminho que vae para o Malhão do Borneco, e segue a raia pelo que conduz a Aroche até ao ponto em que este caminho sáe da Contenda e atravessa a linha de divisão das aguas do Mortigão e Chança, 200 metros ao sul do ponto de partida de outro caminho que pelo Malhão do Vallo de Conteio segue para a povoação portugueza de Santo Aleixo.

Para que fique visivelmente marcada no terreno a divisão que no paragrapho anterior se expressa, a fim de evitar questões no futuro, se collocarão os marcos de fronteira que se mencionam na relação de marcos e planta que vão annexos, entendendo-

La raya que de esta division resulta parte del punto en que el arroyo de Gamos es atravesado por el camino que de Barrancos va á Aroche por Charco Redondo y en aquel punto empieza también la actual linde que separa la zona de cultivo de Moura de la Encinasola. Sigue después por este mismo camino que á la vez es linde de cultivo, hasta el sitio del Toril de la Mocha y punto de union de las tres lindes. Despues continua la raya por este camino que ya entonces separa las zonas de cultivo de Aroche y Moura hasta el sitio denominado Tojal Alto. Desde este punto forma la frontera el mismo camino que cruza el Martigon en Charco Redondo y continua en direccion al sur, dejando en Portugal à 220 metros á oeste el alto del Charco portugués para atravesar despues el arroyo Perseguero. Sigue la raya 700 metros más en esta misma direccion meridional y siempre acompañando al mismo camino que será de uso común para los habitantes de una y otra nacion en toda su extension y vuelve luego al sudoeste para subir á la divisioria entre Mortigon y Paijuanes.

La raya cruza esta cumbre en el sitio llamado Rodeo del Toro á unos 680 metros del Pico del Toro, que queda en Portugal, 400 metros al sur del citado Rodeo se separa á la derecha un camino que va al Mallon del Borneco y sigue la raya por el que conduce á Aroche hasta el punto en que este sale de la Contienda atravesando la divisoria de aguas del Mortigon y Chanza, 200 metros al sur del arranque de otro camino por el Mallon del Valle Centeno conduce á la aldea portugueza de Santo Aleixo.

Con objeto de que quede visiblemente senalado sobre el terreno la division que en el párrafo anterior se expresa á fin de evitar cuestiones en el porvenir, se colocarán los marcos fronterizos que se designan en la relacion y plano que son anexos en-

se que as ditas planta e relação formam parte integrante d'este convenio.

Em ambas figuram não só os marcos que dividem a Contenda, mas tambem os precisos para que fiquem exactamente fixados os traços dos limites actuaes que por este convenio passam a ser fronteira entre os dois paizes. O plano é o mesmo que foi levantado em 1887 pela commissão internacional de limites na escala de 1 : 10.000.

A Hespanha renuncía a favor de Portugal a todos os direitos que possa ter sobre o territorio que nos termos d'este artigo ficam incluidos na soberania de Portugal.

Portugal renuncía a favor de Hespanha a todos os direitos que possa ter sobre os territorios que nos termos d'este artigo ficam incluidos na soberania de Hespanha.

tendiendose que dichos planos y relacion forman parte integrante de este convenio.

En ambos figuran no solo los marcos que dividen la Contienda, sino los necesarios para que queden exactamente fijados los trazos de los límites actuales que por este convenio pasan á ser frontera entre las dos naciones. El plano es el mismo que fue levantado en 1887 por la comision internacional de límites en escala de 1 : 10.000.

España renuncia á favor de Portugal todos los derechos que pueda tener sobre los terrenos que al tenor de este artículo quedan sometidos á la soberania de Portugal.

Portugal renuncia en favor de España todos los derechos que pueda tener sobre los terrenos que al tenor de este artículo quedan sometidos á la soberania de España.

ARTIGO II

Á villa portugueza de Moura fica pertencendo o dominio pleno da parte das terras actualmente denominadas da Contenda que, em virtude da estipulação do artigo precedente, é incluida na soberania de Portugal.

Ás povoações hespanholas de Aroche e de Encinasola fica pertencendo o dominio pleno da parte das mesmas terras que em virtude do referido artigo é incluida na soberania de Hespanha.

ARTÍCULO II

La villa portuguesa de Moura conservará el dominio pleno de la parte de las mismas tierras que en virtud del referido artículo queda adjudicada á la soberania de Portugal.

Las villas españolas de Aroche y Encinasola conservarán el dominio pleno de la parte de las tierras actualmente denominadas de la Contienda que en virtud de lo estipulado en el artículo precedente queda adjudicada á da soberania de España.

ARTIGO III

Os commissarios nomeados pelos dois governos para as demarcações dos limites aqui estabelecidos dos respectivos territorios accordarão nas providencias complementares necessarias para dar plena execução ao presente accordo.

ARTÍCULO III

Los comisarios nombrados por los dos gobiernos para la demarcacion de los límites que el presente convenio señala á los respectivos territorios acordarán las providencias complementarias que se necesiten para la execucion de este pacto.

ARTIGO IV

Este accordo entrará em vigor, e será obrigatorio para os dois Governos, depois de devidamente ratificado em virtude de auctorisação legislativa dos dois paizes, e de officialmente publicado em um e outro, devendo a ratificação e publicação official effectuar-se no mais breve praso possivel.

ARTÍCULO IV

El presente convenio entrará en vigor y será obligatorio para ambos Gobiernos luego que sea debidamente ratificado en virtud de autorisacion legislativa de las dos naciones y de haber sido oficialmente publicado en una y otra, debiendo efectuarse la ratificacion y publicacion en el más breve plazo posible.

Em fé de que, os Plenipotenciarios respectivos assignaram o presente accordo e o firmaram com os seus sellos.

Feito em duplicado em Madrid, aos vinte e sete do mez de março do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e tres.

(L. S.) = *Conde de S. Miguèl.*

En fé de lo cual los Plenipotenciarios respectivos lo han firmado y sellado con sus sellos.

Hecho por duplicado en Madrid, á viente y siete de marzo de mil ocho cientos noventa y tres.

(L. S.) = *El Marqués de la Vega de Armijo.*

Relação dos marcos que devem ser collocados na Contenda de Moura a fim de definir a linha de fronteira entre Portugal e Hespanha

Numero dos marcos	Rumo ao marco seguinte	Distancia em metros entre os marcos	Descripção dos sitios em que serão collocados os marcos	Observações
1	93°	640	No barranco de Pedro Miguel 400 metros ao sul da sua confluencia com a Ribeira de Murtega.	
2	145°	200	No mesmo barranco de Pedro Miguel a 120 metros depois da confluencia de um regato que nasce na encosta de Cansalobos.	Volta á raia em angulo recto ao sul.
3	234°	120	No barranco que desce do Serro Choroso a 200 metros do marco anterior.	Volta de novo á raia em angulo recto para o oriente. Começa aqui um muro que separava antigamente a Contenda do termo de Barrancos e que segue até ao marco n.° 11.
4	112°	240	No ponto mais elevado do Serro Choroso a 120 metros do marco antecedente.	
5	207°	200	No sitio denominado Curral dos Nodimos a 240 metros a sudoeste do marco anterior.	
6	132°	1:040	No sitio tambem chamado Curral dos Nodimos a 200 metros a sueste do marco antecedente.	
7	139°	480	No barranco que recebe as aguas de Cansalobos e Carrapato, junto ao muro de separação da Contenda do termo de Barrancos e 380 metros ao norte do cume do Carrapato.	
8	140°	260	Na vertente occidental do alto do Carrapato a 100 metros a sudoeste d'este alto e junto ao muro já citado.	
9	179°	560	50 metros depois de cruzar o caminho que da Serra Ferreira segue para Barrancos.	
10	105°	1:880	No ponto em que a raia entra no arroio de Gamos......	A raia segue até ao marco n.° 11 pelo arroio de Gamos.
11	130°	480	Junto ao arroio de Gamos na sua margem direita e á esquerda do ponto em que o caminho de Barrancos a Aroche, que chamaremos «caminho da raia», atravessa o dito arroio.	Os marcos seguintes até ao n.° 25 serão collocados alternadamente á esquerda e direita d'este caminho para indicar que elle é de fruição commum dos habitantes das duas nações.
12	138°	500	Á direita do caminho da raia no ponto em que cruza uma vereda que vae ao alto da Canhada das Eguas e a 480 metros do marco antecedente.	
13	204°	340	No Porteiro da Rosa á esquerda do caminho da raia no cruzamento de uma vereda, que das Atalaynelas segue para a Canhada das Eguas. Fica a 500 metros do marco anterior.	
14	157°	1:040	No Touril da Mocha, ponto de reunião das linhas divisorias de cultura, á direita do caminho da raia e a 340 metros do marco antecedente.	Deixa a raia a antiga linha divisoria de cultura entre Moura e Encinasola que seguia desde o marco n.° 11.
15	172°	440	Á esquerda do caminho da raia e na margem direita do barranco da Joanna Christiana, junto a uma vereda que o acompanha e se interna em Portugal. Dista 1:040 metros do marco anterior.	
16	160°	1:200	Á direita do caminho da raia no cruzamento de uma vereda que pelos Portos do Fornito segue para Encinasola. É n'este ponto que a antiga linha divisoria da cultura entre Moura e Aroche se separa do caminho da raia.	Aqui deixa a raia de acompanhar a antiga linha divisoria de cultura entre Aroche e Moura que seguia desde o marco 14.
17	155°	780	Á esquerda do caminho da raia no sitio denominado Charco Redondo depois de atravessar o ribeiro Murtigão e junto a este ribeiro.	
18	162°	410	Á direita do caminho da raia no alto do Charco Portuguez e no cruzamento de uma vereda que de Torrequemada vae a Mofeda Escura.	
19	158°	700	Depois de atravessar o arroio Perseguero e junto a elle.	
20	118°	1:700	Á direita do caminho da raia a 700 metros do marco anterior.	A raia muda de direcção a sudoeste.
21	175°	380	No sitio denominado Rodeio do Touro e d'onde parte uma vereda para a Famina.	

Relacion de los marcos que deben colocarse en la Contienda de Aroche á fin de demarcar la linea de frontera entre España y Portugal

Número de los marcos	Rumbo al siguiente	Distancia al siguiente, metros	Descripcion de los sitios en que se han de colocar los marcos	Observaciones
1	93°	640	En el barranco de Pedro Miguel 400 metros al sur de su confluencia con la ribera de Murtiga.	
2	145°	200	En el mismo barranco de Pedro Miguel y 120 metros agua arriba de la confluencia de un regato que procede de Cansalobos.	Vuelve la raya en angulo recto al sur.
3	234°	120	En el barranco que baja del Cerro Jaroso á 200 metros del marco anterior.	Vuelve á girar la raya en angulo recto al oriente. Comienza aqui el muro que de antiquo separaba la Contienda del término de Barrancos y que se estiende hasta el marco n.° 11.
4	112°	240	En la cumbre del Cerro Jaroso á 120 metros del anterior.	
5	207°	200	En el sitio llamado Corrales de los Nadinos á 240 metros al sudoeste del anterior.	
6	132°	1:040	En sitio de igual nombre á 200 metros al sudeste del anterior.	
7	139°	480	En el barranco que recibe las aguas de Cansalobos y Carrapato junto al muro que separa la Contienda del término de Barrancos y 380 metros al norte de la cumbre de Carrapato.	
8	140°	260	En la vertiente occidental del Carrapato á 100 metros al sudoeste de esta cumbre y junto al mismo muro antes citado.	
9	179°	560	50 metros después de encontrar el camino de Sierra Herrera á Barrancos.	
10	105°	1:880	En el punto en que la raya entra en el arroyo de Gamos.	Sigue la raya el arroyo de Gamos hasta el marco n.° 11.
11	130°	480	Junto al arroyo de Gamos en su margen derecha y á la izquierda del punto en que el camino de Barrancos á Aroche, que llamaremos *camino de raya,* atraviesa dicho arroyo.	Los marcos siguientes hasta el n.° 25 se colocarán alternativamente á ambos lados de este camino para indicar así que este es de uso común á los habitantes de ambas naciones.
12	138°	500	A la derecha del camino de raya en el cruce de una vereda que va á la Cañada de las Ieguas á 480 metros del anterior.	
13	204°	340	En el Porteiro da Rosa á la izquierda del camino de raya en el cruce de una vereda que de las Atalaynelas conduce á la Cañada de las Ieguas. A 500 metros del anterior.	
14	157°	1:040	En el Toril de la Mocha undo de las tres lindes de cultivo á la derecha del camino y á 340 metros del anterior.	Deja la raya la antigua linde entre Moura y Encinasola que habia seguido desde el marco n.° 11.
15	172°	440	A la izquierda del camino de raya en la margem derecha del barranco de Juana Cristiana junto á una vereda que la acompaña y se interna en Portugal. Dista 1:040 metros del marco anterior.	
16	160°	1:200	A la derecha del camino de raya en el punto de cruce de una vereda que por los puertos del Hornito conduce á Encinasola. En este punto se aparta por la derecha la antigua linde Moura y Aroche.	Aqui deja la frontera la antiqua linde entre Aroche y Moura que venia siguiendo desde el marco 14.
17	155°	780	A la izquierda del camino de raya en el sitio llamado Charco Redondo después de atravesar la ribera de Mortigon y junto á su orilla izquierda.	
18	162°	410	A la derecha del camino de raya en el alto de Charco Portugués y en el cruce de la vereda que de Torrequemada va á la Mojea Oscura.	
19	158°	700	Después de atravesar el arroyo Persegueiro junto á su orilla izquierda.	
20	118°	1:700	A la derecha del camino de raya, á 700 metros del marco anterior.	La raya muda de direccion al sudoeste.
21	175°	380	En el sitio llamado Rodeo del Toro donde arranca una vereda que va á la Famina.	

Numero dos marcos	Rumo ao marco seguinte	Distancia em metros entre os marcos	Descripção dos sitios em que serão collocados os marcos	Observações
22	155°	1:400	No ponto em que do caminho da raia parte um outro que vae ao Malhão do Borneco.	
23	176°	950	No ponto em que o caminho da raia cruza o barranco do Riscal a 1:400 metros do marco anterior.	
24	148°	200	No ponto de separação do caminho que pelo Valle de Centeio segue para Santo Aleixo.	
25	61°	2:640	Á esquerda do caminho da raia onde este deixa de servir de fronteira para entrar em Hespanha com direcção a Aroche, sitio de aguas vertentes para o Chança e Murtigão.	Desde o marco n.° 11 até ao n.° 25 tem seguido a fronteira exactamente pelo caminho da raia.
26	93°	680	No ponto em que a cumiada que separa as aguas do Murtigão e Chança encontra o caminho que do marco n.° 22 segue para o Malhão do Borneco.	
27	104°	1:640	No cabeço ou pico de onde partem as duas vertentes da ribeira de Safareja a 680 metros do marco anterior.	
28	24°	600	No antigo e muito conhecido Malhão do Borneco.	
29	37°	5:160	No ponto em que a raia encontra a ribeira de Safareja a 600 metros a noroeste do Malhão do Borneco.	Do marco n.° 29 ao n.° 30 a raia segue a ribeira de Safareja.
30	-	-	Na confluencia do arroio Pilonas com a ribeira de Safareja.	

Feita em duplicado em Madrid, aos 27 do mez de março do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1893.

(L. S.) = *El Marqués de la Vega de Armijo.*
(L. S.) = *Conde de S. Miguel.*

Número de los marcos	Rumbo al siguiente	Distancia al siguiente, metros	Descripcion de los sitios en que se han de colocar los marcos	Observaciones
22	155°	1:400	En el punto donde del camino de raya se aparta otro que va al Mallon del Borneco.	
23	176°	950	En donde el camino de raia cruza el barranco del Riscal á 1:400 metros del anterior.	
24	148°	200	En el punto de separacion del camino que va á Santo Aleixo por ValleCent eno.	
25	61°	2:640	A la izquierda del camino de raya donde este deja de ser frontera entrando en España con direccion á Aroche, sitio de aguas vertientes para Chanza y Mortigon.	Desde el marco 11 al 25 ha seguido la frontera exactamente al camino de raya.
26	93°	680	En el punto donde la cumbre que separa las aguas del Mortigon y Chanza encuentra al camino ya citado que partiendo del marco 22 iba al Mallon del Borneco.	
27	104°	1:640	En el mogote de donde parten las dos vertientes que forman el Zafareja, á 680 metros del anterior.	
28	24°	600	En el antiguo y conocido Mallon del Borneco.	
29	37°	5:160	En el punto en que la frontera entra en el arroyo Zafareja y 600 metros al noroeste del Mallon del Borneco.	Del marco 29 al 30 sigue la raya por el arroyo Zafareja.
30	–	–	En la confluencia de los arroyos Pilones y Zafareja.	

Hecho por duplicado en Madrid, á 27 de marzo de 1893.

(L. S.)=*Conde de S. Miguel.*
(L. S.)=*El Marqués de la Vega de Armijo.*

ADVERTENCIA

Não permittindo a estreiteza do tempo a tiragem da planta que deve acompanhar esta publicação, será a mesma distribuida opportunamente.